



**Universidade de
Aveiro**
Ano 2011

Instituto Superior de Contabilidade e
Administração

**Joana Margarida
de Sousa Pereira
Ramos**

**Educação Fiscal como Ferramenta-
Impacto da ausência de educação fiscal**



**Joana Margarida
de Sousa Pereira
Ramos**

**Educação Fiscal como Ferramenta-
Impacto da ausência de educação fiscal**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade – Ramo Fiscalidade, realizada sob a orientação científica do Mestre Victor da Conceição Negrais, Professor do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Dedico este trabalho à minha filha, Carolina Pina, pela paciência e inspiração, e à minha amiga, sócia, companheira e colega, Licínia Ferreira, pelo constante apoio, pelo “ombro amigo” e pelos “puxões de orelhas”.

o júri

Presidente

Professora Doutora Graça Maria do Carmo Azevedo

Equiparada a Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e
Administração da Universidade de Aveiro

Vogal - Arguente

Mestre Rosa Maria Correia Nunes

Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração
Do Instituto Politécnico de Coimbra

Vogal - Orientador

Mestre Victor da Conceição Negrais

Equiparado a Professor Adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e
Administração da Universidade de Aveiro

Agradecimentos

O presente trabalho representa o culminar de mais uma etapa, devo aqui expressar os meus agradecimentos a minha companheira de percurso, Licínia Ferreira.

Gostaria de agradecer ao Presidente da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra, Prof. Jorge Conde, e ao Presidente da Associação Profissional dos Técnicos de Cardiopneumologia, Prof. Hélder Santos, pela colaboração e o apoio demonstrado à realização deste trabalho

Agradeço ao Prof. Victor Negrais, pela disponibilidade demonstrada para orientar este trabalho, e sem o qual possivelmente não seria possível o desenvolvimento deste tema.

Agradeço ainda ao Prof. João Gil, Presidente do Conselho Técnico-Científico da Escola Superior de Tecnologia da Saúde, por todo o apoio, acompanhamento e incentivo, prestados ao longo deste trabalho.

Finalmente, agradeço a toda a minha família e amigos, em especial aos meus pais, à minha irmã, à minha sogra, ao Nuno e muito especialmente à minha filha, a sua dedicação e apoio em todos os momentos difíceis, sem a sua preciosa ajuda não teria sido possível a realização deste curso.

palavras-chave

Fiscalidade, Parafiscalidade, Contribuinte, Educação Fiscal.

resumo

A fiscalidade e parafiscalidade são elementos centrais do financiamento do Estado e necessários à organização da sociedade. O objectivo deste estudo é explorar o percurso académico dos contribuintes e relacioná-lo com os conhecimentos adquiridos nestes conceitos e com as dificuldades sentidas na relação Estado-cidadão.

A amostra caracteriza-se por licenciados na área de Cardiopneumologia, onde o percurso académico normal faz-se sem contacto com estas matérias.

Os resultados revelam que, durante o percurso académico de um Licenciado em Cardiopneumologia, não há ensino, e muito menos educação, em matéria de fiscalidade ou parafiscalidade. Concluímos que o acesso à profissão é efectuado sem conhecimento das obrigações fiscais e parafiscais a que está sujeito um cidadão profissionalmente activo, e que a obtenção de um grau académico superior não elimina por si só as dificuldades concretas na relação do cidadão com a administração fiscal. Quase 70% dos inquiridos admite já ter sentido dificuldades no preenchimento da declaração de rendimentos e 7% identificou outras dificuldades sentidas no relacionamento com a administração fiscal e parafiscal, que não foram mencionadas neste estudo.

A maioria dos inquiridos considera não ter obtido as ferramentas necessárias ao bom cumprimento das suas obrigações fiscais e cerca de 94% considera que a Educação Fiscal poderia servir como uma ferramenta para uma integração na vida profissional activa e que deveria ser introduzida no ensino secundário (61%) ou no ensino superior (30%). Concluímos ainda que, os inquiridos do nosso estudo consideram o sistema fiscal português complexo (ou muito complexo) e instável (altera com frequência ou com muita frequência).

keywords

Taxation, Social Taxes, Taxpayer, Tax Education

abstract

Taxation and social taxes are central elements of State financing and necessary for the organization of society. The purpose of this study is to explore the academic course of tax payers and relate it with the knowledge acquired with these concepts and with the difficulties experienced instate-citizen relationship.

The sample is characterized by graduates in Diagnosis and Therapeutic, in the area of Cardiology, in which the normal academic career is done without contact with these issues.

The results reveal that during the course of an academic career of a Diagnosis and Therapeutic Technician, in the area of Cardiology, there is no teaching, and much less training, in taxation and social taxes themes. We conclude that access to profession is made without knowledge of tax and social tax obligations that a professionally active citizen is subject to, and that obtaining an academic degree by itself does not eliminate the real difficulties in the relation of citizens with the tax authorities. Almost 70% of respondents say they have experienced difficulty in filling out the declaration of income form and 7% of respondents identified additional difficulties in their relationship with the tax and social tax authorities, difficulties which were not referred to in this study.

Most respondents considered not to have obtained the tools required for the proper compliance with tax obligations and about 94% of respondents believe that Tax Education could be useful as a fiscal tool for integration in active professional life and should be introduced in secondary education (61%) or higher education (30%).

We further conclude that respondents of the present study consider the Portuguese tax system complex (or too complex) and unstable (changes frequently or very frequently).

Sumário

Dedicatória.....	iii
O Júri.....	iv
Agradecimentos.....	v
Resumo e Palavras-Chave.....	vi
Abstract and Keywords	vii
Sumário.....	viii
Índice de Figuras.....	ix
Índice de Gráficos	ix
Índice de Tabelas	x
Siglas e Abreviaturas	xi
Índice.....	xii

Índice de Figuras

Figura 1: Ensino superior público universitário.	30
Figura 2: Ensino superior público politécnico.....	30

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Percentagem dos inquiridos por género	61
Gráfico 2: Percentagem dos inquiridos por habilitações literárias	62
Gráfico 3: Percentagem de inquiridos com conhecimentos de fiscalidade e parafiscalidade obtidos no ensino básico, ensino secundário ou ensino superior.	64
Gráfico 4: Percentagem de inquiridos que frequentaram formação específica na área.....	65
Gráfico 5: Percentagem de inquiridos que exerce uma actividade profissional.....	66
Gráfico 6: Percentagem de inquiridos por tipo de vínculo.....	68
Gráfico 7: Percentagem de inquiridos por tipo de vínculo.....	69
Gráfico 8: Percentagem de inquiridos que conhecia as suas obrigações declarativas e contributivas em sede de impostos sobre os rendimentos quando iniciou a sua actividade profissional remunerada	72
Gráfico 9: Percentagem de inquiridos que conhecia as suas obrigações para-fiscais, quando iniciou a sua actividade profissional remunerada.....	72
Gráfico 10: Percentagem de Inquiridos que conhecia as obrigações dos diferentes tipos de vínculos, no início da actividade profissional	73
Gráfico 11: Percentagem de inquiridos que conhecia, no final do seu percurso académico, as obrigações fiscais de uma empresa	74
Gráfico 12: Percentagem de Inquiridos que sentiu dificuldades de preenchimento da declaração de IRS	75
Gráfico 13: Percentagem de Inquiridos que já falhou prazos de entrega de declarações fiscais.....	76
Gráfico 14: Percentagem de Inquiridos que já falhou prazos de pagamento	76
Gráfico 15: Percentagem de Inquiridos que se considerava apto a constituir uma empresa quando concluiu o primeiro grau superior.....	77
Gráfico 16: Percentagem de inquiridos que estava informado sobre o seu enquadramento em sede de IVA no início da sua actividade como TI.....	78

Gráfico 17: Percentagem de inquiridos que estava informado sobre as suas obrigações à Segurança Social no início da sua actividade como TI	79
Gráfico 18: Percentagem de inquiridos que teve dividas no decorrer da sua actividade como TI	79
Gráfico 19: Percentagem de inquiridos que recorreram a um técnico oficial de contas para submeter a declaração de rendimentos	80
Gráfico 20: Percepção dos Inquiridos sobre a complexidade do sistema fiscal	83
Gráfico 21: Percepção dos inquiridos em relação à sua formação académica relacionada com o cumprimento das obrigações fiscais	84
Gráfico 22: Percepção dos inquiridos em relação à informação fiscal disponível.....	85
Gráfico 23: Percepção dos inquiridos em relação à introdução da Educação fiscal nos programas curriculares do ensino básico e/ou secundário e no ensino superior servir como uma ferramenta para uma integração na vida profissional activa	86
Gráfico 24: Conhecimentos sobre fiscalidade e parafiscalidade dos inquiridos	87
Gráfico 25: Conhecimentos e aptidões para a criação de uma empresa.....	89

Índice de Tabelas

Quadro 1: Correspondência entre as hipóteses e as questões colocadas no nosso estudo e as perguntas do questionário (Fonte: Elaboração própria)	53
Quadro 2: Oferta do Curso de Cardiopneumologia no ensino superior público em Portugal	59
Quadro 3: Oferta do Curso de Cardiopneumologia no ensino superior privado em Portugal	59
Quadro 4: N° e % de Questionários respondidos por idade dos inquiridos.....	60
Quadro 5: N° e % de Questionários respondidos por profissão (Fonte: Elaboração Própria)	66
Quadro 6: N° de inquiridos por tipo de vínculo (Fonte: Elaboração Própria).....	68
Quadro 7: N° de Elementos da amostra por pergunta	71
Quadro 8: Percepção dos Inquiridos quanto à frequência de alteração do Sistema Fiscal Português	83

Lista de Siglas e Abreviaturas

APTEC – Associação Portuguesa de Cardiopneumologistas

CAE – Códigos de Actividade Económica

CEF - Cursos de Educação e Formação

DGCI – Direcção Geral de Contribuições e impostos

DGIDC - Direcção - Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular

DL – Decreto-lei

EBF – Estatuto dos Benefícios Fiscais

IEC – Impostos Especiais sobre o Consumo

IR - Imposto sobre o rendimento

IRC - Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas

IRS - Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares

IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado

LGT – Lei Geral Tributária

TOC – Técnico Oficial de Contas

Índice

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Enquadramento Geral	14
1.2 Objectivos do Estudo.....	15
1.2 Dimensões Pessoais da Escolha do Tema	16
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	17
2.1. Definição do Conceito Educação	17
2.2. Caracterização do Sistema de Ensino em Portugal	18
2.2.1. Caracterização do Ensino Básico	21
2.2.2. Caracterização do Ensino Secundário	25
2.2.3. Caracterização do Ensino Superior.....	28
2.3 Sistema Fiscal Português	33
2.3.1. Impostos sobre o Rendimento	36
2.3.2. Impostos sobre o Consumo.....	38
2.3.3. Impostos sobre o Património e outros	40
2.4 Conceito de Educação Fiscal	42
3. ESTUDO EMPÍRICO	45
3.1 - Metodologia	45
3.2 - Tipo de Estudo	45
3.3 – As hipóteses de investigação	47
3.4 – Objectivos do Estudo.....	48
3.5 – Caracterização da Amostra.....	48
3.6 - Técnicas e Instrumentos de Recolha de Dados	50
4 – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	57
4.1 – Introdução.....	57
4.1.1 Breve caracterização do curso de cardiopneumologia	57

4.2 – Caracterização dos indivíduos	60
4.2.1 – Conclusões da Caracterização dos indivíduos.....	70
4.3– Dificuldades do indivíduo	71
4.3.1 – Conclusões das dificuldades do indivíduo.....	81
4.4– Percepção do indivíduo	82
4.4.1. Conclusões das percepções dos indivíduos	86
5 – CONCLUSÕES	87
6 – BIBLIOGRAFIA	92
7. ANEXOS	97
ANEXO I- Planos Curriculares do Ensino Básico	98
ANEXO II- Matriz dos Cursos Científico-humanístico	102
ANEXO III- Carta dirigida ao Presidente da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra, e respectiva autorização.....	108
ANEXO IV- Carta dirigida ao Presidente da Associação Portuguesa de Cardiopneumologistas e respectiva autorização.....	110
ANEXO V- Questionário Educação Fiscal como Ferramenta- Impacto da ausência de educação fiscal.....	112

1. INTRODUÇÃO

1.1 Enquadramento Geral

Conforme dispõe o nosso Código Civil no seu artigo 6º “a ignorância ou má interpretação da lei não justifica a falta do seu cumprimento nem isenta as pessoas das sanções nela estabelecidas”¹, mas será possível cumprir as obrigações e deveres inerentes a um sistema fiscal tão complexo como o sistema fiscal Português, sem um conhecimento mínimo de como funciona?

O desconhecimento do sistema fiscal² e parafiscal³ aliado ao crescimento em ambiente culturalmente penalizador do sistema tributário são factores facilitadores do incumprimento, ainda que involuntário, por parte dos contribuintes portugueses.

As questões a que, este trabalho se propõe responder, nascem do cruzamento da observação de um sistema fiscal complexo com um sistema de educação ausente nestas matérias.

Quando o estudo publicado em 2009, pela Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais do Ministério das Finanças e da Administração Pública, menciona que “a política de prevenção deverá também prever a continuidade e aprofundamento das acções de educação fiscal, em particular, mediante a sua inserção nos programas escolares.”⁴ reconhece que a educação fiscal é uma ferramenta para combater as dificuldades da administração fiscal, nomeadamente no combate à evasão⁵, fraude⁶ e elisão⁷ fiscal.

¹ Código Civil Português, disponível em <http://www.dgpj.mj.pt/>

² Analisado no Ponto 2.3 deste trabalho

³ Ibidem

⁴ Relatório do Grupo para o Estudo da Política Fiscal Competitividade, eficiência e Justiça do Sistema Fiscal, publicado pela Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais do Ministério das Finanças e da Administração Pública, disponível em http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/8AFAA047-5AB4-4295-AA08-E09731F29B0A/0/GPFRelatorioGlobal_VFfinal.pdf, consultado em 06/06/2011.

⁵ Caracteriza-se pela diminuição da carga fiscal à custa da prática de actos ilícitos, de verdadeiras condutas contra legem, pelas quais, segundo Alberto Xavier, “os contribuintes violam as suas obrigações tributárias, prestando falsas declarações ou recusando-se ao seu cumprimento”

Mas será que a ausência de educação fiscal apenas penaliza a Administração fiscal? Não serão os contribuintes prejudicados com a presunção do conhecimento de um sistema fiscal apenas porque é legislado e o seu desconhecimento não é argumento para o incumprimento?

Que dificuldades enfrentamos quando passamos a ter um papel activo na sociedade contributiva?

1.2 Objectivos do Estudo

Este estudo pretende averiguar, de uma forma modesta, as dificuldades reais que os profissionais podem sentir na sua relação com a fiscalidade e a parafiscalidade, estabelecendo uma relação com a ausência de formação nessas matérias.

Tentámos abordar questões práticas da vida dos cidadãos contribuintes e perceber os conhecimentos que tinham sobre as matérias fiscais e parafiscais quando foram confrontados com a sua inevitabilidade, as dificuldades que sentiram, a sua percepção em relação a este tema.

Não conseguimos concentrar neste estudo a resposta a todas as questões que surgem no nosso pensamento em relação a este tema. Deixamos de fora dos nossos objectivos a tentativa de resposta a interligações importantes, como a relação entre a educação fiscal e o empreendedorismo, ou a mais mencionada na bibliografia, a relação entre a educação fiscal e o combate à evasão e fraude fiscal.

⁶ “Violação directa da lei fiscal, permitindo ao contribuinte escapar, total ou parcialmente, à liquidação ou ao pagamento do imposto ou ao controlo fiscal, ou não entregar uma prestação tributária cobrada a terceiros, ou ainda obter indevidamente benefícios fiscais, reembolsos, ou qualquer outra vantagem patrimonial.” (PEREIRA, 2007, p. 428)

⁷ É conseguida por via de práticas não propriamente contra legem na medida em que não implicam o recurso à prática de actos ilícitos, mas pelo menos à margem da lei (extra legem), no sentido de que se trata de práticas que produzem efeitos de diminuição da carga fiscal que o legislador não quis que se produzissem. Segundo Saldanha Sanches “o planeamento fiscal ilegítimo consiste em qualquer comportamento de redução indevida, por contrariar princípios ou regras do ordenamento jurídico-tributário”.

1.2 Dimensões Pessoais da Escolha do Tema

Este estudo tem origem na inquietação pessoal que nasceu do contacto com recém-licenciados nas áreas de tecnologia da saúde, uma área de formação onde os planos de estudo das licenciaturas não incluem matérias relacionadas com a fiscalidade, e o percurso até ao ensino superior também não aborda estas questões. A percepção das dificuldades e sobretudo os receios destes novos trabalhadores, contribuintes activos de um sistema fiscal e parafiscal complexo, constituiu o embrião do que seria este estudo.

Também o contacto directo com empreendedores, que pretendem constituir a sua própria empresa, alguns deles profissionais activos há muitos anos, mas não conscientemente, antes arrastados pelo sistema, ou pelo menos assim parecem, suscita o mesmo tipo de questões.

Duas realidades distintas, mas que em comum têm as mesmas dificuldades, o facto de haver uma grande distancia entre a sua formação e as obrigações inerentes ao exercício da profissão para a qual se qualificaram.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1. Definição do Conceito Educação

Apesar do conceito “educação” não ser novo, ele teve nos últimos 60 anos uma grande transformação, fruto da atribuição de prioridade estratégica. A Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) teve aqui um papel fundamental, este documento servirá de base ao desenvolvimento de muitos outros⁸, relacionados, e alargou o conceito de “educação” a novas dimensões.

Começou por alargar o público-alvo, já que, até aos anos 50, a educação entende-se como preparação para a vida nas dimensões da educação escolar, focada essencialmente na infância e nos jovens, e nos anos 70 surge o conceito de educação ao longo da vida, a educação de adultos (DIAS, 1999, p.202-208).

Mas chegou ainda mais longe, alargando o âmbito. A educação integra agora as componentes cultural, ambiental, social e profissional.

Se regressarmos à origem latina do verbo “educar”, encontramos um sentido geral - “conduzir”, e um sentido mais específico - “eduzir”, mas lateralmente surgem derivações do verbo em que algumas das ideias são: criar (uma criança), nutrir, instruir, cuidar, amestrar, domar, cultivar, ensinar, educar. Este verbo latino “*educō*” deu origem ao verbo educar, que no sentido original tem a acepção de “nutrir, amamentar, alimentar”, não só no sentido físico, mas também nos sentidos: afectivo de “cuidar”, intelectual de “ensinar”, moral de “acompanhar, orientar, formar”.⁹

Actualmente, e nas palavras de Dias¹⁰, o conceito de educação pretende ser o mais alargado possível:

⁸ Exemplos: Pactos Internacionais Relativos aos Direitos Económicos Sociais e Culturais e aos Direitos Cívicos e Políticos, ONU, 1966; Convenção sobre os direitos da criança, ONU, 1989; Declaração do Milénio, ONU, 1999 (DIAS, 1999, p.202-208).

⁹ Ibidem, p.217-237

¹⁰ Ibidem, p.23

“processo em que nos encontramos envolvidos, (...) e que consiste em utilizamos todos os recursos (do ecossistema) de forma a criar as melhores condições (na comunidade) para que todos os membros da Família Humana, com prioridade para os mais desfavorecidos, cresçamos e nos desenvolvamos em todas as dimensões do ser e ao longo de todas as fases da vida, no sentido de, com inteligência discernimos e com a liberdade decidirmos seguir o caminho recto (direito, ético) que nos conduz ao reconhecimento e ao respeito da dignidade humana, em nós próprios e em todos os outros e à plena realização de cada um de nós (nos planos pessoal, social e profissional), da inteira comunidade humana de que fazemos parte e, em última análise, do universo em que existimos.”

Importa também distinguir educação de ensino, até porque iremos caracterizar o “Sistema de Ensino em Portugal”.

Nas palavras do mesmo autor, muitas vezes reduzimos o conceito “educação” ao conceito “ensino”, isto é, reduzimos o processo educativo à promoção do enchimento de conhecimentos e não ao desenvolvimento da capacidade intelectual, ou mesmo, à promoção do desenvolvimento cognitivo e não do desenvolvimento humano em todas as suas dimensões (física, afectiva, intelectual, artística, moral, etc.).

O conceito de “ensino” pode ser apenas “a mera transmissão de conhecimentos”, mas para interligar com o conceito “educação”, o “ensino” tem de transmitir conhecimento com vista ao desenvolvimento da capacidade intelectual e da pessoa humana. Só assim os dois conceitos estão perfeitamente interligados, “só integrado na educação, o ensino adquire sentido, justificação e eficácia” (DIAS, 1999, p.37-38).

2.2. Caracterização do Sistema de Ensino em Portugal

O sistema de ensino é o conjunto de meios pelos quais se concretiza o direito à educação, desenvolvendo-se segundo um conjunto organizado de estruturas, sob responsabilidade de diversas instituições e entidades (públicas, particulares e cooperativas). Actualmente desenvolve-se através de uma grande estrutura, o “Ministério da Educação e Ciência” que, com a tomada de posse do XIX Governo Constitucional, fundiu os anteriores Ministério da

Educação e Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior, cujas competências foram divididas por vários gabinetes¹¹:

- Gabinete do Ministro da Educação e Ciência
- Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Superior
- Gabinete da Secretária de Estado da Ciência
- Gabinete do Secretário de Estado do Ensino e Administração Escolar
- Gabinete da Secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário

Nos termos da Lei de Bases¹², o sistema educativo compreende:

- A educação pré-escolar;
- A educação escolar;
- A educação extra-escolar.

O nosso estudo centra-se na educação escolar, que se desenvolve ao longo do ensino básico, secundário e superior:

Também nos limitamos à caracterização do ensino público, pois segundo a mesma lei, a coordenação da política relativa ao sistema educativo, independentemente das instituições que o compõem, incumbe a um ministério especialmente vocacionado para o efeito, isto é os objectivos gerais, as linhas orientadoras, independentemente do ensino público, privado ou cooperativo, são estabelecidas pela estrutura maior, o agora “Ministério da Educação e Ciência”.

Actualmente é muito importante criar estruturas que respondam de forma eficiente e eficaz às aceleradas evoluções e revoluções no conhecimento.

No dizer de Pires, embora actualmente não se disponha “de evidência empírica suficiente para esclarecer as relações entre o investimento em educação e os resultados económicos esperados” (2001, p. 118), a realidade portuguesa apresenta medidas de política educativa

¹¹ A estrutura do ministério, bem como a composição do Governo encontra-se disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/>, consultado em 05/10/2011

¹² Lei de Bases do Sistema Educativo, publicada pela Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro, com as alterações e aditamentos introduzidos pela Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto, e pela Lei n.º 85/2009, de 27 de Agosto

que não estão de acordo com as teorias do desenvolvimento económico. Podendo este panorama mudar, caso o Ministério leve a cabo, de forma eficaz, o “Projecto É - Educação para o Empreendedorismo”, que visa promover o Empreendedorismo na educação, através de uma “educação transversal para a vida; centrada na acção; focalizada no processo e nos resultados; coerente e constante; integrada multidisciplinarmente; contextualizada; auto-construída pelos/as alunos/as”¹³, da mesma forma que o “Projecto Nacional de Educação para o Empreendedorismo”, desenvolvido pela DGIDC, entre 2006 e 2009, criou condições para que as escolas desenvolvessem um conjunto de iniciativas conducentes ao desenvolvimento de competências e atitudes que permitam estimular o empreendedorismo¹⁴.

Nas palavras de Roberto Carneiro¹⁵ “a problematização das questões da educação coincide com grandes interrogações que são comuns a todos os países do mundo, (...). Generaliza-se (...) o sentimento partilhado de uma “geração de transição”, que vive uma sociedade confrontada com a permanência de alguns velhos paradigmas, da multissecular sociedade industrial e com a emergência de novos paradigmas de características totalmente diferentes daquelas que estiveram na base da nossa organização social e económica”.

O mesmo autor, citando Vaclav Hável, refere ainda que “todos temos o sentimento de uma crise e que as instituições que tínhamos já não servem, mas também reiterámos que algo está a nascer, ainda indefinido, e que ainda não podemos bem caracterizar”.

É a actualidade destas palavras que impressiona, mais de uma década se passou e o sentimento mantém-se, as constantes reformas legislativas nacionais, inclusivé do sistema educativo, ainda não acalmaram este sentimento, não parecem ter conseguido ultrapassar os graves problemas de fundo, em boa parte pela dificuldade de adoptar os métodos mais adequados ao respectivo equacionamento e procura de solução (DIAS, 2009, p.13).

Antes de entrarmos na caracterização propriamente dita, devemos esclarecer que a nossa abordagem ao tema é modesta, dado que ficará muito por relatar, nomeadamente no que

¹³http://www.drealg.min-edu.pt/content_01.asp?BtreeID=02/03&treeID=02/03/01&auxID=menudir&newsID=932, consultado em 24/09/2011

¹⁴<http://www.dgide.min-edu.pt/educacaocidadania>, consultado em 24/09/2011

¹⁵ A Questão do ensino: Os Desafios actuais, texto reconstituído a partir de intervenção oral (PROENÇA, 1998)

diz respeito à evolução do sistema de ensino em Portugal, à abordagem histórica, às reestruturações, às respostas encontradas para adequação do sistema aos constantes desafios.

Vamos antes tentar perceber os conceitos estruturais do ensino em Portugal, seus objectivos e a sua organização.

2.2.1. Caracterização do Ensino Básico

O ensino básico em Portugal tem um carácter obrigatório e gratuito, consagrado na Lei de Bases do Sistema Educativo¹⁶, e caracteriza-se por ser uma formação:

- Universal, na medida em que abrange todos os indivíduos;
- Alargada, por ter uma duração de nove anos de escolaridade, organizada em três ciclos;
- Homogénea, pois não estabelece vias diferenciadas nem possibilidade de opções prematuras.

A Lei de Bases define o conjunto de objectivos gerais que deverão ser prosseguidos na escolaridade básica para ir ao encontro destas grandes finalidades.

São objectivos do ensino básico, consagrados no artigo 7º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto:

- a) Assegurar uma formação geral comum a todos os portugueses que lhes garanta a descoberta e o desenvolvimento dos seus interesses e aptidões, capacidade de raciocínio, memória e espírito crítico, criatividade, sentido moral e sensibilidade estética, promovendo a realização individual em harmonia com os valores da solidariedade social;
- b) Assegurar que nesta formação sejam equilibradamente inter-relacionados o saber e o saber fazer, a teoria e a prática, a cultura escolar e a cultura do quotidiano;

¹⁶ Ibidem, nota 9

- c) Proporcionar o desenvolvimento físico e motor, valorizar as actividades manuais e promover a educação artística, de modo a sensibilizar para as diversas formas de expressão estética, detectando e estimulando aptidões nesses domínios;
- d) Proporcionar a aprendizagem de uma primeira língua estrangeira e a iniciação de uma segunda;
- e) Proporcionar a aquisição dos conhecimentos basilares que permitam o prosseguimento de estudos ou a inserção do aluno em esquemas de formação profissional, bem como facilitar a aquisição e o desenvolvimento de métodos e instrumentos de trabalho pessoal e em grupo, valorizando a dimensão humana do trabalho;
- f) Fomentar a consciência nacional aberta à realidade concreta numa perspectiva de humanismo universalista, de solidariedade e de cooperação internacional;
- g) Desenvolver o conhecimento e o apreço pelos valores característicos da identidade, língua, história e cultura portuguesas;
- h) Proporcionar aos alunos experiências que favoreçam a sua maturidade cívica e sócio-afectiva, criando neles atitudes e hábitos positivos de relação e cooperação, quer no plano dos seus vínculos de família, quer no da intervenção consciente e responsável na realidade circundante;
- i) Proporcionar a aquisição de atitudes autónomas, visando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária;
- j) Assegurar às crianças com necessidades educativas específicas, devidas, designadamente, a deficiências físicas e mentais, condições adequadas ao seu desenvolvimento e pleno aproveitamento das suas capacidades;
- k) Fomentar o gosto por uma constante actualização de conhecimentos;
- l) Participar no processo de informação e orientação educacionais em colaboração com as famílias;
- m) Proporcionar, em liberdade de consciência, a aquisição de noções de educação cívica e moral;
- n) Criar condições de promoção do sucesso escolar e educativo a todos os alunos.

Os objectivos enunciados devem entender-se como objectivos de desenvolvimento, isto é, como metas a prosseguir gradualmente ao longo de toda a escolaridade básica. Assim,

apesar da divisão do ensino básico em três ciclos¹⁷, não foram definidos objectivos específicos para cada um deles, a fim de evitar a compartimentação e rupturas indevidas na sequência do processo formativo, que se pretende eminentemente integrador.¹⁸

A consecução destes objectivos deve subordinar-se ao desenvolvimento das competências essenciais, gerais e específicas definidas no currículo nacional (Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais). De acordo com a Lei de Bases, entende-se por currículo nacional o conjunto das aprendizagens a desenvolver pelos alunos de cada ciclo.

De acordo com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 6/2001 de 18 de Janeiro¹⁹, a organização e a gestão do currículo subordinam-se aos seguintes princípios orientadores:

- a) Coerência e sequencialidade entre os três ciclos do ensino básico e articulação destes com o ensino secundário;
- b) Integração do currículo e da avaliação, assegurando que esta constitua o elemento regulador do ensino e da aprendizagem;
- c) Existência de áreas curriculares disciplinares e não disciplinares, visando a realização de aprendizagens significativas e a formação integral dos alunos, através da articulação e da contextualização dos saberes;
- d) Integração, com carácter transversal, da educação para a cidadania em todas as áreas curriculares;
- e) Valorização das aprendizagens experimentais nas diferentes áreas e disciplinas, em particular, e com carácter obrigatório, no ensino das ciências, promovendo a integração das dimensões teórica e prática;
- f) Racionalização da carga horária lectiva semanal dos alunos;
- g) Reconhecimento da autonomia da escola no sentido da definição de um projecto de desenvolvimento do currículo adequado ao seu contexto e integrado no respectivo projecto educativo;

¹⁷ Segundo a Lei de Bases, o ensino básico organiza-se em 3º Ciclos:

- 1º Ciclo de quatro anos, vulgarmente designado de “Primária”, que corresponde ao 1º, 2º, 3º e 4º anos;
- 2º ciclo de dois anos, composto por 5º e 6º;
- 3º Ciclo de 3 anos, que corresponde ao 7º, 8º e 9º.

¹⁸ Organização Curricular e Programas Título: Ensino Básico — 1.º Ciclo, p 16

¹⁹ Rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 4 -A/2001, de 28 de Fevereiro, e alterado pelos Decretos – Leis n.ºs 209/2002, de 17 de Outubro, 396/2007, de 31 de Dezembro, e 3/2008, de 7 de Janeiro.

- h) Valorização da diversidade de metodologias e estratégias de ensino e actividades de aprendizagem, em particular com recurso a tecnologias de informação e comunicação, visando favorecer o desenvolvimento de competências numa perspectiva de formação ao longo da vida;
- i) Diversidade de ofertas educativas, tomando em consideração as necessidades dos alunos, de forma a assegurar que todos possam desenvolver as competências essenciais e estruturantes definidas para cada um dos ciclos e concluir a escolaridade obrigatória.

Em conformidade com o Decreto-Lei n.º 209/2002, de 17 de Outubro, são inscritas três áreas curriculares não disciplinares, visando responder a necessidades identificadas no processo de formação e desenvolvimento dos alunos e cujos objectivos são os seguintes:

- Área de projecto visando a concepção, realização e avaliação de projectos, através da articulação de saberes de diversas áreas curriculares, em torno de problemas ou temas de pesquisa ou de intervenção, de acordo com as necessidades e os interesses dos alunos;
- Estudo acompanhado visando a aquisição de competências que permita uma apropriação, pelos alunos, de métodos de estudo e de trabalho e proporcionem o desenvolvimento de atitudes e de capacidades que favoreçam uma cada vez maior autonomia na realização das aprendizagens;
- Formação cívica espaço privilegiado para o desenvolvimento da educação para a cidadania, visando o desenvolvimento da consciência cívica dos alunos como elemento fundamental no processo de formação de cidadãos responsáveis, críticos, activos e intervenientes, com recurso, nomeadamente, ao intercâmbio de experiências vividas pelos alunos e à sua participação, individual e colectiva, na vida da turma, da escola e da comunidade.

Os planos curriculares publicados nos Anexos I, II e III do Decreto-Lei n.º 209/2002, de 17 de Outubro, permitem verificar o modo como se configuram todas estas disposições.²⁰

²⁰ Anexo I

Em Agosto do corrente ano, e após o Parecer n.º 1/2011²¹, do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação, sobre Reorganização Curricular do Ensino Básico, foi publicada uma alteração aos currículos com o objectivo de reduzir a dispersão curricular nos 2º e 3º ciclos e reforçar a aprendizagem das disciplinas estruturantes, como a Língua Portuguesa e a Matemática, bem como a eficaz avaliação do ensino básico.

Assim, à luz da actual legislação²², já não encontramos três áreas curriculares não disciplinares, mas apenas duas: a Formação Cívica e o Estudo Acompanhado.

Esta alteração, não sendo relevante no âmbito deste trabalho, é importante para percebermos as opções seguidas na evolução dos currículos, onde, para além de não encontramos nenhuma abordagem à Educação Fiscal, se percebe um enfoque nas matérias tradicionais em detrimento das áreas curriculares não disciplinares.

2.2.2.Caracterização do Ensino Secundário

Neste ponto pretendemos, de uma forma sucinta, caracterizar o nosso sistema de ensino secundário, a sua oferta formativa, os vários caminhos que servem de opções aos jovens no seu percurso académico.

Na sequência das grandes linhas da reforma do ensino secundário enunciadas no Programa do XV Governo Constitucional, a organização e gestão de currículos devem seguir os seguintes princípios orientadores²³:

- a) Articulação com o ciclo de escolaridade anterior, entre formações de nível secundário, com o ensino superior e entre as necessidades de desenvolvimento individual e as exigências impostas por estratégias de desenvolvimento do País;
- b) Flexibilidade na construção de percursos formativos;
- c) Permeabilidade, facilitando a reorientação do percurso escolar ao aluno;

²¹ Publicado no Diário da República, 2.ª série, nº 1, de 3 de Janeiro.

²² Decreto-Lei n.º 94/2011, de 3 de Agosto

²³ Artigo 4º do Decreto-Lei n.º 74/2004 de 26 de Março

- d) Integração do currículo e da avaliação, assegurando que esta constitua elemento regulador do ensino e da aprendizagem;
- e) Transversalidade da educação para a cidadania e da valorização da língua e da cultura portuguesas em todas as componentes curriculares;
- f) Valorização da aprendizagem das tecnologias da informação e comunicação;
- g) Favorecimento da integração das dimensões teórica e prática dos saberes, através da valorização das aprendizagens experimentais nas diferentes áreas e disciplinas e da criação de espaços curriculares de confluência e integração de saberes e competências adquiridos ao longo de cada curso;
- h) Enriquecimento das aprendizagens, através do alargamento da oferta de disciplinas, em função do projecto educativo da escola, e da possibilidade de os alunos diversificarem e alargarem a sua formação, no respeito pela autonomia da escola;
- i) Equilíbrio na distribuição das cargas horárias de cada um dos três anos lectivos;
- j) Racionalidade da carga horária lectiva semanal;
- k) Alargamento da duração dos tempos lectivos, de forma a permitir maior diversidade de metodologias e estratégias de ensino e melhor consolidação das aprendizagens.

A Lei n.º 85/2009, de 27 de Agosto, veio alterar a escolaridade obrigatória, considerando agora que se encontra em idade escolar as crianças e jovens entre os 6 e 18 anos, e apenas cessam a escolaridade obrigatória com a obtenção do diploma de curso conferente de nível secundário da educação ou com a maioridade (atingida aos 18 anos). Esta lei veio integrar o ensino secundário dentro da escolaridade obrigatória.

O Ensino Secundário concretiza-se num ciclo de três anos de escolaridade (10.º, 11.º e 12.º anos), tal como é definido na já referida Lei de Bases.

Actualmente as matrizes curriculares do ensino secundário são as definidas pelo Decreto-Lei n.º 272/2007, de 26 de Julho, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 84/2007, de 21 de Setembro²⁴, e os programas das disciplinas são homologados por despacho do Ministro da Educação, bem como as orientações fixadas para as áreas curriculares não disciplinares.

²⁴ Anexo II

O Ensino Secundário está organizado de forma a proporcionar formação e aprendizagens diversificadas, com várias opções para os jovens²⁵:

- a) Cursos científico-humanísticos, vocacionados para o prosseguimento de estudos de nível superior;
- b) Cursos tecnológicos, orientados na dupla perspectiva do mercado do trabalho e do prosseguimento de estudos de nível superior, especialmente através da frequência de cursos pós-secundários de especialização tecnológica e de cursos do ensino superior;
- c) Cursos artísticos especializados, vocacionados, consoante a área artística, para o prosseguimento de estudos ou orientados na dupla perspectiva da inserção no mercado de trabalho e do prosseguimento de estudos;
- d) Cursos profissionais, vocacionados para a qualificação inicial dos alunos, privilegiando a sua inserção no mundo do trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos.

O Ensino Secundário Recorrente visa proporcionar uma segunda oportunidade de formação, permitindo conciliar a frequência de estudos com uma actividade profissional possui três das opções já identificadas:

- a) Cursos Científico-humanísticos;
- b) Cursos Tecnológicos;
- c) Cursos Artísticos especializados.

Existe ainda a possibilidade dos jovens optarem pelos Cursos de Educação e Formação (CEF) que pretendem proporcionar um conjunto de ofertas diferenciadas que permitam o cumprimento da escolaridade obrigatória e a obtenção de qualificações profissionais, devidamente certificadas, permitindo uma certificação escolar de 12º ano de escolaridade.

Julgamos ainda pertinente para este estudo caracterizar a unidade curricular “área de projecto”, para os Cursos Científico-Humanísticos e Projecto Tecnológico para os Cursos Tecnológicos, por ser aquela que tem como um dos objectivos principais a promoção da

²⁵artigo 5º do Decreto-Lei nº 74/2004 de 26 de Março

orientação escolar e profissional dos alunos promovendo a sua aproximação ao mundo do trabalho.

As orientações desta unidade curricular foram homologadas pelo Ministério da Educação a 09 de Agosto de 2006²⁶ e definem como principais finalidades o desenvolvimento dos jovens procurando:

- Promover uma cultura de liberdade, participação, reflexão, qualidade e avaliação que realce a responsabilidade de cada um nos processos de mudança pessoal e social;
- Desenvolver atitudes de responsabilização pessoal e social dos alunos na constituição dos seus itinerários e projectos de vida, sob uma perspectiva de formação para a cidadania participada, para a aprendizagem ao longo da vida e para a promoção de um espírito empreendedor;
- Promover a orientação escolar e profissional dos alunos, relacionando os projectos desenvolvidos com os seus contextos sociais e, em particular, com os contextos de trabalho e as saídas profissionais;
- Preparar a Prova de Aptidão Tecnológica, no caso dos cursos tecnológicos.

Verificamos que já encontramos uma procura da introdução nos currículos do empreendedorismo, à semelhança do que foi feito com a “Educação ambiental”, mas apesar das constantes referencias à “formação para a cidadania” nunca é mencionada a “educação fiscal” como um objectivo a desenvolver.

2.2.3.Caracterização do Ensino Superior

O ensino superior público português atravessa actualmente transformações que redefiniram o seu actual modelo de funcionamento. A crescente tentativa de empresarialização da gestão das universidades e politécnicos, consagrada através da Lei nº 62/2007, de 10 de Setembro,²⁷ que estabelece o Regime jurídico das instituições de ensino superior, e as

²⁶ Disponível em www.dgidec.min-edu.pt, consultado em 10/10/2011

²⁷ http://www.ig.mctes.pt/docs/LEI_62.pdf, consultado em 2011/06/18

implicações do Tratado de Bolonha²⁸ na reorganização dos ciclos de estudo, são dois dos aspectos que se assumem fundamentais na sua evolução e o condicionam no quadro actual.

O ensino superior português organiza-se num sistema binário, universitário e politécnico, visando corresponder à procura crescentemente diversificada de formação de nível superior, satisfazendo a procura de formação de nível pós-secundário de vocação essencialmente técnica e de aprendizagem ao longo da vida, e a formação que articula o estudo, o ensino, a investigação e o desenvolvimento experimental.

Um dos modelos do sistema binário é o ensino universitário, que se orienta para a oferta de formações científicas sólidas, conferindo os graus de licenciado, mestre e doutor, juntando contributos e competências de unidades de ensino e investigação.

As instituições de ensino universitário integram as universidades, os institutos universitários e outras instituições de ensino universitário.

O outro modelo do sistema binário do ensino superior português é o ensino politécnico, orientado para a criação, transmissão e difusão da cultura e do saber de natureza profissional, conferindo os graus de licenciado e de mestre, nos termos da lei.

As instituições de ensino politécnico integram os institutos politécnicos e outras instituições de ensino politécnico, designadamente as escolas superiores técnicas não integradas.

Integram ainda a Rede Nacional de Estabelecimentos de Ensino Superior Público os estabelecimentos de ensino superior de natureza militar e policial, que ministram o ensino universitário ou politécnico, nos termos da legislação em vigor.

Apresenta-se de seguida a dimensão nacional dos dois sistemas de ensino superior público:

²⁸ Subscrito inicialmente por 29 países em 1999, o processo de Bolonha já se alargou a 46 países. As suas principais reformas incidem nos seguintes aspectos: estruturação do ensino superior em três ciclos (licenciatura, mestrado e doutoramento); garantia de qualidade do ensino superior; e reconhecimento das habilitações e dos períodos de estudo. (<http://ec.europa.eu/geninfo/query/resultaction.jsp?page=1>, consultado em 2011/10/10)

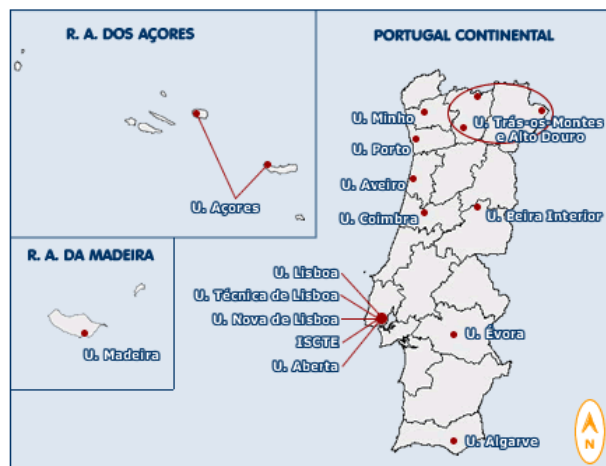


Figura 1: Ensino superior público universitário. (Fonte: <http://www.dges.mctes.pt/DGES>, consultado em 18/06/2010)

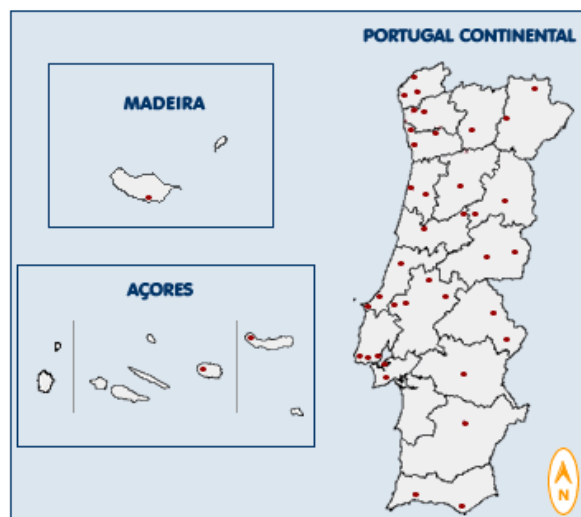


Figura 2: Ensino superior público politécnico (Fonte: <http://www.dges.mctes.pt/DGES>, consultado em 18/06/2010)

As instituições de ensino superior gozam, nos termos da Constituição da República Portuguesa, da Lei nº 62/2007, de 10 de Setembro, e dos seus Estatutos, de autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, patrimonial, administrativa, financeira e disciplinar.

Estes domínios autónomos das instituições de ensino superior universitárias e politécnicas caracterizam-se pelos seguintes princípios:

- a) Autonomia estatutária – os estatutos devem conter as normas fundamentais da sua organização interna, nos planos científico, pedagógico, financeiro e administrativo, bem como o regime das autonomias das suas unidades orgânicas

- b) Autonomia científica – confere a capacidade às instituições de ensino superior de livremente definir, programar e executar a investigação científica e demais actividades científicas e culturais.
- c) Autonomia pedagógica – atribui a competência para elaborar os planos de estudo e os programas das unidades curriculares, definir os métodos de ensino e de avaliação de conhecimentos e ensaio de novos modelos e exigências pedagógicas.
- d) Autonomia cultural – confere a capacidade para definirem o seu programa de formação e de iniciativas culturais.
- e) Autonomia administrativa e financeira – é exercida nos termos da lei em vigor, dotando as instituições de ensino superior de disporem do seu património, gerem livremente as verbas anuais que lhe são atribuídas pelo orçamento de estado, têm capacidade de transferir verbas entra rubricas e capítulos orçamentais, elaboram os seus orçamentos plurianuais, têm capacidade de obter receitas próprias a gerir anualmente através de orçamentos privativos, conforme critérios por si estabelecidos, e podem arrendar directamente edifícios indispensáveis ao seu funcionamento.
- f) Autonomia patrimonial – as instituições dispõem livremente do seu património, nos termos da lei em vigor e dos seus estatutos, podendo adquirir e arrendar terrenos e edifícios indispensáveis ao seu funcionamento. Devem manter um cadastro actualizado de todo o seu património, bem como dos bens que administra.
- g) Autonomia disciplinar – dispor do poder de punir, nos termos da lei, as infracções disciplinares praticadas por docentes, não docentes e estudantes. Destas penas há sempre direito a recurso, nos termos da lei.

A autonomia das instituições de ensino superior não preclude a tutela nem a acreditação ou avaliação externa, nos termos da lei. Isto é, a dependência do orçamento de estado faz depender as universidades e politécnicos de objectivos gerais, definidos politicamente. Segundo as palavras de Jorge Miguel Pereira, existe um conflito entre a legitimidade científica das universidades e legitimidade democrática do governo.

No entanto, e também segundo o mesmo autor, não se conhece nenhum ministro que tenha definido claramente os objectivos das universidades, não havendo por isso a possibilidade

de exigir o cumprimento desses objectivos. Existe apenas uma baliza financeira, que limita a acção das universidades e politécnicos públicos.

Por outro lado, as universidades e politécnicos também não estabelecem objectivos precisos e planos de desenvolvimento coerentes. A regra tem sido “navegação à vista”.²⁹

Não pode existir autonomia sem responsabilidade. É necessário que cada um seja responsável pelas decisões que toma. Se, por opção constitucional, vivemos numa época de autonomia das instituições de ensino superior, o Estado não pode, e não deve, abdicar de criar um sistema de responsabilidade pelo mau uso ou pelo abuso da autonomia, quer no plano patrimonial, quer no plano educativo.

Assim, determina o Novo Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior que estas deverão estabelecer, nos termos dos seus estatutos, mecanismos de auto-avaliação regular do seu desempenho, sujeitando-as desde logo a um sistema nacional de acreditação e avaliação, devendo cumprir as obrigações legais e colaborar com as instituições competentes.

Segundo Cláudia Valadas Urbano (IV Congresso Português de Sociologia)³⁰, este sistema de avaliação da qualidade cumpre as seguintes funções:

1. Contribuir para a promoção da qualidade do sistema de ensino;
2. Auto-regular o sistema de ensino com base em critérios de qualidade, e
3. Responsabilizar o sistema de ensino perante o mercado e o público escolar.

Este processo de avaliação do ensino superior produz dois efeitos: um diz respeito à afirmação das diversas instituições de ensino superior perante uma concorrência cada vez maior; o outro constitui uma mais-valia para cada instituição, através da produção de auto-conhecimento, um “olhar para dentro” que permitirá orientar as estratégias e investimentos futuros para a manutenção e melhoria contínua da qualidade do ensino superior.

As instituições de ensino superior estão ainda sujeitas aos poderes de fiscalização do Estado, designadamente do poder jurisdicional do Tribunal de Contas, e à inspecção do

²⁹ Universidade e Sociedade: os problemas actuais (PROENÇA, 1998, p. 179-180).

³⁰ O Ensino Politécnico – (re)definição e (re)posicionamento no panorama da formação superior em Portugal (URBANO, 2008).

ministério da tutela. Os serviços competentes deste ministério procedem regularmente a visitas de inspecção a todos os estabelecimentos de ensino em funcionamento, podendo fazer-se acompanhar de especialistas nas áreas relevantes.

A apreciação do grau e qualidade de concretização do papel social das instituições de ensino superior materializam-se ainda através da divulgação no seu sítio da Internet de todos os elementos relevantes para o conhecimento cabal dos ciclos de estudo oferecidos e graus conferidos, da investigação realizada e dos serviços prestados. Entre os elementos disponibilizados incluem-se obrigatoriamente os relatórios de auto-avaliação e de avaliação externa, da instituição e das suas unidades orgânicas, bem como dos seus ciclos de estudos.

2.3 Sistema Fiscal Português

Antes de caracterizarmos o sistema fiscal português, devemos primeiro definir alguns conceitos essenciais à boa leitura deste trabalho.

Muitas vezes utilizamos num vocabulário corrente os conceitos “tributos” e “impostos” como equivalentes. Importa pois esclarecer que a definição de tributo é mais abrangente que a definição de imposto.

Assim, o âmbito de aplicação do tributo foi estabelecido na Lei Geral Tributária (LGT), e inclui os impostos, as taxas e demais contribuições financeiras a favor de entidades públicas, entre as quais se encontram as contribuições especiais.³¹

A LGT³² esclarece ainda no nº1 do seu artigo 3º que os tributos podem ser:

- a) Fiscais e parafiscais;
- b) Estaduais, regionais e locais.

Para melhor distinguirmos cada um dos tributos, comecemos por definir e analisar o

³¹ CARLOS, 2010, p. 41

³² Consultada em MARREIROS, 2010

conceito de imposto:³³

“uma prestação pecuniária³⁴, coactiva³⁵, unilateral³⁶, a título definitivo³⁷, sem carácter de sanção³⁸, devida ao Estado ou a outros entes públicos com vista à realização de fins públicos³⁹.”

O que melhor distingue o imposto dos restantes tributos é a sua característica de unilateralidade. Nos outros tributos há uma relação bilateral pois do cumprimento da obrigação pecuniária resulta uma contrapartida devida ao seu pagador, como por exemplo no pagamento de uma taxa, ou nas contribuições especiais, onde as contrapartidas estão definidas respectivamente nos nº 2 e 3 do artigo 4º da LGT⁴⁰:

“As taxas assentam na prestação concreta de um serviço público, na utilização de um bem do domínio público ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares.

As contribuições especiais que assentam na obtenção pelo sujeito passivo de benefícios ou aumentos de valor dos seus bens em resultado de obras públicas ou da criação ou ampliação de serviços públicos ou no especial desgaste de bens públicos ocasionados pelo exercício de uma actividade são consideradas impostos.”⁴¹

O que realmente define a qualificação de um tributo como taxa ou imposto é a relação estabelecida entre o credor e o devedor da prestação. Vejamos as “contribuições para a segurança social”, na parte paga pela entidade patronal afiguram-se como um imposto, pois nenhum benefício daí resulta para essa entidade. Mas na parte que corresponde ao trabalhador já não tem o carácter de imposto, pois estão definidos os direitos que daí resultam para os trabalhadores, nomeadamente o direito ao abono de família, à protecção na doença, na velhice e na invalidez, estabelecendo-se uma relação bilateral. Não sendo impostos na esfera do trabalhador, também a sua classificação não é linear podendo ser considerados taxas ou prémio de seguro público⁴².

³³ PEREIRA, 2007, p. 13-18

³⁴ Prestação pecuniária é uma prestação em dinheiro ou equivalente.

³⁵ Coactiva pois a obrigação do imposto é estabelecida pela força da lei. É uma característica que se encontra traduzida na própria designação de “imposto” (no sentido em que se impõe)

³⁶ Unilateral porque não está previamente estabelecida qualquer contraprestação por parte da entidade beneficiária.

³⁷ Não se trata de um empréstimo, o imposto é devido a título definitivo sem criar um direito a uma restituição ou reembolso.

³⁸ Não tem origem num facto ilícito, logo não tem um carácter sancionatório, a semelhança da multa.

³⁹ De acordo com o nº 1 do artigo 103º da CRP, consultada em MARREIROS, 2010

⁴⁰ CARLOS, 2010, p. 44-53

⁴¹ LGT consultada em MARREIROS, 2010

⁴² CARLOS, 2010, p. 47

Certo é que as contribuições para a Segurança Social são tributos parafiscais, isto é, não sendo imposto e não fazendo parte do sistema fiscal, são prestações coactivas que estão directamente relacionadas com as funções económicas e sociais do Estado Moderno.⁴³

Nas palavras de Manuel Pereira, “o conceito de sistema fiscal é tradicionalmente usado para designar o conjunto dos impostos existentes num certo espaço, reportando-se, sobretudo, ao domínio normativo, ou seja à legislação fiscal existente.”

A designação “sistema” dá-nos por si só a ideia de interligação, “um sistema pode ser definido como um conjunto de unidades reciprocamente relacionadas (...) em interacção com o meio ambiente – influencia-o e é influenciado por ele” (PEREIRA, 2007, p. 61-62).

O nosso sistema fiscal, e de acordo com os objectivos definidos no artigo 103º da Constituição da Republica Portuguesa (MARREIROS, 2010, p. 22) “visa a satisfação das necessidades financeiras do Estado (...) e uma repartição justa dos rendimentos e da riqueza”.

Na prossecução destes objectivos, as modernas reformas do sistema fiscal são efectuadas segundo determinadas regras, as mais defendidas pelos autores são: a equidade⁴⁴, a eficiência económica⁴⁵ e a simplicidade⁴⁶.

A simplicidade é a característica que desempenha um papel fundamental na relação do contribuinte com a administração fiscal, mas é muito difícil de alcançar dado a inconstância das variáveis económicas e políticas, dado os objectivos estabelecidos constitucionalmente, e as regras da equidade e da eficiência económica.

A estrutura fiscal é “caracterizada pela forma como se articulam entre si os diversos impostos que integram um sistema fiscal e pela posição que cada um deles tem (...) no total das receitas fiscais” (PEREIRA, 2007, p. 344).

Encontramos os princípios, procedimentos e contencioso tributário que regulam o sistema fiscal Português, dispersos por várias legislações:

⁴³PEREIRA, 2007, p. 24

⁴⁴ O Princípio da Equidade defende que os impostos devem ser distribuídos de forma justa (Ibidem, p. 63-77).

⁴⁵ A eficiência económica do imposto pressupõe que este não actue como agente distorcionário da economia. Isto é, um imposto não deve afectar o poder de compra, ou impor um efeito de substituição na escolha do consumo (Ibidem).

⁴⁶ É a condição essencial no funcionamento de um sistema fiscal, ele deve ser aplicável na prática, e os custos da sua aplicação não podem ser superiores aos benefícios (Ibidem).

- - Constituição da Republica Portuguesa
- - Lei Geral Tributária
- - Código de Procedimento e de Processo Tributário
- - Regime Geral das Infracções Tributárias
- - Regime complementar do procedimento de inspecção tributária
- - Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais

2.3.1. Impostos sobre o Rendimento

O **Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares** (IRS) foi introduzido no Sistema Fiscal Português pelo Decreto-lei nº 442-A/88, de 30 de Novembro, que publicou o Código do Imposto sobre pessoas singulares (CIRS).

“Este imposto incide sobre o valor anual dos rendimentos dos contribuintes singulares, depois de efectuadas as correspondentes deduções e abatimentos. O Rendimento tributável do contribuinte é apurado após sujeição, das suas diferentes categorias de rendimentos, às regras de tributação do código de IRS e feitas as correspondentes deduções a essas categorias específicas de rendimentos e abatimentos ao seu rendimento líquido total”(TEIXEIRA, 2008, p 65).

De acordo com o artigo 1º do CIRS⁴⁷, são categorias de rendimentos:

- Categoria A - Rendimentos do trabalho dependente;
- Categoria B - Rendimentos empresariais e profissionais;
- Categoria E - Rendimentos de capitais;
- Categoria F - Rendimentos prediais;
- Categoria G - Incrementos patrimoniais;
- Categoria H - Pensões.

Assim, o rendimento líquido total advém da soma dos rendimentos específicos após as deduções permitidas ao abrigo de cada uma das categorias acima enunciadas, ao qual é aplicado um sistema de taxas progressivas.

Um sistema baseado em taxas progressivas pretende “corrigir a distribuição primária do rendimento que decorre do processo produtivo, de modo a operar uma redistribuição secundária que concorra para definir um padrão de distribuição tido como social e politicamente mais aceitável.”, além disso é certo que “o princípio da tributação com

⁴⁷ MARREIROS, 2010, p. 147

intensidade crescente à medida que o rendimento se eleva continua a constituir o critério geralmente aceite de ajustamento da carga fiscal à capacidade contributiva”⁴⁸.

No entanto o nosso sistema fiscal não se baseia apenas neste tipo de taxas. Quando o legislador aplica taxas liberatórias ou taxas especiais a determinados tipos de rendimentos, esta a optar por um sistema proporcional. Em Portugal, o princípio da progressividade atinge essencialmente contribuintes com menores recursos, pois os que apresentam maiores recursos beneficiam de taxas proporcionais a certos tipos de rendimentos, ou mesmo o benefício da não tributação efectiva de determinados rendimentos em espécie (TEIXEIRA, 2008, p. 65-69).

Actualmente as normas implementadas para a tributação do rendimento são cada vez mais complexas, dadas as diversas formas que o rendimento pode assumir e a necessidade de tributação de todas elas. Podemos dar o exemplo, mencionado por Cidália Lopes, da tributação das “vantagens acessórias (Fringe Benefits) que, embora trazendo ao sistema fiscal um maior grau de equidade, introduz um conjunto de normas (...) dotadas de grande complexidade de interpretação e aplicação” (2008, p.88).

Num estudo desenvolvido pela autora⁴⁹, cuja amostra incidiu em contribuintes do distrito de Coimbra, e foi aplicado durante o período de entrega da declaração de rendimentos do ano 2006, verificou-se que dos 308 entrevistados, 108 já tinham sentido dificuldades no preenchimento e entrega da sua declaração de rendimentos. A autora concluiu ainda que “a complexidade associada ao conhecimento e à dedução de despesas, abatimentos e benefícios fiscais está associada a custos de cumprimento mais elevados” (Ibidem, 2008, p.255-303).

Para o nosso estudo é também importante identificar quem fica sujeito a este imposto, isto é, quem é sujeito passivo de IRS.

Determina o artigo 13º do CIRS que “ficam sujeitas a IRS as pessoas singulares que residam em território português e as que, nele não residindo, aqui obtenham rendimentos.”, isto é, “aos contribuintes com residência no estrangeiro, mas com rendimentos originários em território Português, aplica-se o princípio da territorialidade” (TEIXEIRA, 2008, p. 65).

O Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) é outro tipo de imposto sobre o rendimento, desta feita que, “incide sobre o lucro das sociedades, cooperativas,

⁴⁸ Ponto 3 do Preambulo do CIRS

⁴⁹ “Quanto custa pagar imposto em Portugal?” (LOPES, 2008)

empresas públicas e outras pessoas colectivas que exerçam a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, a uma taxa proporcional” (Ibidem, p. 70).

Surgiu “na sequência da reforma fiscal sobre a tributação global do rendimento”, e procurou-se “através deste imposto criar um sistema de tributação unitário do rendimento de pessoas colectivas” (SOARES, 2004, p. 19).

O código de IRC, aprovado pelo Decreto-lei nº 442-B/88 de 30 de Novembro, entrou, à semelhança do CIRS, em vigor a 1 de Janeiro de 1989.

Em termos genéricos, e salvo algumas excepções previstas no Código, o IRC é devido por cada exercício económico, que corresponde ao ano civil, e incide sobre a totalidade de rendimentos das pessoas colectivas, com sede ou direcção efectiva em território Português, incluindo os rendimentos obtidos em território estrangeiro (TEIXEIRA, 2008, p.71).

2.3.2. Impostos sobre o Consumo

O **Imposto sobre o Valor Acrescentado** (IVA) foi introduzido no sistema fiscal Português em 1986, em substituição do Imposto de Transacções, criado em 1966, facto que constituiu o marco da reforma da tributação indirecta.

Criado pelo Decreto-Lei nº394-B, de 26 de Dezembro, entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1986, em cumprimento da Lei nº 42/85 de 22 de Agosto (SOARES, 2004, p. 17-20).

A Directiva 2006/112/CE do Conselho de 28/11/2006, relativa ao sistema comum do IVA, estabelece um novo regime do imposto, com o objectivo de clareza e racionalidade. Um imposto que deve ser simples, aplicado de um modo abrangente de forma a cobrir todas as fases de produção e distribuição de bens e serviços. Deve ser aplicável em todos os estados membros, “em condições de concorrência e em consonância com os princípios ou liberdades fundamentais da UE”⁵⁰.

De acordo com a Directiva, o princípio subjacente ao sistema comum do IVA “consiste em aplicar aos bens e serviços um imposto geral sobre o consumo exactamente proporcional ao preço dos bens e serviços, seja qual for o número de operações ocorridas no processo de

⁵⁰TEIXEIRA, 2008, p.200

produção e de distribuição anterior ao estágio de tributação”. Admite ainda a mesma Directiva, a existência de mais uma ou duas taxas proporcionais, reduzidas, aplicadas a determinados bens e serviços (artigo 98º da Directiva) (TEIXEIRA, 2008, p.200-202).

De forma a assegurar a aplicação uniforme do actual sistema de IVA, com o objectivo da uniformização da aplicação da já mencionada Directiva, e de fornecer respostas a situações específicas e concretas, é publicado o Regulamento de Execução (UE) nº 282/2011 do Conselho, de 15 de Março de 2011, que estabelece medidas de aplicação da Directiva 2006/112/CE relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado.

De acordo com o ponto 4 do preambulo do CIVA, “o IVA visa tributar todo o consumo em bens materiais e serviços, abrangendo na sua incidência todas as fases do circuito económico, desde a produção ao retalho, sendo, porém, a base tributável limitada ao valor acrescentado em cada fase.”, isto é “é calculado sobre o preço do bem ou serviço à taxa aplicável ao referido bem ou serviço, sendo exigível com previa dedução do montante do imposto que tenha incidido directamente sobre o custo dos diversos elementos constitutivos do preço” (Ibidem).

Para além do CIVA, encontramos ainda um **Regime de IVA nas Transacções Intracomunitárias** (RITI), aprovado pelo Decreto-lei nº 290/92 de 28 de Dezembro, que vem transpor para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 91/680/CEE, do Conselho, de 16 de Dezembro de 1991, que completa o sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado.

Os **Impostos Especiais de Consumo** (IEC) são impostos comunitários, cuja base tributável e taxas são coordenadas ao nível comunitário, conforme disposto na directiva 92/12/CEE de 25/02/1992 (TEIXEIRA, 2008, p.188-198).

Esta Directiva⁵¹ aplica-se, segundo o artigo 3º, a nível comunitário, aos seguintes produtos:

- óleos minerais,
- álcool e bebidas alcoólicas,
- tabacos manufacturados.

O que não impede que esses mesmos produtos sejam “sujeitos a outras imposições indirectas com finalidades específicas, desde que essas imposições respeitem as regras de

⁵¹ A Directiva 92/12/CEE de 25/02/1992 pode ser consultada na íntegra em http://www.dgaiec.min-financas.pt/NR/rdonlyres/2DF41390-B31A-4D42-8179-FFF8AF41AE35/0/dir_92_12.pdf, 2011/10/05

tributação aplicáveis em matéria de impostos especiais de consumo ou de IVA para a determinação da base tributável, o cálculo, a exigibilidade e o controlo do imposto”, de acordo com o número 2 do mesmo artigo.

Estabelece ainda no número 3, que os Estados-membros “conservam a faculdade de introduzir ou manter imposições sobre outros produtos (...) desde que essas imposições não dêem origem (...) a formalidades na passagem das fronteiras nas trocas comerciais entre Estados-membros.”

O Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de Junho, aprova o Código dos Impostos Especiais de Consumo (CIEC) e estabelece, para o território nacional, o imposto sobre o álcool e as bebidas alcoólicas, o imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos⁵² e o imposto sobre o tabaco, como objectos deste código.

2.3.3. Impostos sobre o Património e outros

Os sujeitos passivos (incidência pessoal) dos impostos sobre o património são as pessoas singulares e colectivas, que para efeito destes impostos podem ser proprietários, arrendatários, possuidores ou controladores (em situações de detenção de imóveis por entes societários) (TEIXEIRA, 2008, p.235).

A incidência material pode variar consoante o tipo de imposto:

- O **Imposto municipal sobre imóveis** (IMI) “incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território português”⁵³;
- O **Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis** (IMT) “incide sobre as transmissões, a título oneroso, do direito de propriedade ou de figuras parcelares desse direito, sobre bens imóveis situados no território nacional.”⁵⁴
- O **Imposto de selo** (aplicável a pessoas singulares à excepção de cônjuges,

⁵² Não sendo objecto deste estudo, podemos alargar o estudo sobre a introdução e importância da Política ambiental consultando a Decisão 2002/358/CE do Conselho, de 25 de Abril de 2002, relativa à aprovação, em nome da Comunidade Europeia, do Protocolo de Quioto da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as alterações climáticas e ao cumprimento conjunto dos respectivos compromissos, disponível em http://europa.eu/legislation_summaries/environment/tackling_climate_change/128060_pt.htm, consultado em 2011/10/06, e em Teixeira (2008, p 196-198).

⁵³ Artigo 1º do Código IMI

⁵⁴ Artigo 2º do Código do IMT

descendentes e ascendentes), ou IRC (aplicável a pessoas colectivas) incidem sobre as transmissões gratuitas de bens móveis e imóveis⁵⁵;

- A **Derrama** consiste num adicional percentual, até 10%, da colecta de IRC de pessoas colectivas que exerçam a título principal uma actividade empresarial e de estabelecimentos estáveis de não residentes⁵⁶, não sendo igual em todos os municípios, estes “podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) (...)”⁵⁷;
- O **Imposto sobre veículos** e o **Imposto único de circulação** são impostos que incidem sobre os veículos, embora de forma distinta. Foram ambos aprovados pela Lei n.º 22-A/2007, de 29 de Junho, que procede à reforma global da tributação automóvel;
- O **Imposto Especial de Jogo** incide sobre o “exercício da actividade do jogo”⁵⁸.

O sistema fiscal Português possui ainda diversos benefícios fiscais consagrados em diplomas como o Estatuto dos Benefícios Fiscais⁵⁹ (EBF), o Estatuto do Mecenato Científico⁶⁰, o Estatuto Fiscal Cooperativo⁶¹, o Código Fiscal do Investimento e Benefícios Fiscais à Internacionalização⁶², ou apenas atribuídos de um modo avulso, como por exemplo através de contratos fiscais ou regimes especiais de dedução de custos ou prejuízos fiscais. Apesar de desaconselhado pelos princípios da neutralidade, simplicidade e transparência fiscal (TEIXEIRA, 2008, p 245-271).

A organização do estado Português é descentralizada, criando poderes locais e regionais

⁵⁵ TEIXEIRA, 2008, p.236

⁵⁶ Ibidem

⁵⁷ Artigo 14.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro que aprova a Lei das Finanças Locais, revogando a Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto. (MARREIROS, 2010, p. 492-495)

⁵⁸ Artigo 84.º do Decreto-lei n.º 422/89 de 2 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 10/95, de 19 de Janeiro. (Ibidem, p. 420-424)

⁵⁹ Aprovado pelo Decreto-lei n.º 215/89, de 1 de Julho e republicado pelo Decreto-lei n.º 108/2008, de 26 de Junho. (Ibidem, p. 425)

⁶⁰ Aprovado pela Lei n.º 26/2004, de 8 de Julho. (Ibidem, p. 454)

⁶¹ Aprovado pela Lei n.º 85/98, de 16 de Dezembro. (Ibidem, p. 457)

⁶² Vem estabelecer o procedimento aplicável à contratualização dos benefícios previstos no artigo 41.º do EBF e criar o regime fiscal do residente não habitual, com efeitos desde 01/01/2009. O Código fiscal do investimento é aprovado pelo DL n.º 249/2009, de 23 de Setembro, a Regulamentação dos benefícios fiscais à internacionalização é publicada com o DL n.º 250/2009, de 23 de Setembro, e a Portaria n.º 1452/2009, de 29 de Dezembro define os códigos CAE correspondentes às actividades económicas beneficiárias dos incentivos ao investimento produtivo e à internacionalização. (Ibidem, p. 461-470)

próprios, com competências legislativas ou tributárias próprias. Neste contexto surge a adaptação do Sistema Fiscal Nacional à Região Autónoma da Madeira⁶³ e dos Açores⁶⁴, a Lei das finanças locais, as taxas de derrama, a participação variável no IRS e as taxas de IMI por município.

Nesta sucinta caracterização do sistema fiscal, focámos mais os impostos sobre rendimento e consumo, por serem aqueles que escolhemos abordar no nosso estudo. Consideramos que, não sendo necessário aprofundar cada um dos impostos, era importante percebermos a dimensão legislativa do nosso sistema fiscal, sendo que ficou por abordar diversa legislação complementar.⁶⁵

2.4 Conceito de Educação Fiscal

Já identificamos algumas características do nosso sistema fiscal, mas não identificamos até aqui, o momento em que o contribuinte aprende como lidar com esse sistema.

Em regra, os canais de comunicação transmitem informações mínimas sobre as alterações ao orçamento do estado com impacto na vida dos cidadãos, sobre alterações legislativas, sobre algumas interpretações. São “mínimas” por terem o carácter de informar e não de educar.

Também através dos mesmos canais de informação são divulgadas informações sobre as finanças públicas e sobre os gastos do governo.

⁶³ A adaptação do sistema fiscal nacional à Região Autónoma da Madeira prevê (MARREIROS, 2010, 474-491):

- redução das taxas de IRS (Decreto legislativo regional nº 3/2001/M, de 22 de Fevereiro);
- redução das taxas de IRC (Decreto legislativo regional nº 2/2001/M, de 20 de Fevereiro);
- criação de derrama regional (Decreto legislativo regional nº 14/2010/M, de 5 de Agosto);
- adaptação dos benefícios fiscais, previstos no artigo 41º do EBF, em regime contratual (Decreto legislativo regional nº 18/99/M, de 28 de Junho);
- adaptação orgânica e funcional da legislação (Decreto legislativo regional nº 27/2008/M, de 3 de Julho);
- e regime de incentivos fiscais aos lucros reinvestidos (Decreto legislativo regional nº 2/2009/M, de 22 de Janeiro).

⁶⁴ A adaptação do sistema fiscal nacional à Região Autónoma dos Açores prevê uma redução das taxas de IRS, IRC, IVA e IEC, deduções à colecta e benefícios fiscais, estabelecidos pelo Decreto legislativo Regional nº 2/99/A, de 20 de Janeiro. (Ibidem, 471-473).

⁶⁵ Cujas compilação, em matéria fiscal, podemos consultar em Marreiros (2008, 503 e ss).

Cabe assim ao cidadão comum interpretar, na qualidade de espectador, o impacto das alterações legislativas, da criação de novos impostos, das injustiças sociais, da distribuição da despesa pública, do desequilíbrio das finanças, do desvio de recursos, da inflação.⁶⁶

Na vertente social, Domitília Soares (2004, p.199) aprofundou o tema e concluiu que

“A opinião fiscal do cidadão médio português não se configura, exclusivamente, pela aceitação passiva das mensagens emitidas pelos actores sociais, com conhecimentos mais qualificados sobre a fiscalidade, nem sequer pelas emitidas pelos profissionais dos meios de comunicação social. As mensagens são recebidas de maneira selectiva (...) onde a percepção dos próprios interesses pessoais e de grupo, determina tanto a atitude como a opinião perante os diferentes aspectos, em que se concretiza a realidade fiscal.”

Apesar de estarmos perante uma sociedade critica, a influência das várias variáveis que envolvem cada cidadão, desde a profissão, ao meio social, familiar, cultural, religioso, podem distorcer a informação a favor de quem a recebe. Como se cada um inventasse para si uma concepção de fiscalidade. O mesmo estudo refere “cada cidadão elabora um esquema mental assente em eixos muito básicos e esquemáticos”⁶⁷.

O tema “Educação Fiscal” visa à consciencialização da sociedade quanto à necessidade de financiamento do Estado através da arrecadação de impostos, o dever do cidadão contribuinte de pagá-los e o direito de acompanhar sua aplicação.⁶⁸

Outra conclusão do estudo de Domitília Soares em relação aos cidadãos em Portugal, é a existência de “pouca consciência cívica, no que respeita ao cumprimento das obrigações fiscais”. Também neste ponto a Educação Fiscal é essencial, mais ainda, a autora pede a “colaboração entre a Administração Fiscal e o Ministério da Educação com o objectivo de fomentar a consciência cívico-fiscal nas faixas etárias mais jovens da população” (2004, p.2001).

⁶⁶Estudos Tributários 11 da Receita Federal do Brasil, mencionados no artigo “Educação Fiscal: Premissa para melhor percepção da questão Tributária”.

⁶⁷SOARES, 2004, p.199

⁶⁸ Ibidem

A DGCI, na prossecução do objectivo de prevenção da fraude e evasão fiscal, está a desenvolver um Projecto de Educação Fiscal, sob a coordenação do Dr. João Paulo Paiva Boléo, e através do Grupo de Trabalho de Educação Fiscal.

Na Exposição⁶⁹ organizada por este grupo entende-se que

“a necessidade de um programa de Educação Fiscal, insere-se (...) na necessidade imperiosa de contrariar ideias enraizadas e, nesse combate, promover a difusão de uma correcta cultura tributária.”, e que “a formação em valores, por um lado e a participação democrática, por outro, justificam/impõem a formação de uma cultura tributária.”

Também nas várias estratégias abordadas por Cidália Lopes para o combate a fraude evasão fiscal, é mencionada a estratégia sociológica, concluindo a autora que “a forma de incentivar os contribuintes a cumprirem voluntariamente é determinada pela melhoria da assistência e da informação fornecida pelos serviços fiscais, bem como por uma melhor educação fiscal dos contribuintes” (LOPES, p. 141).

Para além do combate à fraude e evasão fiscal, a mesma autora reconhece a complexidade técnica do sistema fiscal imposta por objectivos cada vez mais ambiciosos e necessidades crescentes do sistema, que dificultam a vida dos contribuintes, até pela dificuldade de compreensão do mesmo (LOPES, p. 88-89).

⁶⁹ Disponível para consulta em info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/...6C03.../exposicao_paineis.pps

3. ESTUDO EMPÍRICO

3.1 - Metodologia

Neste capítulo, abordamos o tipo de estudo efectuado e a metodologia utilizada, caracterizamos a amostra da nossa investigação. Apresentamos e descrevemos o questionário utilizado, bem como o processo de construção e validação do mesmo.

Posteriormente, apresentamos o procedimento de recolha de dados bem como as directrizes a ter em conta em todo o processo de aplicação do instrumento que serviu de base ao nosso estudo.

Seguidamente apresentamos o procedimento de tratamento estatístico e na análise dos dados obtidos.

3.2 - Tipo de Estudo

Trata-se da realização de um trabalho de índole académica, sob a forma de uma dissertação de mestrado que pretende sobretudo uma reflexão sobre o tema.

Na concretização de uma investigação, é importante definir as opções metodológicas pois delas dependem os resultados. Ora sendo a metodologia uma ciência auxiliar das demais, para que sirva capazmente os seus fins, deve procurar uma solução adequada para a análise do problema⁷⁰.

Segundo as palavras de Bell, uma vez pensados e definidos o tema e os objectivos do projecto de investigação, urgirá a necessidade de decidir a melhor forma de recolha da informação de que necessita. Deste modo, “A pergunta inicial não será “que

⁷⁰ DIAS, Maria Olívia (1999), Métodos e Técnicas de Estudo e Elaboração de Trabalhos Científicos, Minerva

metodologia?”, mas “o que preciso de saber e porquê?”. Só então se questionará “qual é a melhor maneira de recolher dados?” e “quando dispuser desta informação, o que farei com ela?”(1997, p.85).

Optamos por dirigir a nossa investigação para um estudo de caso. O autor Robert Yin (1998, cit. por Freixo, 2011, p. 111) define um estudo de caso como uma abordagem empírica que “investiga um fenómeno actual no seu contexto real” e Carmo e Ferreira reforçam como sendo um “estudo do contexto extremamente limitado”⁷¹. Por outro lado, Pardal e Correia (1995, p.23) descrevem os estudos de caso com “um modelo de análise intensiva de uma situação particular (caso)”.

Este método tem a vantagem de possibilitar ao investigador uma maior atenção a uma determinada realidade e através dele ser possível “identificar, os diversos processos interactivos em curso”⁷², tendo ainda a vantagem de ser “especialmente indicado para investigadores isolados”⁷³, proporcionando oportunidade para estudar um dado problema num curto espaço de tempo.

Seguiremos pois o autor Merriam⁷⁴ que afirma “primeiramente o investigador deverá definir o problema de investigação, o qual será (...) proveniente da sua própria experiência (...). Seguidamente formulará as questões de investigação acerca de processos (porque é que algo acontece e como) e da tentativa de compreensão dos acontecimentos (...). A escolha da unidade de análise, ou “caso” é o passo seguinte.”.

O tema sobre o qual nos propomos reflectir é a *Educação Fiscal como Ferramenta - Impacto da ausência de educação fiscal*, procurando responder com este estudo empírico à seguinte pergunta de partida: **Em que medida a ausência de educação fiscal no percurso académico tem impacto na relação do indivíduo com o Sistema Fiscal e Parafiscal.**

⁷¹ (Ferreira, 1998, p. 216-222)

⁷² (Bell, 1997, p.22-23)

⁷³ Ibidem

⁷⁴ Merriam, 1988, cit. por Carmo & Ferreira, 1998, p.217

3.3 – As hipóteses de investigação

Como nos descreve Marconi, “a função da hipótese, na pesquisa científica, é propor explicações para certos factos e ao mesmo tempo orientar a busca de outras informações”⁷⁵explica-nos ainda que:

*“Hipótese é uma proposição que se faz na tentativa de verificar a validade de resposta existente para um problema. É uma suposição que antecede a constatação de factos e tem como característica uma formulação própria; deve ser testada para determinar sua validade.”*⁷⁶

Uma hipótese é uma sugestão de resposta a um problema e deve ser formulada no presente, sobre a forma declarativa (FREIXO, 2011, p. 165).

A hipótese pode estar certa ou errada, pode ser de acordo ou contrária ao senso comum, mas conduz sempre a uma verificação empírica.

Na sequência da nossa pergunta de partida formulámos as seguintes hipóteses:

Hipótese 1 - A conclusão do percurso académico não permite o acesso à profissão com conhecimento das obrigações fiscais e parafiscais.

Hipótese 2 - A obtenção de um grau académico superior não elimina as dificuldades concretas na relação com a Administração fiscal e parafiscal.

Hipótese 3 - A obtenção de um grau académico fornece os conhecimentos e gera aptidões suficientes para a criação de uma empresa.

Hipótese 4 - A educação fiscal é uma ferramenta para a integração na vida profissional activa.

Questão 1 - Existe procura efectiva de formação específica nestas matérias para colmatar a ausência no percurso académico?

⁷⁵MARCONI, p.28

⁷⁶ Ibidem

Questão 2 - Os trabalhadores independentes sentem dificuldades na relação com a Administração Fiscal ou Parafiscal no início da sua actividade?

Questão 3 - Os empresários sentem dificuldades na relação com a Administração Fiscal ou Parafiscal no início da sua actividade?

Questão 4 - Qual a percepção dos indivíduos sobre a complexidade e estabilidade do sistema fiscal português?

3.4 – Objectivos do Estudo

Assim sendo, o estudo centra-se nos seguintes objectivos:

- Verificar se o percurso académico transmite conhecimentos em matéria fiscal e parafiscal;
- Averiguar se existem dificuldades concretas no relacionamento dos indivíduos activos, licenciados, e a administração fiscal;
- Verificar qual a percepção dos indivíduos relativamente à complexidade do sistema fiscal português;
- Verificar qual a percepção dos indivíduos relativamente à estabilidade legislativa do sistema fiscal português;
- Avaliar a percepção dos indivíduos quanto à necessidade da inclusão da Educação Fiscal no percurso académico.

3.5 – Caracterização da Amostra

A incidência deste estudo, no que diz respeito à amostra escolhida, foi nos profissionais Licenciados em Cardiopneumologia, independentemente da sua profissão actual ou do vínculo laboral, desde que já tivessem exercido uma actividade profissional.

Neste caso, optámos pela procura de um subgrupo da população de licenciados que fosse típico em relação às características que pretendíamos analisar, nomeadamente na ausência no seu percurso académico, desde o básico até à obtenção do grau de licenciado, de matérias ligadas à fiscalidade ou parafiscalidade. O estudo de toda a população que se encontrasse nessas condições seria praticamente impossível, dado a dificuldade de caracterização dos percursos académicos e a multiplicidade de escolhas entre o ensino secundário e superior. Assim, optamos por uma técnica de amostragem não probabilística escolhendo um subgrupo da nossa população onde, e segundo as palavras de Ackoff “tal subgrupo é utilizado como “barómetro” da população (1975, p.161), Restringem-se as observações a ele e as conclusões obtidas são generalizadas para o resto da população” (citado in MARCONI, Marina de Andrade, 2007, Técnicas de Pesquisa, 6ª edição, p.53).

Para tal foi contactada a Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra⁷⁷, no sentido de obter a sua colaboração na cedência dos contactos de e-mail's de ex-alunos da instituição Licenciados em Cardiopneumologia. Com esta diligência foi possível obter uma listagem de 171 contactos de e-mail, dos 447 alunos licenciados, nessa instituição entre 01/01/2000 e 30/08/2011.

Não justificava uma análise anterior pela inexistência de contactos de e-mail na base de dados da escola.

Paralelamente foi solicitada a colaboração da Associação Portuguesa de Cardiopneumologistas⁷⁸ no sentido de ser possível facultar a listagem de e-mail's dos Cardiopneumologistas associados. Dos 1485 associados⁷⁹, foi possível obter 975 contactos de e-mail.

As duas listagens foram confrontadas por forma a eliminar as repetições de contactos, pelo que a nossa amostra final é de 975.

⁷⁷ Anexo III - Carta dirigida ao Presidente da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra, Prof. Jorge Manuel dos Santos Conde, e respectiva autorização

⁷⁸ Anexo IV - Carta dirigida ao Presidente da Associação Portuguesa de Cardiopneumologistas, Técnico de Cardiopneumologia Dr. Hélder Santos, e respectiva autorização

⁷⁹ Dados de Maio de 2011, fornecidos pela Associação Portuguesa de Cardiopneumologistas

A amostra é significativa pois existem actualmente 1532⁸⁰ Cardiopneumologistas com cédula profissional.

3.6 - Técnicas e Instrumentos de Recolha de Dados

Estamos agora em condições de definir de que forma iremos recolher as informações necessárias, tendo optado pela recolha de dados através de questionário por inquérito, sendo “o termo inquérito no sentido de um estudo de um tema preciso junto de uma população, cuja amostra se determina a fim de precisar certos parâmetros” (KETELE, 1993, p.35).

“Questionário é um instrumento de colecta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.” (MARCONI, p.98). Devemos ter em atenção que este autor considera questionário o questionário por inquérito, designando por entrevista o que outros autores consideram questionário por entrevista.

A construção do questionário teve em conta as hipóteses e questões formuladas, tendo sido elaborado o quadro seguinte com a correspondência entre essas e as perguntas do questionário.

Hipótese/Questão	Correspondência entre as Perguntas do Questionário
Hipótese 1 A conclusão do percurso académico não permite o acesso à profissão com conhecimento das obrigações fiscais e parafiscais.	<p>➤ Perg.11. - Quando iniciou a sua actividade profissional remunerada conhecia as suas obrigações declarativas e contributivas em sede de impostos sobre os rendimentos?</p> <p>➤ Perg.12. - Quando iniciou a sua actividade profissional remunerada conhecia as suas obrigações</p>

⁸⁰ Ibidem

	<p>parafiscais, nomeadamente em relação à segurança social ou outro sistema de contribuição social obrigatório?</p> <p>➤ Perg.13. - Quando iniciou a sua actividade profissional remunerada conhecia as implicações fiscais de ser trabalhador dependente, independente, empresário em nome individual ou sócio-gerente de uma empresa?</p>
<p>Hipótese 2</p> <p>A obtenção de um grau académico superior não elimina as dificuldades concretas na relação com a Administração fiscal e parafiscal.</p>	<p>➤ Perg.15. - Já sentiu dificuldades no preenchimento da declaração de IRS?</p> <p>➤ Perg.16. - Alguma vez falhou prazos de entrega de declarações fiscais por desconhecimento ou falta de informação?</p> <p>➤ Perg.17. - Alguma vez falhou prazos de pagamento de obrigações fiscais?</p> <p>➤ Perg.19. - Sentiu outra dificuldade no relacionamento com a Administração fiscal ou Segurança Social que não tenha sido abordada neste estudo? Se sim, especifique as dificuldades e o organismo.</p> <p>➤ Perg.23. - Considera que existe informação disponível suficiente ao bom cumprimento de todas obrigações fiscais?</p>
<p>Hipótese 3</p> <p>A obtenção de um grau</p>	<p>➤ Perg.14. - No caso de ter considerado, ou se considerasse, a hipótese de criar a sua empresa,</p>

académico não fornece os conhecimentos nem gera aptidões suficientes para a criação de uma empresa.	<p>unipessoal ou sociedade, sabia quais as obrigações fiscais a que estaria sujeito?</p> <p>➤ Perg.18. - Na conclusão do primeiro grau superior considerava-se apto a constituir uma empresa?</p>
<p>Hipótese 4</p> <p>A educação fiscal é uma ferramenta para a integração na vida profissional activa.</p>	<p>➤ Perg.22. - Considera que obteve durante a sua formação académica as ferramentas necessárias ao bom cumprimento das suas obrigações fiscais?</p> <p>➤ Perg.24. - Considera que a introdução da Educação fiscal nos programas curriculares do ensino básico e/ou secundário e no ensino superior poderia servir como uma ferramenta para uma integração na vida profissional activa?</p>
<p>Questão 1</p> <p>Existe procura efectiva de formação específica nestas matérias para colmatar a ausência no percurso académico?</p>	<p>➤ Perg.7. - Alguma vez frequentou formação específica na área da fiscalidade (Cursos, Workshop's, Seminários,...)?</p>
<p>Questão 2</p> <p>Os trabalhadores independentes sentem dificuldades na relação com a Administração Fiscal ou Parafiscal no início da sua actividade?</p>	<p>➤ Perg.b1. - Estava informado sobre o enquadramento em sede de IVA quando iniciou a sua actividade?</p> <p>➤ Perg.b2. - Conhecia as suas obrigações contributivas à Segurança Social?</p> <p>➤ Perg.b3. - Alguma vez teve dívidas às finanças ou à segurança social por não cumprimento de obrigações</p>

	<p>contributivas devido a desconhecimento ou falta de informação?</p> <p>➤ Perg.b4. - Não sendo obrigatório possuir contabilidade organizada, já alguma vez recorreu a um técnico oficial de contas para submeter a sua declaração de rendimentos?</p>
<p>Questão 3</p> <p>Os empresários sentem dificuldades na relação com a Administração Fiscal ou Parafiscal no início da sua actividade?</p>	<p>➤ Perg.a1. - As empresas são sujeitos passivos de diversos tributos, nomeadamente de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA), entre outros. Conhecia todas obrigações declarativas e contributivas quando iniciou a sua actividade?</p> <p>➤ Perg.a2. - As empresas têm ainda obrigações declarativas e contributivas à Segurança Social. Conhecia estas obrigações quando iniciou a sua actividade?</p>
<p>Questão 4</p> <p>Qual a percepção dos indivíduos sobre a complexidade e estabilidade do sistema fiscal português?</p>	<p>➤ Perg.20. - Acha o sistema fiscal português complexo ou simples?</p> <p>➤ Perg.21. - Na sua opinião o sistema fiscal português (estrutura, legislação, taxas,...) é constante ou altera com frequência?</p>

Quadro 1: Correspondência entre as hipóteses e as questões colocadas no nosso estudo e as perguntas do questionário
(Fonte: Elaboração própria)

Segundo Marconi⁸¹, “a elaboração de um questionário requer observância de normas precisas, a fim de aumentar sua eficácia e sua validade.” A organização do questionário deve ter em conta “tudo aquilo que se sabe sobre percepção, estereótipos, mecanismos de defesa, liderança, etc.” (AUGRAS, 1974, citado in MARCONI, p. 99).

Optámos por organizar o nosso questionário⁸² em três partes, organizadas por capítulos e de forma a tornar o seu preenchimento mais leve:

- PARTE I - Breve Caracterização do Indivíduo

A primeira parte assenta num conjunto de questões com o objectivo de caracterizar a amostra deste estudo, nomeadamente Idade, Sexo e Habilitações Literárias.

No entanto, definida a nossa amostra, e sendo os questionários enviados através de e-mail, embora a plataforma seleccionada para o efeito assegure a fiabilidade da recolha de informação, era importante definir um conjunto de questões que permitam verificar se realmente estamos a chegar à população desejada. Assim as perguntas 4, 5 e 6 permitem averiguar o percurso académico da nossa amostra.

As perguntas 10 e 10.1 têm um papel muito importante na direcção do questionário, pois o nosso questionário aborda o tema de diferentes formas consoante a experiência profissional dos inquiridos. Isto é, o facto de o vínculo laboral estabelecer um relacionamento diferente com a Administração fiscal e parafiscal foi aqui considerado, levando a perguntas diferentes.

Assim foram considerados três tipos de indivíduos:

- Empresário/Sócio-gerente de uma empresa (com empregados)
- Trabalhador Independente/por conta própria
- Trabalhador por conta de outrem/dependente/assalariado

No caso de o indivíduo trabalhar ou ter trabalhado como empresário ou sócio-gerente de uma empresa, para além das 24 perguntas deve ainda responder às perguntas a1 e a2.

⁸¹ MARCONI, p. 99

⁸² Anexo V - Questionário Educação Fiscal como Ferramenta - Impacto da ausência de educação fiscal

No caso de o indivíduo trabalhar ou ter trabalhado por conta própria (Trabalhador Independente), para além das 24 perguntas deve ainda responder às perguntas b1, b2, b3 e b4.

Os restantes indivíduos, que apenas detêm experiência como trabalhador por conta de outrem, dependentes, apenas respondem às 24 perguntas do questionário.

A pergunta 7 é a única pergunta desta parte do questionário que consta do quadro nº 1 e permite-nos averiguar se existe uma procura por parte destes profissionais em frequentar formação específica na área.

- PARTE II - Dificuldades do Indivíduo

A segunda parte do questionário é constituída por um conjunto de perguntas que pretendem aferir os conhecimentos do indivíduo e abordar situações práticas onde o inquirido possa ter sentido dificuldades.

Esta é a parte do questionário que se encontra adaptada ao tipo de indivíduo, consoante a sua experiencia profissional.

- PARTE III - Percepção do Indivíduo

A terceira parte deste estudo é composta por um conjunto de cinco perguntas onde se pretende aferir a percepção do indivíduo em relação ao tema.

Depois de estruturadas as ideias, e de previamente elaboradas todas as perguntas, e porque optámos por enviar a informação utilizando o e-mail, seguiu-se a escolha da plataforma.

Foi efectuada pesquisa sobre a criação do questionário e as funcionalidades de várias plataformas. A escolha foi pela plataforma EncuestaFacil.com⁸³ que se apresentou como uma solução completa para realizar inquéritos através Internet, com a vantagem de ser muito intuitiva, apresentar o processamento de dados imediato e um tratamento prévio dos mesmos.

⁸³<http://www.encuestafacil.com>

Apresenta ainda a vantagem de exportação do ficheiro para utilização em Excel ou SPSS, as ferramentas de eleição no tratamento de dados estatísticos.

Para garantir que o questionário permite a recolha de informações suficientes e que reflecte bem a realidade efectuamos a validação dos mesmos, através do envio do questionário, utilizando a mesma plataforma, a uma pequena amostra de características idênticas à amostra alvo.

Segundo Ketele, “a validação da recolha de informações é o processo pelo qual o investigador (...) se assegura que aquilo que quer recolher como informações, as informações que recolhe realmente e o modo como as recolhe servem adequadamente o objectivo da investigação.” (1993, p.220).

Entre 29 e 31 de Agosto foram enviados através da plataforma utilizada para o efeito 7 questionários para validação, dos quais foram obtidas 6 repostas. Foi disponibilizado o e-mail aos indivíduos que participaram na validação para darem a sua opinião sobre o tamanho, facilidade e compreensão de todo o questionário.

Esta fase foi concluída com êxito, pois o questionário teve muita receptividade, foram colocadas poucas dúvidas, e foram tidas em consideração todas as sugestões.

Foi ainda reformulado em alguns pontos pois da análise prévia dos resultados verificou-se que poderíamos obter mais informação diversificando as respostas.

Concluiu-se ainda que incluía perguntas que levariam ao mesmo resultado, pelo que foram retiradas.

Os questionários, depois de validados, foram enviados, na sua versão final, através da plataforma EncuestaFacil.com, em 15 de Setembro de 2011 e reenviados em 21 de Setembro de 2011. Verificou-se que 6 dos questionários enviados não foram entregues por falha do endereço de e-mail.

4 – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 – Introdução

Estamos agora em condições de apresentar a análise e interpretação dos dados recolhidos através dos questionários.

Dos 969 questionários enviados através de e-mail, foram entregues⁸⁴ 190 questionários e obtidas 132 respostas.

O questionário vai ser analisado de acordo com a sua estrutura. Posteriormente será efectuada uma análise com o cruzamento de alguns dados obtidos e as respostas às nossas hipóteses e questões de partida.

Esta análise e tratamento dos dados incidirá sobre:

- Tratamento estatístico das informações recolhidas nos 132 questionários. Os programas utilizados no tratamento dos dados, foram as versões Microsoft Office Word 2007 e Microsoft Office Excel 2007, SPSS version19, e a própria plataforma utilizada no envio e recolha dos dados EncuestaFacil.com.
- Análise da informação recolhida nas respostas abertas do questionário.

4.1.1 Breve caracterização do curso de cardiopneumologia

A Cardiopneumologia, em Portugal, centra a sua área de actuação essencialmente ao nível de actividades de carácter mais técnico que estão direccionadas para o estudo funcional e da capacidade anatomofisiológica do coração, vasos e pulmões e de actividades ao nível da programação, aplicação de meios de diagnóstico e sua avaliação, bem como no

⁸⁴ O número de questionários entregues corresponde ao número de vezes que clicaram no link da pesquisa e um questionário foi aberto.

desenvolvimento de acções terapêuticas específicas, no âmbito da cardiologia, pneumologia e cirurgia cardiotorácica⁸⁵.

Segundo a Classificação Nacional de Profissões⁸⁶, o técnico de cardiopneumografia desenvolve actividades inerentes, nomeadamente:

- Efectuar exames na área cardiopneumovascular;
- Preparar e posicionar o doente para o exame e utilizar meios de protecção para a sua segurança e conforto durante o exame;
- Operar e posicionar o equipamento adequado e ajustar as suas características e controlos de acordo com as especificações técnicas;
- Proceder à manutenção de rotina dos aparelhos e a operações de calibragem;
- Monitorizar condição e reacções dos pacientes ao exame ou tratamento.

Em Portugal a titulação profissional da profissão dá-se em meados dos anos 50 e o ensino formal da Cardiopneumologia, encontra as suas raízes na década de 60, sob a tutela da saúde. A partir de 1980, sofre uma profunda reestruturação e valorização, apresentando um currículo de 3 anos de duração. Em 1993, o curso é integrado no sistema educativo nacional, ao nível do ensino superior politécnico, conferindo o grau académico de bacharelato. Posteriormente, decorrente da evolução verificada no seio deste subsistema de ensino superior, o curso passou a conferir o grau de licenciatura, através de um modelo bietápico (3 anos para a obtenção do bacharelato e 1 para obtenção da licenciatura, num total de 4 anos de formação).

Actualmente, e decorrente do disposto na Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro (regime jurídico das instituições de ensino superior), no Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março (Graus académicos e diplomas do ensino superior) e do parecer emitido pelo Direcção Geral do Ensino Superior a 11 de Junho de 2008⁸⁷, o curso tem a duração de 4 anos, e atribui o grau de licenciado.

⁸⁵ Decreto-Lei n.º 564/99 de 21 de Dezembro

⁸⁶ A Classificação Portuguesa de Profissões 2010 (CPP2010), disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=107961853&PUBLICACOESmodo=2, consultado em 5/10/2011.

⁸⁷ Disponível em <http://www.dges.mctes.pt/>, consultado em 05/10/2011

O curso é leccionado no ensino superior público, nas Escolas Superiores de Saúde, e no ensino superior privado. Nos quadros seguintes podemos verificar a oferta pública e privada para a obtenção do curso a nível nacional.

Distrito	Nome do Estabelecimento	Grau
Castelo Branco	Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias	Licenciatura - 1º Ciclo
Coimbra	Instituto Politécnico de Coimbra - Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra	Licenciatura - 1º Ciclo
Lisboa	Instituto Politécnico de Lisboa - Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa	Licenciatura - 1º Ciclo
Porto	Instituto Politécnico do Porto - Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto	Licenciatura - 1º Ciclo

Quadro 2: Oferta do Curso de Cardiopneumologia no ensino superior público em Portugal

(Fonte: Elaboração própria)

Distrito	Nome do Estabelecimento	Grau
Lisboa	Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa	Licenciatura - 1º Ciclo
Setúbal	Escola Superior de Saúde Egas Moniz	Licenciatura - 1º Ciclo
Braga	Instituto Politécnico de Saúde do Norte - Escola Superior de Saúde do Vale do Ave	Licenciatura - 1º Ciclo

Quadro 3: Oferta do Curso de Cardiopneumologia no ensino superior privado em Portugal

(Fonte: Elaboração própria)

Fazemos ainda uma análise do número de vagas disponíveis anualmente para a obtenção desta licenciatura.

Em termos de vagas para o concurso geral de acesso ao ensino superior, a oferta pública de 2010 foi de 123 vagas, distribuídas pelas 4 escolas públicas, enquanto a oferta privada foi de 130 vagas distribuídas pelas 3 escolas privadas⁸⁸.

4.2 – Caracterização dos indivíduos

No sentido de caracterizar a nossa amostra, vamos passar à análise da primeira parte do questionário.

Perg.1.- Idade

Idade	Nº de Questionários	%
22	1	0,76%
23	9	6,82%
24	11	8,33%
25	18	13,64%
26	10	7,58%
27	7	5,30%
28	13	9,85%
29	13	9,85%
30	7	5,30%
31	8	6,06%
32	2	1,52%
33	5	3,79%
34	3	2,27%
35	2	1,52%
36	1	0,76%
37	1	0,76%
38	2	1,52%
39	2	1,52%
40	5	3,79%
41	1	0,76%
42	2	1,52%
43	3	2,27%
45	1	0,76%
46	1	0,76%
48	3	2,27%
51	1	0,76%

Quadro 4: Nº e % de Questionários respondidos por idade dos inquiridos

⁸⁸ Estima-se que estão cerca de 833 alunos a frequentar a Licenciatura de Cardiopneumologia, dados de Maio de 2011 da APTEC, relativos ao ano lectivo 2010/2011.

Perg.2.- Género

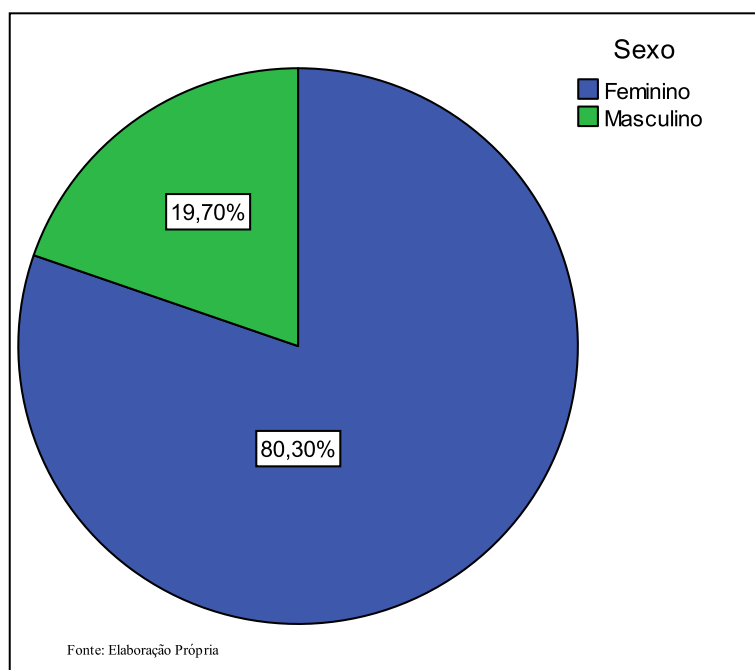


Gráfico 1: Percentagem dos inquiridos por género

A nossa amostra conseguiu alcançar várias faixas etárias, situando-se entre os 22 e os 51 anos de idade.

No quadro 2 podemos verificar que o maior número de questionários respondidos foi por inquiridos com 25 anos, representando 13,64% da amostra, seguindo-se os inquiridos com 28 e 29 anos, ambos representando 9,85% da amostra.

Verificamos ainda que, entre os 22 e os 29 anos de idade concentramos 62,13% da nossa amostra.

No tocante à variável Género, podemos depreender que predominam os respondentes do sexo feminino, com 106 elementos, constituindo 80,30% do total da amostra, o sexo masculino representa 19,70% do total da amostra com a resposta a 26 questionários.

Perg.3.- Habilitações Literárias

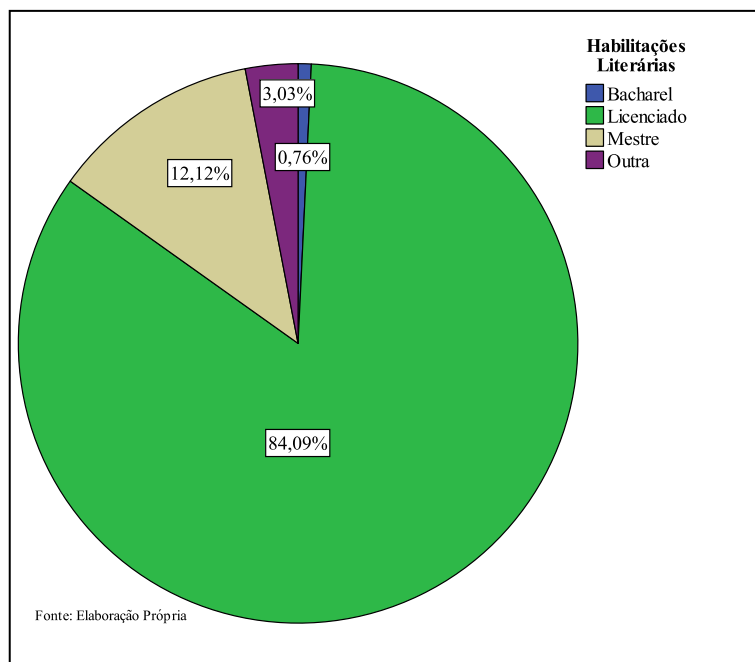


Gráfico 2: Percentagem dos inquiridos por habilitações literárias

Da análise do gráfico podemos concluir que apenas 0,76%, o que corresponde a 1 inquirido, detém apenas o grau de Bacharel. Tal deve-se ao facto de, o acesso há profissão, entre 1993 e 1999, se dar com a conclusão do Bacharelato, por este curso ser estruturado apenas em 3 anos conferindo o grau de Bacharel.

Em 1999 o curso passou a ser bietápico, conferindo o grau de bacharel ao fim de três anos e o grau de licenciado no final do 4º ano, o que levou muitos profissionais do activo a concluírem a Licenciatura, ao abrigo da alínea b2 ou b3 do nº 1 do artigo 13º da Portaria n.º 533-A/99, de 22 de Julho, com a frequência do 4º ano do curso. Assim se explica que, apesar da amostra ser constituída por várias faixas etárias, 99,24% dos inquiridos detém a Licenciatura ou grau superior.

Verificámos ainda que, 12,12% dos inquiridos detêm o grau de mestre e que, dos 3,03% dos inquiridos que responderam “outra”, são detentores de uma Pós-graduação.

Perg.4.- Via de conclusão do ensino secundário

Esta pergunta continha várias opções de acordo com as possibilidades para conclusão do secundário e com os vários regimes de acesso ao ensino superior. Assim, era possível optar pela conclusão do secundário através da via de ensino, da via profissional ou escolher outra

opção, pois ao longo dos anos foram surgindo diferentes soluções para a conclusão do secundário, nomeadamente as recentes “Novas Oportunidades”⁸⁹”.

A pergunta continha ainda uma opção de “não conclusão do ensino secundário”, pois existe legislação específica⁹⁰ que permite a entrada no ensino superior sem essa conclusão.

Apenas um inquirido escolheu a opção “Outra” indicando “Ensino - curso científico-natural”. Ora esta resposta enquadra-se na opção “Ensino - Cursos científico-humanísticos (Tradicional 10º,11º e 12º ano) ”, pelo que podemos concluir que 100% dos inquiridos concluíram o secundário através da via de ensino.

Perg.5.- Designação do curso ou cursos concluídos

Da análise desta questão de resposta aberta, confirmamos que 99,93% dos inquiridos detêm Bacharelato e/ou Licenciatura em Cardiopneumologia, 0,02% dos inquiridos não especificaram o nome do curso que detêm e 0,03% apenas respondeu “grau superior”.

Tivemos ainda a possibilidade de apurar que 0,02% dos inquiridos detêm duas licenciaturas. Na listagem abaixo podemos verificar os nomes dos vários cursos mencionados nos questionários e que conferem grau:

- Licenciatura em Engenharia Biomédica
- Licenciatura em Ensino Português/latim/ Grego
- Licenciatura em Medicina Chinesa
- Licenciatura em Radioterapia
- Mestrado em Arritmologia Aplicada
- Mestrado em Ciências do Sono
- Mestrado em Educação Médica
- Mestrado em Engenharia Biomédica

⁸⁹ A Iniciativa Novas Oportunidades foi apresentada publicamente no dia 14 de Dezembro de 2005 e tem como objectivo alargar o referencial mínimo de formação até ao 12º ano de escolaridade para jovens e adultos. (<http://www.novasoportunidades.gov.pt/>, consultado em 2011/10/10)

⁹⁰ Nomeadamente o Decreto-Lei nº 393-B/99, de 2 de Outubro alterado pelo Decreto-Lei nº 64/2006 de 21 de Março, que possibilitam o acesso ao ensino superior através das provas de “provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos”. (Legislação consultada no portal <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Acesso/ConcursosEspeciais/Legislacao>, consultado em 2011/10/10).

- Mestrado em Exercício e Saúde
- Mestrado em Gestão em saúde
- Mestrado Gestão - MBA
- Mestrado em Informática Médica
- Mestrado em Medicina
- Mestrado em Medicina do sono
- Mestrado em Saúde e Aparelho respiratório
- Mestrado em Saúde Pública
- Mestrado em Sociopsicologia da saúde
- Mestrado em Toxicodependência e Patologias Psicossociais

Perg.6.- Conhecimentos de Fiscalidade e Parafiscalidade obtidos durante o percurso académico

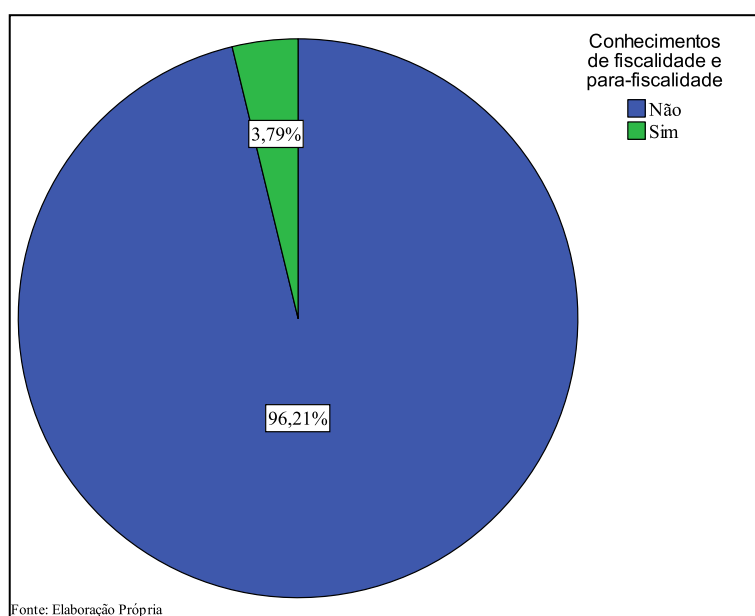


Gráfico 3: Percentagem de inquiridos com conhecimentos de fiscalidade e parafiscalidade obtidos no ensino básico, ensino secundário ou ensino superior.

Esta pergunta permite validar a nossa amostra para efeitos deste estudo, isto é, permite-nos confirmar que através do percurso académico os inquiridos não obtêm conhecimentos em matérias relacionadas com fiscalidade e parafiscalidade.

No gráfico anterior verificamos que uma percentagem superior a 96% respondeu que não tinha obtido conhecimentos relacionados com estas matérias.

Analisando os questionários dos cinco inquiridos que responderam ter obtido conhecimentos nestas matérias durante o seu percurso académico, verificamos que três dos inquiridos detinham o grau de mestre e dois deles Mestrado na área de Gestão.

Perg.7.- Alguma vez frequentou formação específica na área da fiscalidade (Cursos, Workshop's, Seminários,...)?

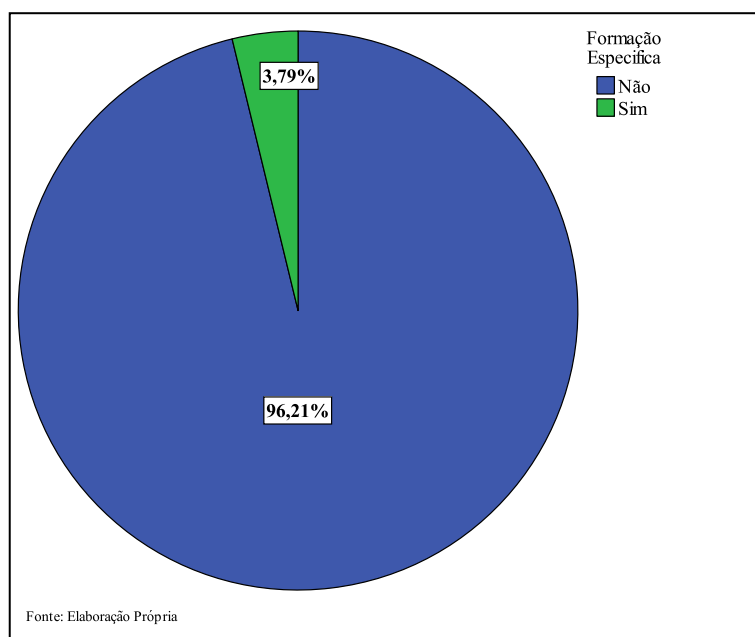


Gráfico 4: Percentagem de inquiridos que frequentaram formação específica na área.

Apesar da ausência de conhecimento na área da fiscalidade durante o percurso académico, também não se verifica uma procura de formação específica na área, sendo que apenas 3,79% dos inquiridos já frequentou esse tipo de formação.

Perg.8.- Exerce ou já exerceu alguma actividade profissional?

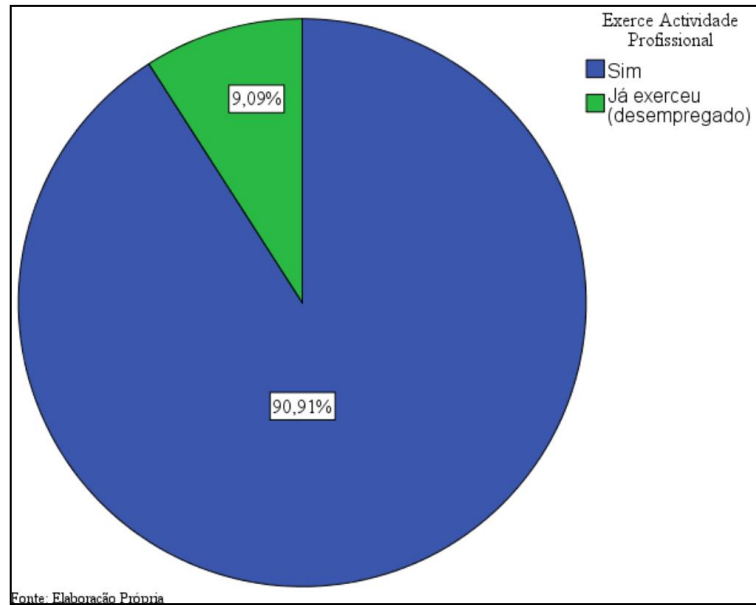


Gráfico 5: Percentagem de inquiridos que exerce uma actividade profissional.

Esta pergunta garantia que apenas alcançávamos a parte da nossa amostra que pretendíamos estudar, isto é, que exerce ou já exerceu uma actividade profissional, caso contrário o inquirido não estaria em condições de responder com conhecimento ao nosso questionário.

A opção “Não, nunca exerci uma actividade” não foi seleccionada por nenhum inquirido.

Perg.9.- Profissão Principal

Profissão	Nº de Questionários	%
Cardiopneumologista	111	84,09%
Cardiopneumologista + outra profissão	5	3,79%
Outra	16	12,12%

Quadro 5: N° e % de Questionários respondidos por profissão (Fonte: Elaboração Própria)

Esta pergunta, de resposta aberta, pretendia sobretudo identificar a possibilidade de existirem inquiridos com profissões ligadas à gestão, onde existisse maior necessidade de aquisição de conhecimentos relacionadas com fiscalidade.

Cerca de 83% dos inquiridos respondeu que exerce a Profissão como Cardiopneumologista, Técnico de Cardiopneumologia, Técnico Diagnóstico de Terapêutica em Cardiopneumologia, Técnico de Sono e aproximadamente 4% dos inquiridos respondeu que acumula a profissão de Cardiopneumologista com outra (docente universitário, investigador, delegado de informação médica, comércio).

Entre os inquiridos, e apesar da sua formação, encontramos o exercício de outras profissões, nomeadamente:

- Assistente Administrativa
- Assistente de Call-Center
- Bolseiro de investigação
- Bombeiro
- Chefe divisão
- Clinical Physiologist - UK
- Docente
- Estudante
- Gestor de Produto
- Médico de Medicina Chinesa / Acupunctur
- Professor
- Técnica Superior Segurança Higiene Trabalho
- Técnico de Radioterapia

Perg.10.- Actualmente exerce a sua profissão (principal) como:

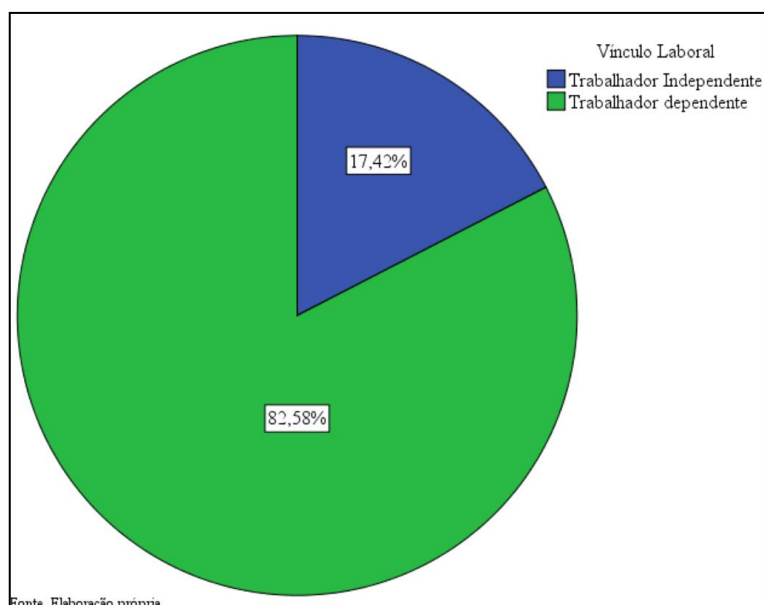


Gráfico 6: Percentagem de inquiridos por tipo de vínculo.

Esta pergunta tinha três opções:

- Empresário/Sócio-gerente de uma empresa (com empregados);
- Trabalhador Independente/por conta própria;
- Trabalhador por conta de outrem/dependente/assalariado.

E tinha o objectivo, não só de caracterizar a nossa amostra, mas especialmente de direccionar o questionário, pois as diferentes opções representam, para efeitos do nosso estudo, a confrontação dos inquiridos com deveres distintos em matéria de fiscalidade e parafiscalidade.

O gráfico demonstra que a maior parte dos inquiridos é trabalhador dependente (82,58%) e apenas 17,42% dos inquiridos exerce a sua profissão como trabalhadores independentes.

	Nº de Questionários	%
Trabalhador Independente/por conta própria	23	17,4
Trabalhador por conta de outrem/dependente/assalariado	109	82,6
Total	132	100,0

Quadro 6: Nº de inquiridos por tipo de vínculo (Fonte: Elaboração Própria)

Os 109 inquiridos que actualmente exercem uma actividade como trabalhadores dependentes são a amostra das perguntas 10.1 e 10.2.

Nenhum inquirido seleccionou a opção “Empresário/Sócio-gerente de uma empresa (com empregados)”, o que pode ser um indicador de pouco empreendedorismo nesta área de formação. Não nos vamos alargar nesta matéria por não constituir objecto do nosso estudo.

Perg.10.1 - Alguma vez constituiu uma sociedade ou exerceu uma actividade como trabalhador independente?

Por outro lado, importava ainda apurar se os inquiridos, que actualmente têm um vínculo laboral como trabalhadores dependentes, já passaram pela experiência de serem Empresários, Sócio-gerente de uma empresa ou Trabalhadores Independentes.

Apenas um inquirido, que se encontra actualmente como trabalhador dependente, tinha essa experiência. Mais uma vez nenhum dos inquiridos seleccionou a opção “Empresário/Sócio-gerente de uma empresa (com empregados)”.

Perg.10.2 - Exerce ou já exerceu funções de gestão?

Dentro dos trabalhadores dependentes também é importante distinguir os que exercem ou já exerceram funções de gestão, pois será uma população, em princípio, mais sensibilizada para o tema.

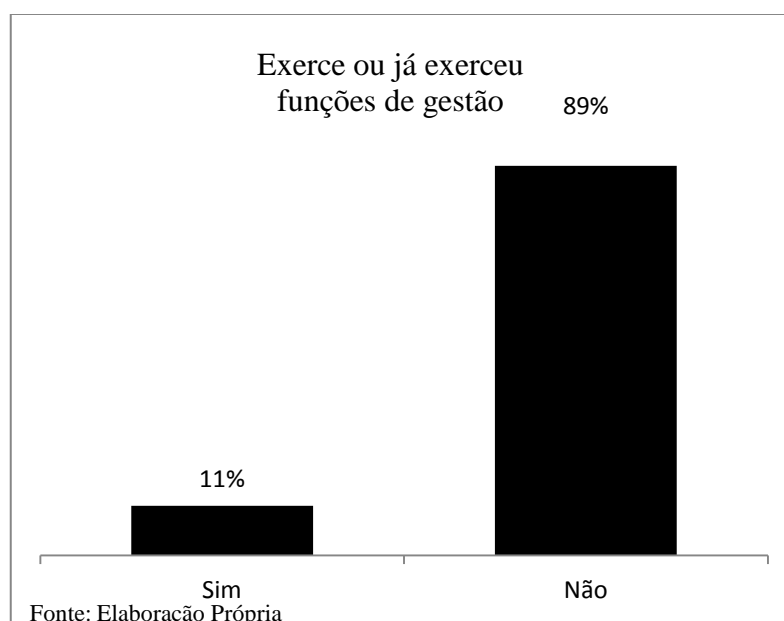


Gráfico 7: Percentagem de inquiridos por tipo de vínculo.

Verificámos que apenas 11% dos trabalhadores dependentes já exerceram funções de gestão.

4.2.1 – Conclusões da Caracterização dos indivíduos

A análise da primeira parte do questionário permitiu apurar que 100% dos inquiridos detêm Bacharelato e/ou Licenciatura em Cardiopneumologia, e 87,88% exerce a profissão de Cardiopneumologista (ou acumula).

Confirmámos ainda que cerca de 96% dos inquiridos não obteve, durante o percurso académico, conhecimentos em matéria de fiscalidade ou parafiscalidade, mas também não existe uma procura significativa de formação específica nesta área.

A totalidade dos inquiridos exerce ou exerceu uma actividade profissional.

Vamos ter dois tipos de questionários consoante a experiência laboral dos inquiridos. Dos 132 inquiridos que responderam correctamente aos questionários, 109 inquiridos são actualmente trabalhadores dependentes, e um já exerceu actividade como trabalhador independente, e ainda, 23 inquiridos exercem actualmente actividade profissional como trabalhadores independentes.

Assim sendo, o questionário base (24 questões) é aplicado à totalidade da amostra, e 24 inquiridos, com experiência como trabalhadores independentes, respondem ainda às questões b1, b2, b3 e b4.

As questões a1 e a2 não tiveram nenhum resultado pois seriam aplicadas aos inquiridos com experiência como empresários ou sócios-gerentes de uma empresa o que sugere baixo empreendedorismo.

Retiramos ainda uma conclusão secundária, que advém do facto de uma percentagem de inquiridos superior a 62% estar enquadrada entre uma faixa etária muito jovem (entre os 22 e os 29 anos), e dos quais todos estão empregados, o que sugere uma boa empregabilidade desta formação.

4.3– Dificuldades do indivíduo

A segunda parte do questionário é adaptada ao tipo de inquirido, segundo a experiência profissional, assim:

Perguntas	Tipo de Inquirido	Amostra
11 a 19	Empresário/Sócio-gerente de uma empresa Trabalhador Independente/por conta própria Trabalhador por conta de outrem/dependente/assalariado	132
a1 e a2	Empresário/Sócio-gerente de uma empresa	0
b1, b2, b3 e b4	Trabalhador Independente/por conta própria	24

Quadro 7: N° de Elementos da amostra por pergunta

(Fonte: Elaboração Própria)

Foram elaboradas as seguintes perguntas para averiguar os conhecimentos iniciais de um empresário

- Perg.a1.- As empresas são sujeitos passivos de diversos tributos, nomeadamente de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA), entre outros. Conhecia todas obrigações declarativas e contributivas quando iniciou a sua actividade?
- Perg.a2.- As empresas têm ainda obrigações declarativas e contributivas à Segurança Social. Conhecia estas obrigações quando iniciou a sua actividade?

Embora fosse uma abordagem modesta às possíveis dificuldades sentidas pelos empresários no relacionamento com a administração fiscal e parafiscal, tal não foi por falta de ambição, mas antes por termos a consciência que este estudo dificilmente alcançaria uma população empreendedora, e não prevíamos obter grandes mais-valias em enveredar por essa direcção.

Perg.11.- Quando iniciou a sua actividade profissional remunerada conhecia as suas obrigações declarativas e contributivas em sede de impostos sobre os rendimentos?

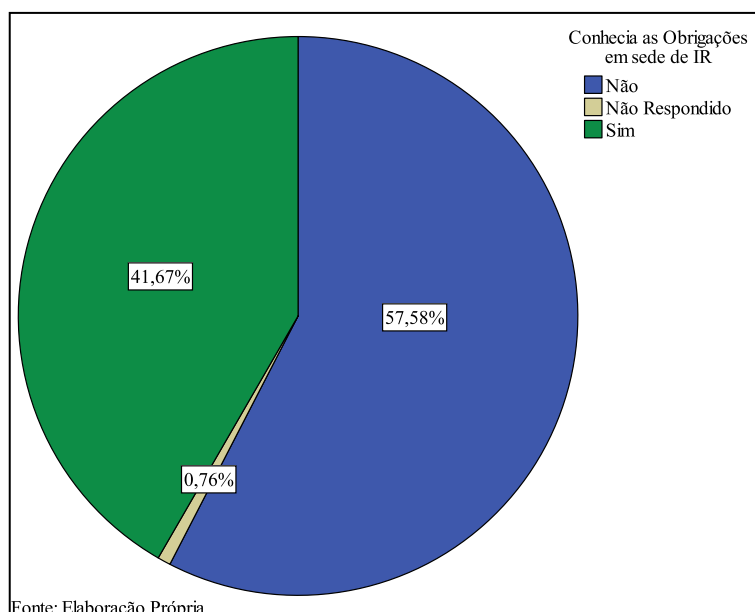


Gráfico 8: Percentagem de inquiridos que conhecia as suas obrigações declarativas e contributivas em sede de impostos sobre os rendimentos quando iniciou a sua actividade profissional remunerada

Perg.12.- Quando iniciou a sua actividade profissional remunerada conhecia as suas obrigações para-fiscais, nomeadamente em relação à segurança social ou outro sistema de contribuição social obrigatório?

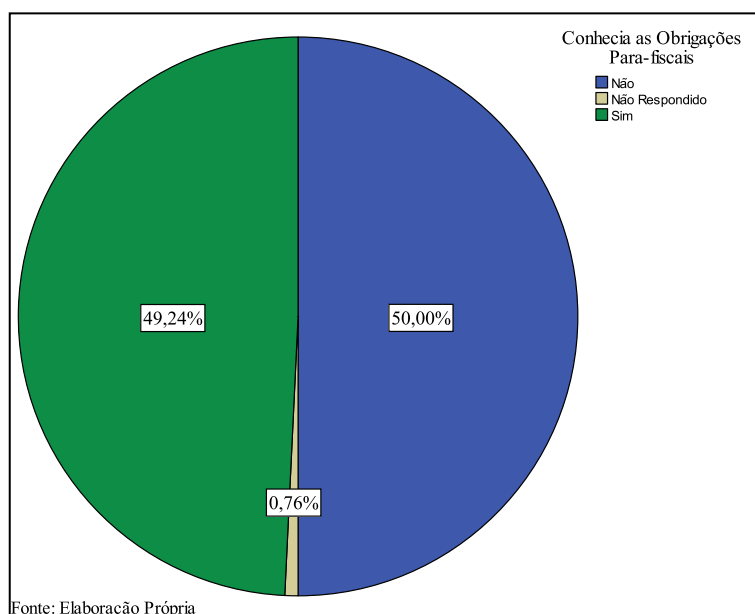


Gráfico 9: Percentagem de inquiridos que conhecia as suas obrigações para-fiscais, quando iniciou a sua actividade profissional remunerada

Da análise das questões 11 e 12, podemos concluir que os inquiridos sentem que conhecem as suas obrigações fiscais em sede de impostos sobre os rendimentos e as suas obrigações para fiscais, no início da sua vida profissional activa.

Ainda assim, verificamos que, enquanto em relação às contribuições para a segurança social, ou outro regime de contribuições obrigatórias, exactamente metade diz desconhecer, em relação ao sistema fiscal esse valor ultrapassa os 57%.

Perg.13.- Quando iniciou a sua actividade profissional remunerada conhecia as implicações fiscais de ser trabalhador dependente, independente, empresário em nome individual ou sócio-gerente de uma empresa?

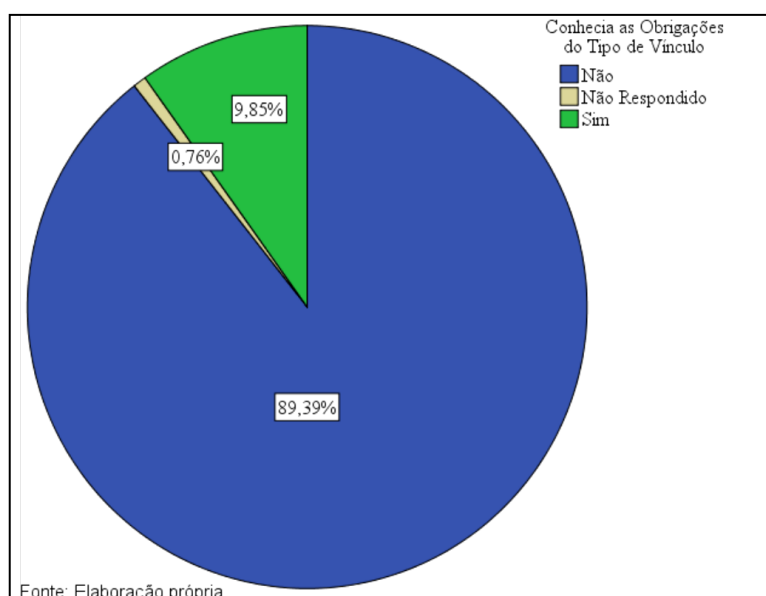


Gráfico 10: Percentagem de Inquiridos que conhecia as obrigações dos diferentes tipos de vínculos, no início da actividade profissional

Apesar de praticamente metade dos inquiridos afirmar conhecer as suas obrigações em sede de imposto sobre o rendimento e contribuições para os sistemas de protecção social, apenas 9,85% responde afirmativamente sobre o conhecimento das diferenças entre, ser trabalhador dependente, independente ou empresário.

Esta questão é muito importante porque permite-nos concluir que o conhecimento de que “existem” impostos sobre o rendimento e contribuições para sistemas de protecção social

obrigatórios, não implica por si mesmo que o contribuinte conheça o impacto directo que esses sistemas terão na sua vida.

Perg.14.- No caso de ter considerado, ou se considerasse, a hipótese de criar a sua empresa, unipessoal ou sociedade, sabia quais as obrigações fiscais a que estaria sujeito?

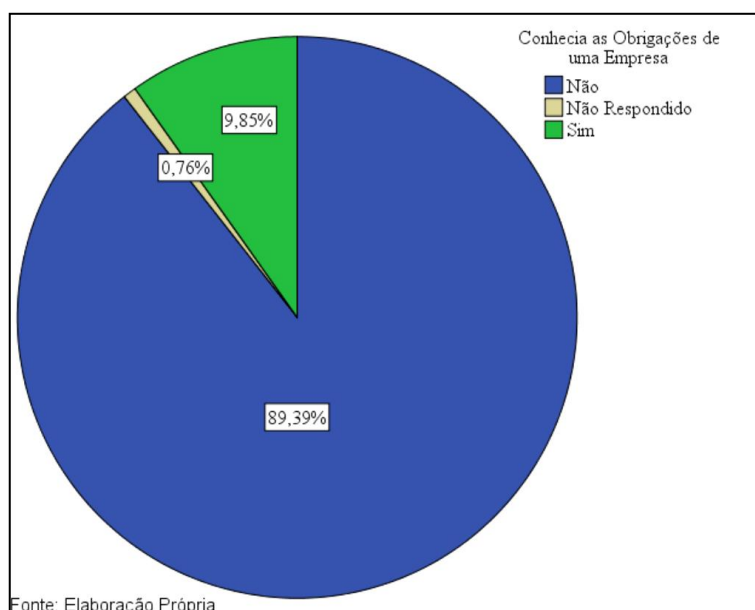


Gráfico 11: Percentagem de inquiridos que conhecia, no final do seu percurso académico, as obrigações fiscais de uma empresa

A maior parte dos inquiridos, cerca de 89%, admite desconhecer as obrigações fiscais a que estaria sujeito caso constituísse uma empresa.

O resultado foi exactamente o mesmo que obtivemos na questão anterior.

Da análise das questões 13 e 14 podemos concluir que, os inquiridos do nosso estudo não têm conhecimentos sobre as consequências fiscais das várias opções profissionais que dispõem à saída do ensino superior.

Perg.15.- Já sentiu dificuldades no preenchimento da declaração de IRS?

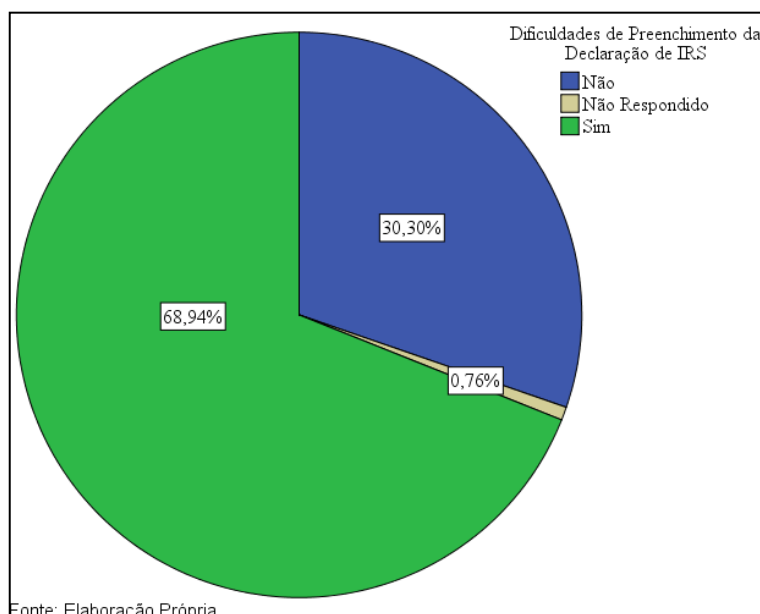


Gráfico 12: Percentagem de Inquiridos que sentiu dificuldades de preenchimento da declaração de IRS

Verificamos que aproximadamente 69% dos inquiridos já sentiu dificuldades no preenchimento da declaração de rendimentos, uma declaração obrigatória e central para o bom funcionamento do nosso sistema fiscal.

Esta questão não tem uma relação directa com o tipo de vínculo dos inquiridos, embora na prática se verifique natural que um trabalhador independente apresente mais dificuldades no preenchimento da declaração de rendimentos, do que um trabalhador dependente, pois a própria natureza dos rendimentos obriga ao preenchimento de anexos diferentes. Mas estas dificuldades variam de acordo com várias variáveis que ficaram de fora do âmbito deste estudo, por exemplo: o preenchimento do anexo F, relacionado com os rendimentos prediais, ou o preenchimento do anexo G, relacionado com a obtenção de mais-valias. As vivências dos inquiridos podem ser diversas, independentemente da natureza dos rendimentos do trabalho.

Ainda assim, analisámos os questionários dos 24 inquiridos da amostra que detém experiência como trabalhadores independentes, e verificámos que a percentagem é idêntica, com cerca de 70% dos inquiridos a admitir ter sentido dificuldades no preenchimento da declaração de rendimentos.

Perg.16.- Alguma vez falhou prazos de entrega de declarações fiscais por desconhecimento ou falta de informação?

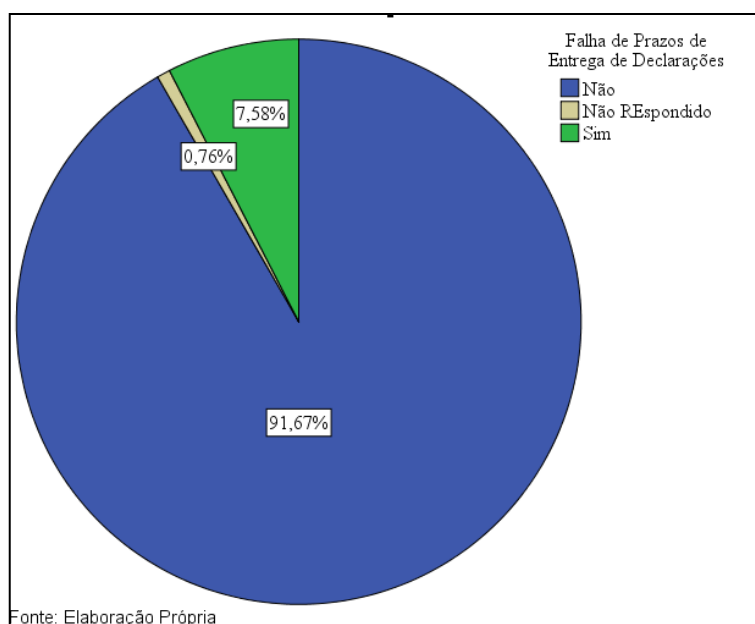


Gráfico 13: Percentagem de Inquiridos que já falhou prazos de entrega de declarações fiscais

Perg.17.- Alguma vez falhou prazos de pagamento de obrigações fiscais?

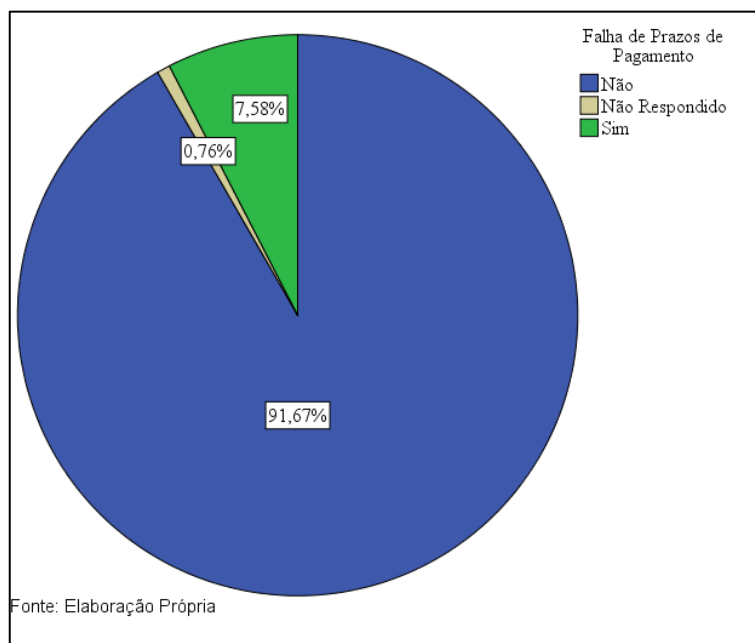


Gráfico 14: Percentagem de Inquiridos que já falhou prazos de pagamento

Nem sempre a relação do contribuinte com a administração fiscal depende de uma obrigação declarativa. Deixamos o exemplo do imposto único de circulação, que

anualmente deve ser liquidado no mês de matrícula do veículo automóvel de que o contribuinte é titular. Este imposto não depende de uma obrigação declarativa, mas apenas da liquidação do imposto.

Assim, as perguntas 16 e 17 fazem sentido na medida em que as obrigações declarativas são diferentes das obrigações de pagamento, tanto nos prazos, como nos impostos que pretendem alcançar.

Apesar disso, verificamos que, analisando as perguntas 16 e 17, obtivemos os mesmos resultados, e analisando as duas variáveis em conjunto verificamos que são coincidentes, isto é, os mesmos inquiridos que falharam prazos de entrega, também falharam prazos de pagamento.

Perg.18.- Na conclusão do primeiro grau superior considerava-se apto a constituir uma empresa?

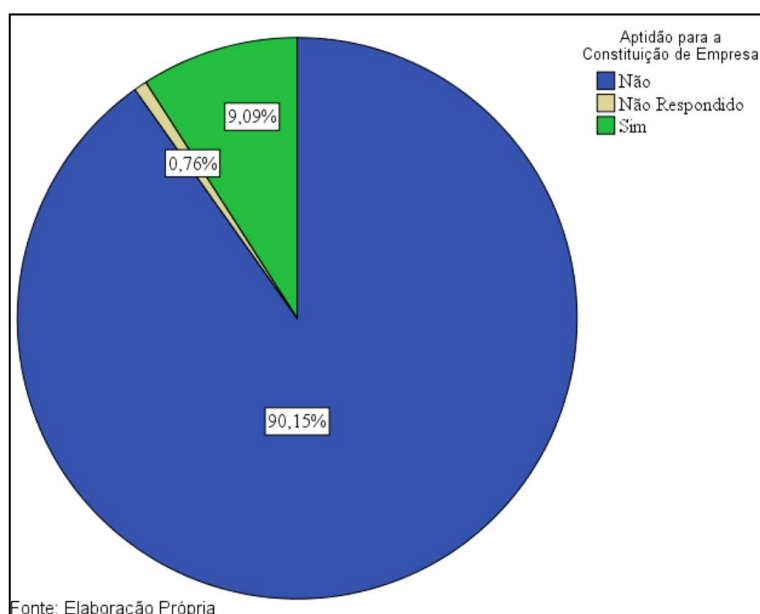


Gráfico 15: Percentagem de Inquiridos que se considerava apto a constituir uma empresa quando concluiu o primeiro grau superior

Nesta pergunta verificamos que mais de 90% dos inquiridos não considerava ter obtido as aptidões suficientes para a criação de uma empresa, com a conclusão da licenciatura.

Perg.b1.-Estava informado sobre o enquadramento em sede de IVA quando iniciou a sua actividade?

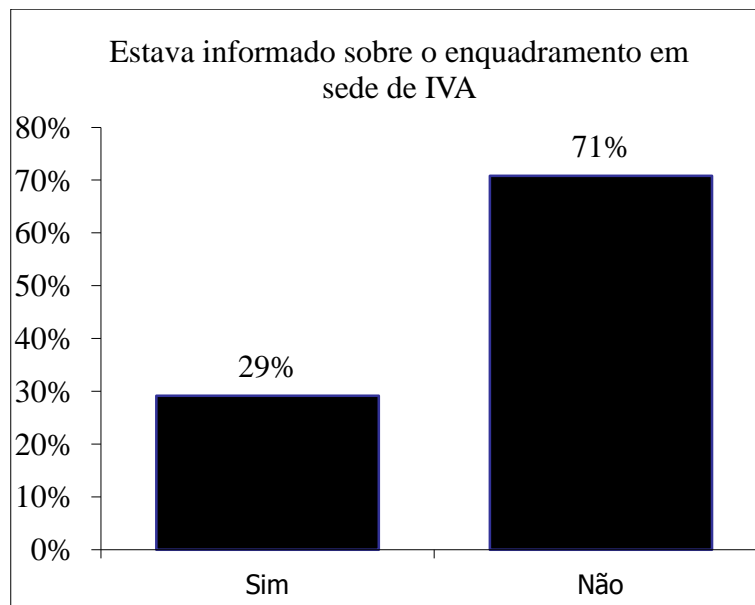


Gráfico 16: Percentagem de inquiridos que estava informado sobre o seu enquadramento em sede de IVA no início da sua actividade como TI

Um técnico de diagnóstico e terapêutica, área onde se insere o Técnico de Cardiopneumologia, que preste serviços como trabalhador independente dentro dessa área de actuação, é isento em sede de IVA, ao abrigo do artigo 9º do CIVA.

Apesar de ser uma actividade isenta, apenas 29% (7) dos inquiridos que responderam a esta questão afirmam ter conhecimento do seu enquadramento em sede de IVA no início da actividade como trabalhador independente.

Perg.b2.-Conhecia as suas obrigações contributivas à Segurança Social?

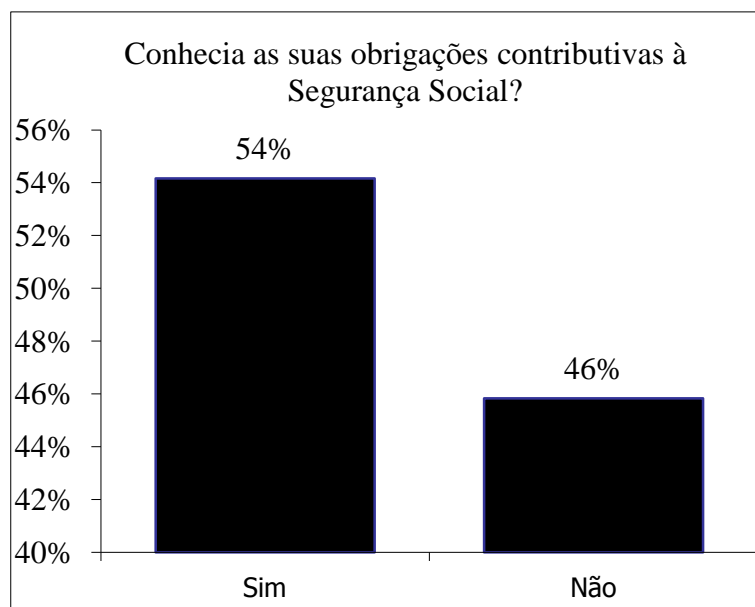


Gráfico 17: Percentagem de inquiridos que estava informado sobre as suas obrigações à Segurança Social no início da sua actividade como TI

Já em relação às contribuições para a Segurança Social, ou outro sistema de contribuições obrigatórias, 54% dos inquiridos diz conhecer as suas obrigações.

Perg.b3.-Alguma vez teve dívidas às finanças ou à segurança social por não cumprimento de obrigações contributivas devido a desconhecimento ou falta de informação?

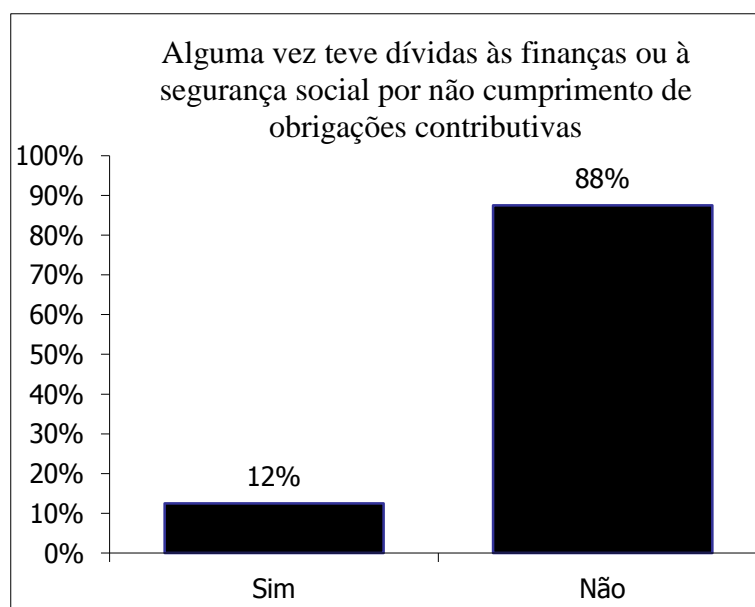


Gráfico 18: Percentagem de inquiridos que teve dividas no decorrer da sua actividade como TI

Ainda que 12% seja uma percentagem relativamente baixa, é muito relevante quando pensamos nas suas consequências.

O desconhecimento de, por exemplo, regras de contribuição para a segurança social, ou das regras de retenção na fonte, podem hipotecar o futuro de jovens profissionais pelo acumular de dívidas e respectivos juros às instituições públicas.

Perg.b4.-Não sendo obrigatório possuir contabilidade organizada, já alguma vez recorreu a um técnico oficial de contas para submeter a sua declaração de rendimentos?

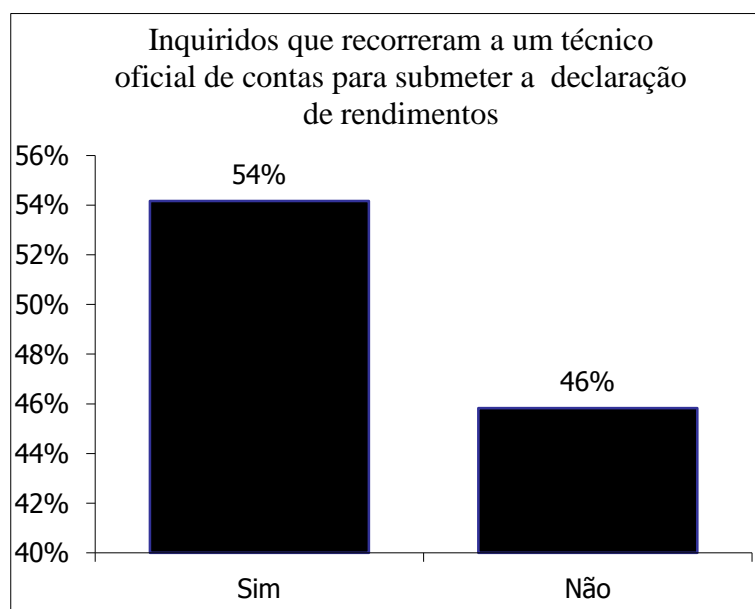


Gráfico 19: Percentagem de inquiridos que recorreram a um técnico oficial de contas para submeter a declaração de rendimentos

Já tínhamos verificado que cerca de 70% destes inquiridos admitiram já terem sentido dificuldades no preenchimento da declaração de IRS. Agora verificamos que 54% já recorreram a um TOC para obter apoio técnico e especializado no preenchimento e entrega da declaração de rendimentos.

Perg.19.- Sentiu outra dificuldade no relacionamento com a Administração fiscal ou Segurança Social que não tenha sido abordada neste estudo? Se sim, especifique as dificuldades e o organismo.

Esta era uma pergunta aberta, não obrigatória, à qual 7% dos inquiridos respondeu.

As respostas dadas vão de encontro a experiências que os inquiridos tiveram no seu relacionamento com a Segurança Social ou com as Finanças, e onde sentiram dificuldades ou constrangimentos.

Podemos resumir as respostas a:

- Dificuldades no acesso à informação e em obter esclarecimentos;
- Dificuldades de conhecimento dos direitos dos contribuintes;
- Dificuldade no esclarecimento de dúvidas, mesmo ao balcão, tanto na segurança social como nas finanças;
- Falta de conhecimentos informáticos dos trabalhadores dos balcões;
- Tempos de espera excessivos e horários não compatíveis com a actividade profissional.

4.3.1 – Conclusões das dificuldades do indivíduo

Uma primeira análise dos conhecimentos dos inquiridos permite-nos concluir que o conhecimento de que “existem” impostos sobre o rendimento e contribuições para sistemas de protecção social obrigatórios, não implica por si mesmo que o contribuinte conheça o impacto directo que esses sistemas terão na sua vida.

Esta conclusão é muito importante porque vem de encontro ao enquadramento teórico que encontramos relativamente à educação fiscal. Vivemos na sociedade da informação, mas será uma sociedade do conhecimento? Todos sabemos que existem impostos e sistemas sociais de contribuição obrigatória, somos "bombardeados" diariamente pelos meios de comunicação social com notícias sobre as alterações de impostos e o seu impacto. Mas essa informação não se transforma em conhecimento, isto é, simplesmente saber que existem impostos, ou que estes se alteram, não nos atribui as competências para os

compreender ou compreender o impacto que têm em diferentes situações reais, nomeadamente ao nível do impacto sobre o rendimento do trabalho, que foi objecto do nosso estudo.

Concluímos ainda que os inquiridos do nosso estudo não têm conhecimentos sobre as consequências fiscais das várias opções profissionais que dispõem à saída do ensino superior.

Em relação aos trabalhadores independentes verificamos que consideram conhecer melhor o sistema parafiscal do que o sistema fiscal, e mais de metade admitiu já ter recorrido a um TOC para submeter a declaração de rendimentos.

Embora a percentagem dos inquiridos que admitem ter contraído dívidas fiscais por desconhecimento não seja muito grande, 12% dos inquiridos, ela é relevante dado o impacto que tem na vida pessoal dos inquiridos.

4.4– Percepção do indivíduo

Para medir a percepção do indivíduo em relação ao tema utilizamos nas duas primeiras perguntas, uma escala de 1 a 4, pois era necessário estabelecer uma ordem hierárquica entre os diferentes tipos de medida, que reflectissem a qualidade que pretendíamos avaliar.

A escolha de uma escala ordinal prende-se com a necessidade de classificar segundo uma ordem de grandeza.⁹¹

Perg.20.- Complexidade do sistema fiscal

⁹¹ FREIXO, 2011, p.205-215

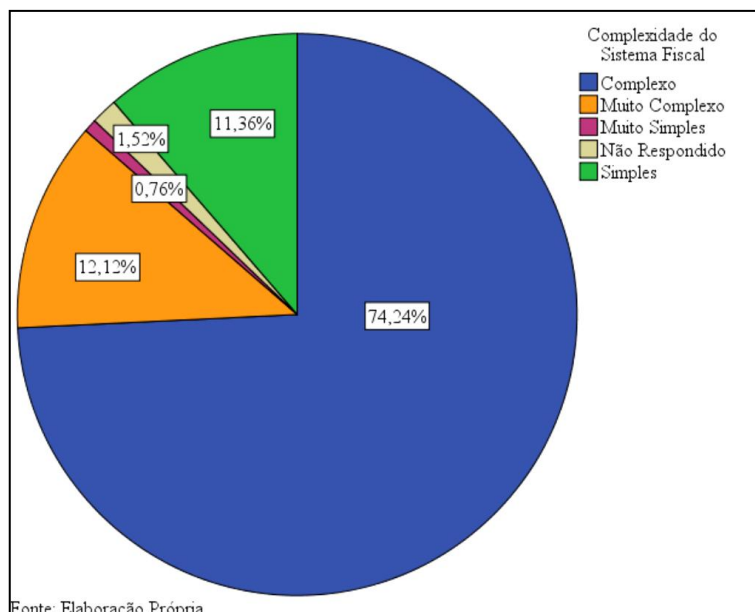
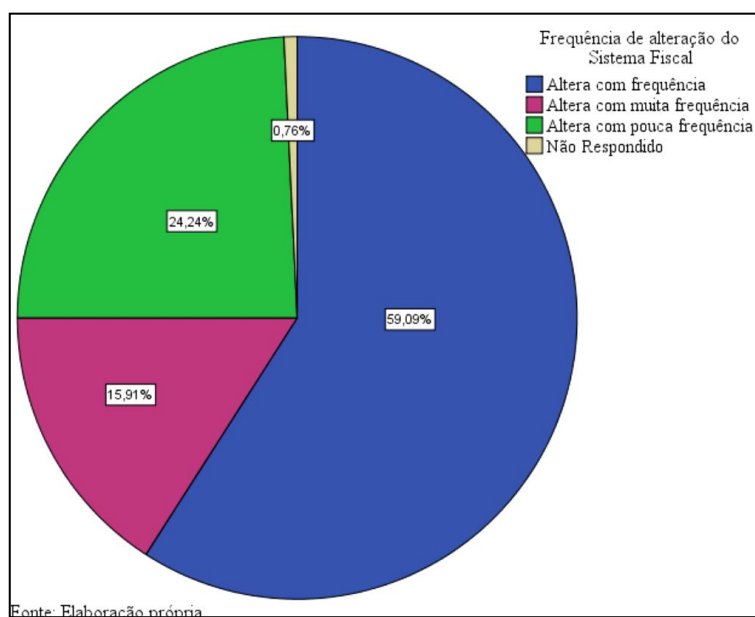


Gráfico 20: Percepção dos Inquiridos sobre a complexidade do sistema fiscal

Analisando o gráfico, facilmente constatamos que a maior parte, dos inquiridos, mais de 86%, considera o nosso sistema fiscal complexo (74,24%) ou muito complexo (12,12%).

E apenas uma percentagem mínima dos inquiridos, 0,76%, o que corresponde apenas a 1 inquirido, considera o nosso sistema muito simples.

Perg.21. – Estabilidade do sistema fiscal



Quadro 8: Percepção dos Inquiridos quanto à frequência de alteração do Sistema Fiscal Português

A percepção dos indivíduos relativamente à frequência com que o altera o sistema fiscal português é que ele não é estável, isto é 15,91% dos inquiridos considera que ele altera com muita frequência e 59,09% considera que altera com frequência.

Da caracterização do nosso sistema fiscal verificamos que esta percepção corresponde à realidade, o nosso sistema fiscal altera com muita frequência, pois está dependente de opções políticas.

Apenas 24,24% dos inquiridos considera que o sistema fiscal altera, mas com pouca frequência, e nenhum inquirido considerou o nosso sistema fiscal constante.

Perg.22.- Considera que obteve durante a sua formação académica as ferramentas necessárias ao bom cumprimento das suas obrigações fiscais?

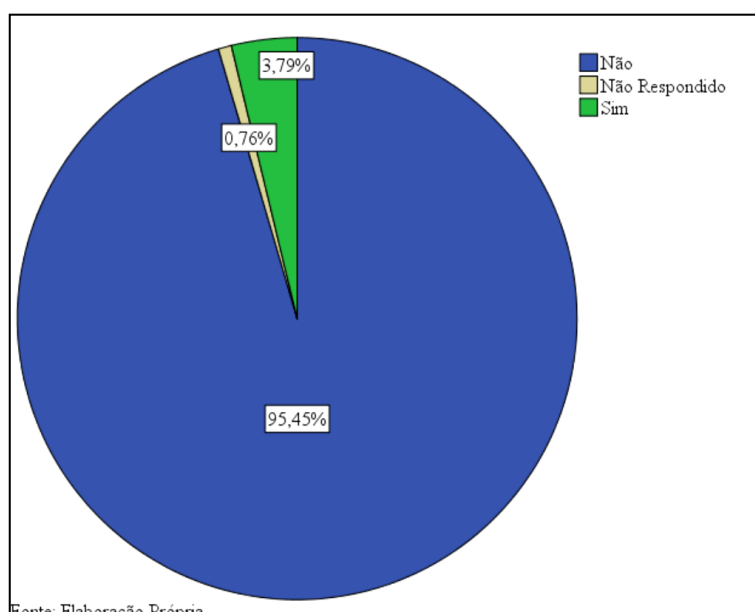


Gráfico 21: Percepção dos inquiridos em relação à sua formação académica relacionada com o cumprimento das obrigações fiscais

Manifestamente os inquiridos neste estudo, Licenciados em Cardiopneumologia, profissionais activos, consideram que o seu percurso académico não transmitiu conhecimentos e aptidões suficientes ao bom cumprimento das suas obrigações fiscais.

Sendo imperioso o cumprimento das obrigações fiscais destes, e outros, profissionais, esta é uma conclusão importante neste estudo.

Perg.23.- Considera que existe informação disponível suficiente ao bom cumprimento de todas obrigações fiscais?

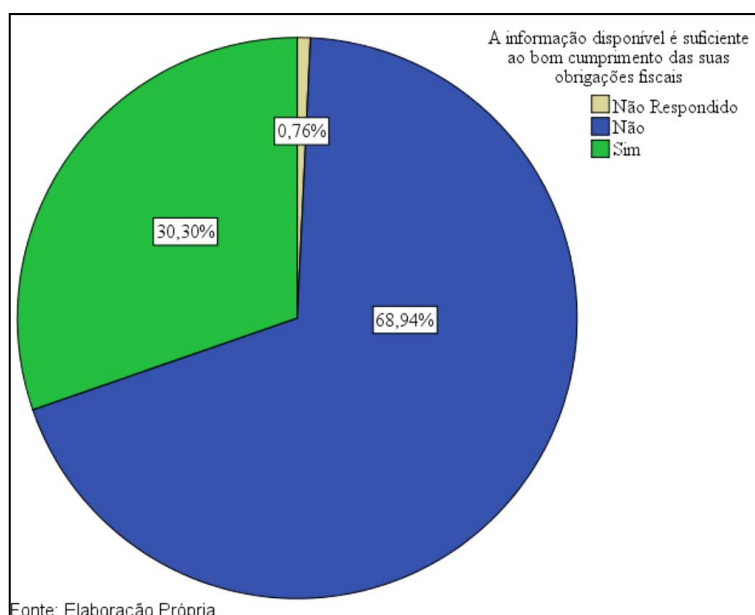


Gráfico 22: Percepção dos inquiridos em relação à informação fiscal disponível

Esta questão pretende medir a percepção dos inquiridos relativamente ao acesso à informação sobre as obrigações fiscais. Apesar de todas as informações estarem disponíveis, pois sendo o nosso sistema fiscal um sistema normativo e estando toda a legislação divulgada no portal das finanças⁹², os inquiridos no nosso estudo, cerca de 68,94%, são da opinião que não existe informação suficiente ao bom cumprimento das obrigações fiscais.

Apenas 30,30% dos inquiridos considerou a informação disponível suficiente.

Perg.24.- Considera que a introdução da Educação fiscal nos programas curriculares do ensino básico e/ou secundário e no ensino superior poderia servir como uma ferramenta para uma integração na vida profissional activa?

⁹² A legislação está constantemente actualizada em <http://www.portaldasfinancas.gov.pt/>, o portal de referência da informação fiscal.

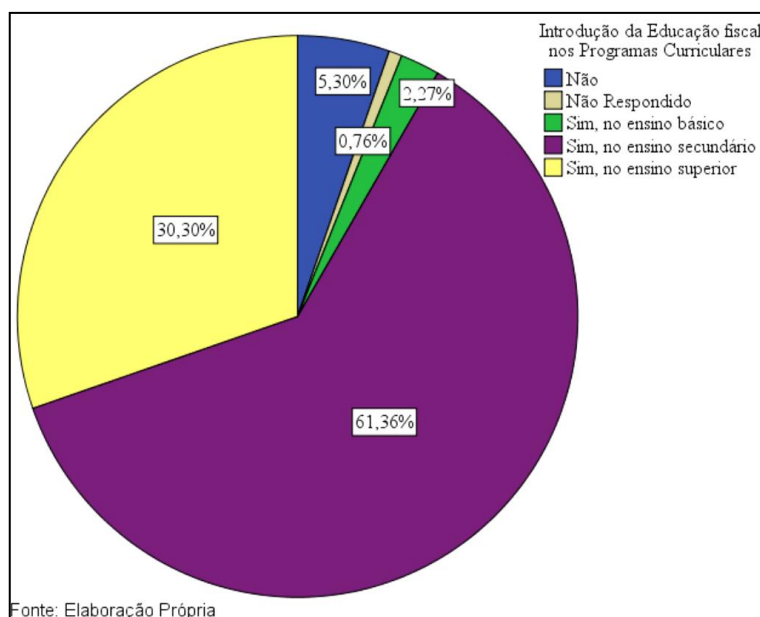


Gráfico 23: Percepção dos inquiridos em relação à introdução da Educação fiscal nos programas curriculares do ensino básico e/ou secundário e no ensino superior servir como uma ferramenta para uma integração na vida profissional activa

Esta questão vem confirmar que 93,94% dos inquiridos considera que devia ser introduzida a Educação Fiscal durante o percurso académico, sendo que a maioria, 61,36%, considera que essas matérias deveriam ser introduzidas nos curricula do ensino secundário, seguidos do ensino superior, com 30,30% dos inquiridos a escolherem esta opção.

Apenas 2,27% considera que a introdução da Educação Fiscal deveria ser efectuada prematuramente, ainda durante o ensino básico.

4.4.1. Conclusões das percepções dos indivíduos

A maioria dos inquiridos neste estudo consideram que o nosso sistema fiscal é complexo e instável (altera com frequência), paralelamente consideram não ter obtido os conhecimentos necessários para lidarem com ele e que a informação disponível não é suficiente.

5 – CONCLUSÕES

Relativamente à **Hipótese 1 - A conclusão do percurso académico não permite o acesso à profissão com conhecimento das obrigações fiscais e parafiscais**, da análise das perguntas 11, 12 e 13, verificamos que os inquiridos do nosso estudo, maioritariamente, afirmam não deter conhecimentos sobre as suas obrigações declarativas e contributivas em sede de impostos sobre os rendimentos e sobre as implicações fiscais de ser trabalhador dependente, independente, empresário em nome individual ou sócio-gerente de uma empresa.

Relativamente ao conhecimento das obrigações parafiscais, nomeadamente em relação às contribuições obrigatórias para a segurança social ou outro sistema de contribuição social obrigatório, 50% dos inquiridos responderam positivamente.

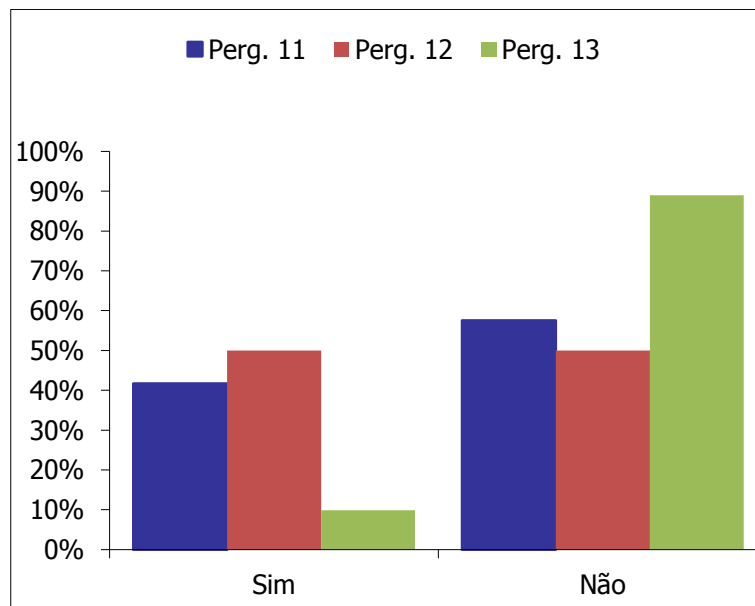


Gráfico 24: Conhecimentos sobre fiscalidade e parafiscalidade dos inquiridos

Concluimos que **se confirma a nossa hipótese**, a conclusão do percurso académico, não permite o acesso à profissão com conhecimento das obrigações fiscais e parafiscais a que está sujeito um cidadão profissionalmente activo. Relembramos que o nosso estudo se

restringiu a Licenciados em Cardiopneumologia, que num percurso académico normal, entre o ensino básico, secundário e a conclusão da licenciatura, não obtém conhecimentos na área fiscal.

Quanto à **Hipótese 2 - A obtenção de um grau académico superior não elimina as dificuldades concretas na relação com a Administração fiscal e parafiscal**, podemos comprovar através das respostas às perguntas 15 e 19, que esta **hipótese se confirma**.

Apesar dos inquiridos confirmarem que cumprem os prazos declarativos e de pagamento das obrigações fiscais (perguntas 16 e 17), uma percentagem de quase 70% admite já ter sentido dificuldades de preenchimento da declaração de rendimentos e 7% dos inquiridos identificou, na resposta à pergunta 19, outras dificuldades sentidas no relacionamento com a administração fiscal e parafiscal, que não foram mencionadas neste estudo, entre outras:

- Dificuldades no acesso à informação e em obter esclarecimentos;
- Dificuldades de conhecimento dos direitos dos contribuintes;
- Dificuldade no esclarecimento de dúvidas, mesmo ao balcão, tanto na segurança social como nas finanças;

O acesso à informação é essencial num sistema fiscal complexo e inconstante, a resposta à pergunta 23 confirma outra dificuldade sentida pelos inquiridos, pois quase 70% considera que a informação disponível não é suficiente ao bom cumprimento das obrigações fiscais.

Na resposta às perguntas 14 e 18 os inquiridos afirmam não ter obtido conhecimentos nem aptidões necessárias à criação de uma empresa quando concluíram o grau superior na área de Cardiopneumologia, o que vem confirmar a **Hipótese 3 - A obtenção de um grau académico não fornece os conhecimentos nem gera aptidões suficientes para a criação de uma empresa**.

Embora não seja objecto deste estudo, acreditamos que sendo o empreendedorismo prioridade da Educação em Portugal, como verificámos na caracterização da educação, e na medida em que assistimos a um crescente investimento a este nível no ensino superior através de programas como o Poliempreende⁹³ ou de atribuição de prémios ligados ao empreendedorismo, esta conclusão pode ser o embrião de um estudo nesta área.

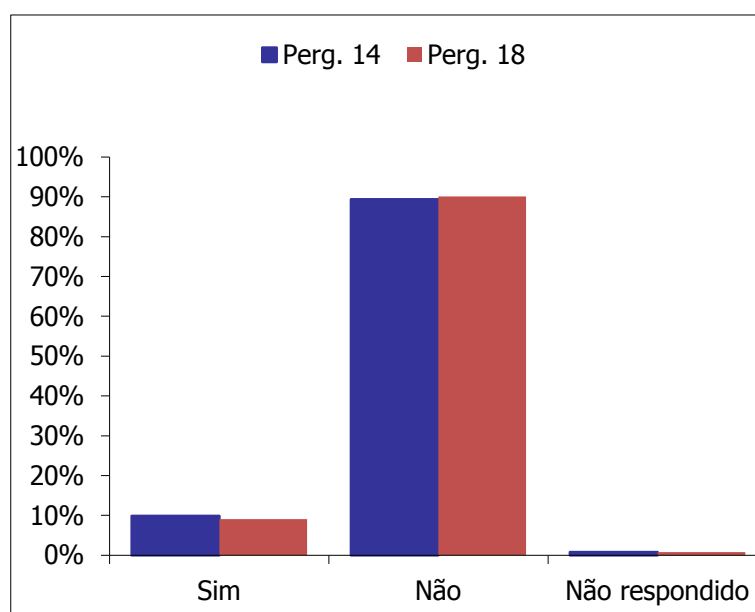


Gráfico 25: Conhecimentos e aptidões para a criação de uma empresa

Relativamente à **Hipótese 4 - A educação fiscal é uma ferramenta para a integração na vida profissional activa**, verificamos com a resposta à pergunta 22 que a maioria dos inquiridos considera não ter obtido as ferramentas necessárias ao bom cumprimento das suas obrigações fiscais e cerca de 94% dos inquiridos considera a Educação Fiscal poderia servir como uma ferramenta para uma integração na vida profissional activa durante o percurso académico, pelo que **confirmamos esta hipótese**.

Concluimos ainda que a maioria dos inquiridos considera que a Educação fiscal deveria ser introduzida no ensino secundário (61%) ou no ensino superior (30%).

⁹³ É um concurso de ideias no contexto dos Institutos Politécnicos Portugueses que pretende contribuir para o desenvolvimento de ideias e uma mudança de cultural dos jovens, promovendo o empreendedorismo.

Para além das nossas hipóteses colocamos algumas questões adicionais que poderiam ser complementares ao nosso estudo.

Verificámos que, apesar do percurso académico de um licenciado em Cardiopneumologia não incluir conhecimentos de fiscalidade, também não existe uma procura de formação nesta área (Questão 1).

Em relação aos trabalhadores independentes verificamos que consideram conhecer melhor o sistema parafiscal do que o sistema fiscal, a maioria nunca contraiu dívidas por desconhecimento ou falta de informação. Ainda assim, consideramos que sentem dificuldades ou dúvidas na relação com a Administração Fiscal, pois mais de metade admitiu já ter recorrido a um TOC para submeter a declaração de rendimentos.

Concluimos ainda, e em resposta às nossas questões 4 e 5 que os inquiridos do nosso estudo consideram o sistema fiscal português complexo (ou muito complexo) e instável (altera com frequência ou com muita frequência).

Não nos foi possível responder à nossa questão 3 relacionada com as dificuldades sentidas por empresários no relacionamento com a administração fiscal, pois não alcançamos uma amostra com as características necessárias, nomeadamente Licenciados em Cardiopneumologia que actualmente ou no passado tivessem experiência como empresários.

Os resultados obtidos permitiram-nos verificar que, em relação à matéria fiscal, existe uma dicotomia entre as obrigações a que um profissional activo está sujeito e a formação que o torna apto ao exercício da profissão. Embora os currículos do ensino básico e secundário tenham, nos últimos anos, aumentado a preocupação com a ligação da educação à cidadania, verificamos que a matéria fiscal não é abordada nem recomendada nem no ensino básico, nem no ensino secundário.

O ensino superior está vocacionado para a atribuição de competências directamente relacionadas com o exercício da profissão, nomeadamente competências científicas, técnicas e éticas.

Comprovamos ser possível um cidadão licenciado nunca ter contactado, durante o seu percurso académico, com conhecimentos relacionados com a fiscalidade ou para-fiscalidade. Perante a obrigatoriedade de experienciar o sistema fiscal, o cidadão inicia com recurso a informação, frequentemente distorcida, descontextualizada e incompleta, que apenas se transforma em conhecimento através da experiência, muitas vezes com o custo tentativa/erro, ou de uma procura pessoal em aprofundar o tema.

Podemos concluir que a ausência de educação fiscal no percurso académico tem impacto negativo na relação do indivíduo com o Sistema Fiscal e Para-fiscal.

Contudo, estamos cientes que, ao tratar-se de um estudo de caso as suas conclusões não podem ser generalizadas a outros contextos.

Mas, este trabalho, para além da concretização de um sonho, constituiu também um desafio, tanto em termos pessoais como profissionais, visto ser uma temática que consideramos ser alvo de escassa informação no nosso país, apesar da premência de definição de métodos e estratégias coerentes que contribuam para o desmitificar a relação entre o contribuinte e a administração fiscal e para-fiscal.

A boa relação do cidadão com a administração fiscal e vice-versa é a base de um estado democrático, mais do que uma obrigação é um dever, que deve ser cultivado pelas partes e, porque do cultivo vem frutos, deve começar na educação para um crescer de conhecimento de todos os intervenientes, e um culminar numa relação mais harmoniosa.

6 – BIBLIOGRAFIA

- Beel, Judith. (1997). *Como realizar um Projecto de Investigação – Um Guia para Pesquisa em Ciências Sociais e da Educação*. Lisboa: Gradiva.
- Bogdan, Robert C.; Biklen, Sari Knopp.(1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.
- Boléo, João Paulo Paiva; Grupo de Trabalho de Educação Fiscal, DGCI.(2007). *Exposição "Educação Fiscal"*. Consultado em Jun de 2011. Disponível em info.portaldasfinancas.gov.pt
- Carlos, Américo Fernando Brás. (2010). *Impostos – Teoria Geral*.3ª Edição. Coimbra: Edições Almedina
- Carmo, H.; Ferreira, P. (1998). *Metodologia da Investigação – Guia para Auto – Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação. *Reorganização Curricular do Ensino Básico*. Parecer n.º 1/2011, de 3 de Janeiro. Diário da República, 2.ª série, nº 1, 57-62
- Dias, José Ribeiro. (2009). *Educação – O caminho da Nova Humanidade: das Coisas às Pessoas e aos Valores*. Porto: Porto Editora.
- Dias, Maria Olívia. (1999). *Métodos e Técnicas de Estudo e Elaboração de Trabalhos Científicos*. Coimbra: Minerva.
- Direcção Geral do Ensino Superior. *Rede Ensino Superior*, consultado em 18/06/2010, disponível em <http://www.dges.mctes.pt/DGES>
- Freixo, Manuel João Vaz. (2011). *Metodologia científica*. 3ª Edição. Lisboa: Instituto Piaget.
- Gomes, J. M. P.; Silva, E. S. (2008). *A simplicidade e a instabilidade no sistema fiscal*

português – Prioridades da política fiscal. Revista Fiscalidade, Jan/Mar 2008, 55-62.

Governo de Portugal. (2011). Consultado em 05/10/2011. Disponível em <http://www.portugal.gov.pt/>.

Hahn, Tatiana Gaertner; Grzybovski, Denize. (2005). *Educação Fiscal: Premissa para melhor percepção da questão Tributária*. Consultado em Set de 2011. Disponível em <http://rep.educacaofiscal.com.br/material/tese.pdf>.

Ketele, Jean-Marie de; Roegiers, Xavier. (1993). *Metodologia de Recolha de Dados*. Lisboa: Instituto Piaget.

Lopes, Cidália Maria da Mota. (2008). *Quanto Custa Pagar Impostos em Portugal*. Coimbra: Almedina.

Marreiros, José M. M. & Marques, Maria Helena. (2010). *Sistema Fiscal Português – Códigos Fiscais e Outra Legislação Fundamental*. Lisboa: Áreas Editora.

Ministério da Educação. (2004). *Organização Curricular e Programas Título: Ensino Básico — 1.o Ciclo*, Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.

Ministério da Educação. (2011). *Caracterização da unidade curricular “área de projecto”*. Consultado em 10/10/2011, Disponível em www.dgidec.min-edu.pt.

Ministério da Justiça, Direcção-geral da Política e da Justiça (2010), *Código Civil Português*, consultado em 10/05/2010, disponível em <http://www.dgpj.mj.pt>

Mistério da Educação. (2011). *Projecto É - Educação para o Empreendedorismo*, consultado em 24/09/2011, disponível em <http://www.drealg.min-edu.pt>

Pereira, Manuel Henrique de Freitas. (2007). *Fiscalidade*. 2ª Edição. Coimbra: Edições Almedina

Pires, E. L. & Fernandes, A. S. & Formosinho, J. (2001). *A Construção Social da Educação Escolar*. 3.ª Edição. Porto: Asa Editores.

- Portugal. Assembleia da República. (1986). Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro. *Lei de Bases do Sistema Educativo*. Diário da República, 1.ª série nº 237, 3067-3081.
- Portugal. Assembleia da República. (1997). Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro. *Alteração à Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo)*. Diário da República, 1.ª série-A nº 217, 5082-5083.
- Portugal. Assembleia da República. (2005). Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto. *Segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior*. Diário da República, 1.ª série nº 166, 5122-5138.
- Portugal. Assembleia da República. (2007). Lei nº 62/2007, de 10 de Setembro, *Regime jurídico das instituições de ensino superior*. Diário da República, 1.ª série nº 174, 6358-6389.
- Portugal. Assembleia da República. (2009). Lei n.º 85/2009, de 27 de Agosto. *Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade*. Diário da República, 1.ª série nº 166, 5635-5636.
- Portugal. Ministério da Educação e Ciência. (2011). Decreto-Lei n.º 94/2011, de 3 de Agosto, *Organização curricular do ensino básico*, Diário da República, 1.ª série nº 148, 4142-4150.
- Portugal. Ministério da Educação. (2001). Declaração de Rectificação n.º 4 -A/2001, de 28 de Fevereiro.
- Portugal. Ministério da Educação. (2001). Decreto-Lei n.º 6/2001 de 18 de Janeiro. *Aprova a revisão curricular do ensino básico*. Diário da República, 1.ª série-A nº 15, 258-265.
- Portugal. Ministério da Educação. (2002). Decreto-Lei n.º 209/2002, de 17 de Outubro.

Organização curricular do ensino básico. Diário da República, 1.^a série-A n.º 240, 6807-6810.

Portugal. Ministério da Educação. (2004). Decreto-Lei n.º 74/2004 de 26 de Março. *Princípios orientadores da organização e da gestão do currículo, bem como da avaliação das aprendizagens referentes ao nível secundário de educação.* Diário da República, 1.^a série-A n.º 73, 1931-1942.

Portugal. Ministério da Educação. (2007). Decreto-Lei n.º 272/2007, de 26 de Julho. *Estabelece os princípios orientadores da organização e gestão do currículo e da avaliação das aprendizagens do nível secundário de educação.* Diário da República, 1.^a série n.º 143, 4785-4789.

Portugal. Ministério da Educação. (2008). Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro. *Define os apoios especializados a prestar na educação pré -escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo.* Diário da República, 1.^a série n.º 4, 154-164.

Proença, Maria Cândida. (1998). *O Sistema de Ensino em Portugal: Séculos XIX – XX.* Lisboa: Edições Colibri.

Sanches, Saldanha. (2006). *Os limites do Planeamento Fiscal.* Coimbra: Coimbra Editora

Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais do Ministério das Finanças e da Administração Pública. (2009). *Relatório do grupo para o estudo da Política fiscal Competitividade - eficiência e justiça do sistema fiscal.* Consultado em 06/06/2011. Disponível em <http://info.portaldasfinancas.gov.pt>.

Soares, Domitília Diogo. (2004). *Percepção Social da Fiscalidade em Portugal – Um estudo exploratório.* Coimbra: Almedina.

União Europeia. (1999). *Tratado de Bolonha.* Consultado em 2011/10/10, Disponível em <http://ec.europa.eu>.

Urbano, Cláudia Valadas. (2008). *O Ensino Politécnico – (re)definição e*

(re)posicionamento no panorama da formação superior em Portugal. Lisboa:
Universidade Nova de Lisboa

Xavier, A.; Palma, C C & Xavier, L. (2011). *Direito Tributário Internacional*. 2^a
Edição. Coimbra: Almedina.

7. ANEXOS

ANEXO I

Planos Curriculares do Ensino Básico

Os Planos curriculares do ensino básico, a seguir apresentados, e em vigor durante a fase de elaboração deste trabalho, são os publicados nos Anexos I, II, e III do Decreto-Lei n.º 209/2002, de 17 de Outubro. Actualmente os planos curriculares foram alterados e publicados pelo Decreto-Lei n.º 94/2011, de 3 de Agosto.

ANEXO I		
1.º ciclo		
Componentes do currículo		
Educação para a Cidadania	Áreas curriculares disciplinares de frequência obrigatória:	
	Língua Portuguesa; Matemática; Estudo do Meio; Expressões: Artísticas; Físico-motoras.	
	Formação Pessoal e Social	Áreas curriculares não disciplinares (a):
		Área de projecto; Estudo acompanhado; Formação cívica.
		Total: 25 horas.

N.º 240 — 17 de Outubro de 2002

DIÁRIO DA REPÚBLICA — I SÉRIE-A

6809

Componentes do currículo		
Educação para a Cidadania	Formação Pessoal e Social	Área curricular disciplinar de frequência facultativa (b):
		Educação Moral e Religiosa (b).
		Total: 1 hora.
		Total: 26 horas.
		Actividades de enriquecimento (c).

(a) Estas áreas devem ser desenvolvidas em articulação entre si e com as áreas disciplinares, incluindo uma componente de trabalho dos alunos com as tecnologias da informação e da comunicação, e constar explicitamente do projecto curricular de turma.

(b) Nos termos do n.º 5 do artigo 5.º

(c) Actividades de carácter facultativo, nos termos do artigo 9.º, incluindo uma possível iniciação a uma língua estrangeira, nos termos do n.º 1 do artigo 7.º

O trabalho a desenvolver pelos alunos integrará, obrigatoriamente, actividades experimentais e actividades de pesquisa adequadas à natureza das diferentes áreas, nomeadamente no ensino das ciências.

ANEXO II

2.º ciclo

Componentes do currículo		Carga horária semanal (x 90 min.) (a)		
		5.º ano	6.º ano	Total ciclo
Educação para a Cidadania	Áreas curriculares disciplinares: Línguas e Estudos Sociais	5	5,5	10,5
	Língua Portuguesa; Língua Estrangeira; História e Geografia de Portugal.			
	Matemática e Ciências	3,5	3,5	7
	Matemática; Ciências da Natureza.			
	Educação Artística e Tecnológica	3	3	6
	Educação Visual e Tecnológica (b); Educação Musical.			
	Educação Física	1,5	1,5	3
	Formação Pessoal e Social			
	Educação Moral e Religiosa (c)	0,5	0,5	1
	Áreas curriculares não disciplinares (d)	3	2,5	5,5
	Área de Projecto; Estudo Acompanhado; Formação Cívica.			
	<i>Total</i>	16 (16,5)	16 (16,5)	32 (33)
	A decidir pela escola	0,5	0,5	1
	<i>Máximo global</i>	17	17	34
	Actividades de enriquecimento (e).			

(a) A carga horária semanal refere-se a tempo útil de aula e está organizada em períodos de 90 minutos, assumindo a sua distribuição por anos de escolaridade um carácter indicativo. Em situações justificadas, a escola poderá propor uma diferente organização da carga horária semanal dos alunos, devendo contudo respeitar os totais por área curricular e ciclo, assim como o máximo global indicado para cada ano de escolaridade.

(b) A leccionação de Educação Visual e Tecnológica estará a cargo de dois professores.

(c) Disciplina de frequência facultativa, nos termos do n.º 5 do artigo 5.º

(d) Estas áreas devem ser desenvolvidas em articulação entre si e com as áreas disciplinares, incluindo uma componente de trabalho dos alunos com as tecnologias da informação e da comunicação, e constar explicitamente do projecto curricular de turma. A área de projecto e o estudo acompanhado são assegurados por equipas de dois professores da turma, preferencialmente de áreas científicas diferentes.

(e) Actividades de carácter facultativo, nos termos do artigo 9.º

O trabalho a desenvolver pelos alunos integrará, obrigatoriamente, actividades experimentais e actividades de pesquisa adequadas à natureza das diferentes áreas ou disciplinas, nomeadamente no ensino das ciências.

ANEXO III

3.º ciclo

Componentes do currículo		Carga horária semanal (x 90 min.) (e)			
		7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total ciclo
Educação para a Cidadania.	Áreas curriculares disciplinares:				
	Língua Portuguesa	2	2	2	6
	Línguas Estrangeiras	3	2,5	2,5	8
	LEI1; LEI2.				
	Ciências Humanas e Sociais	2	2,5	2,5	7
	História; Geografia.				
	Matemática	2	2	2	6
	Ciências Físicas e Naturais	2	2	2,5	6,5
	Ciências Naturais; Físico-Química.				
	Educação Artística:				
	Educação Visual	(c) 1	(c) 1	(d) 1,5	5,5
	Outra disciplina (oferta da escola) (b)	(c) 1	(c) 1		
	Educação Tecnológica				
	Educação Física	1,5	1,5	1,5	4,5
	Introdução às Tecnologias de Informação e Comunicação			1	1
Formação Pessoal e Social.	Educação Moral e Religiosa (e)	0,5	0,5	0,5	1,5
	Áreas curriculares não disciplinares (f) ...	2,5	2,5	2	7
	Área de Projecto; Estudo Acompanhado; Formação Cívica.				
	Total	17 (17,5)	17 (17,5)	17,5 (18)	51,5(53)
	A decidir pela escola	0,5	0,5		1
	Máximo global	18	18	18	54
	Actividades de enriquecimento (g).				

(e) A carga horária semanal refere-se a tempo útil de aula e está organizada em períodos de 90 minutos.

(b) A escola poderá oferecer outra disciplina da área da Educação Artística (Educação Musical, Teatro, Dança, etc.) se, no seu quadro docente, existirem professores para a sua docência.

(c) Nos 7.º e 8.º anos, os alunos têm: i) Educação Visual ao longo do ano lectivo; e ii) numa organização equitativa com a Educação Tecnológica, ao longo de cada ano lectivo, uma outra disciplina da área da Educação Artística. No caso de a escola não oferecer uma outra disciplina, a Educação Tecnológica terá uma carga horária igual à disciplina de Educação Visual.

(d) No 9.º ano, do conjunto das disciplinas que integram os domínios artístico e tecnológico, os alunos escolhem uma única disciplina das que frequentaram nos 7.º e 8.º anos.

(e) Disciplina de frequência facultativa, nos termos do n.º 5 do artigo 5.º

(f) Estas áreas devem ser desenvolvidas em articulação entre si e com as áreas disciplinares, incluindo uma componente de trabalho dos alunos com as tecnologias da informação e da comunicação, e constar explicitamente do projecto curricular de turma. A área de projecto e a área de estudo acompanhado são asseguradas, cada uma, por um professor.

(g) Actividades de carácter facultativo, nos termos do artigo 9.º

O trabalho a desenvolver pelos alunos integrará, obrigatoriamente, actividades experimentais e actividades de pesquisa adequadas à natureza das diferentes áreas ou disciplinas, nomeadamente no ensino das ciências.

ANEXO II

Matriz dos Cursos Científico-humanístico

Os Planos curriculares do ensino básico, a seguir apresentados, e em vigor durante a fase de elaboração deste trabalho, são os publicados nos Anexos do Decreto-Lei n.º 272/2007, de 26 de Julho.

ANEXO N.º 1

Matriz dos cursos científico-humanísticos

Componentes de formação	Disciplinas	Carga horária semanal (vezes noventa minutos)		
		10.º	11.º	12.º
Geral.	Português	2	2	2
	Língua Estrangeira I, II ou III (a)	2	2	—
	Filosofia	2	2	—
	Educação Física	2	2	2
	<i>Subtotal</i>	8	8	4
Específica.	Trienal	3 a 3,5	3 a 3,5	3 a 3,5
	Opções (b):			
	Bienal 1	3 a 3,5	3 a 3,5	—
	Bienal 2	3 a 3,5	3 a 3,5	—
	Opções (c) — Anual 1	—	—	3 a 3,5
	Opções (d) — Anual 2 (e)	—	—	3
	<i>Subtotal</i>	9 a 10	9 a 10	9 a 10,5
	Área de Projecto (f)	—	—	2
	Educação Moral e Religiosa (g)	(1)	(1)	(1)
	<i>Total (h)</i>	17 a 19	17 a 19	15 a 17,5

(a) O aluno escolhe uma língua estrangeira. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira no ensino básico, iniciará obrigatoriamente uma segunda língua no ensino secundário. No caso de o aluno iniciar uma língua, tomando em conta as disponibilidades da escola, poderá cumulativamente dar continuidade à Língua Estrangeira I como disciplina facultativa, com aceitação expressa do acréscimo de carga horária.

(b) O aluno escolhe duas disciplinas bienais.

(c) (d) O aluno escolhe duas disciplinas anuais, sendo uma delas obrigatoriamente do conjunto de opções (c).

(e) Oferta dependente do projecto educativo da escola — conjunto de disciplinas comum a todos os cursos.

(f) A área de Projecto é assegurada por um só professor.

(g) Disciplina de frequência facultativa.

(h) Carga horária máxima em função das opções dos diversos cursos.

ANEXO N.º 1.1

Curso científico-humanístico de Ciências e Tecnologias

Componentes de formação	Disciplinas	Carga horária semanal (vezes noventa minutos)		
		10.º	11.º	12.º
Geral.....	Português.....	2	2	2
	Língua Estrangeira I, II ou III (a).....	2	2	–
Geral.....	Filosofia.....	2	2	–
	Educação Física.....	2	2	2
Subtotal.....		8	8	4
Específica.....	Matemática A.....	3	3	3
	Opções (b):			
	Física e Química A.....	3,5	3,5	–
	Biologia e Geologia.....	3,5	3,5	–
	Geometria Descritiva A.....	3	3	–
	Opções (c).....	–	–	3,5
	Biologia; Física; Química; Geologia.			
	Opções (d).....	–	–	3
	Antropologia (e); Aplicações Informáticas B (e); Ciência Política (e); Clássicos da Literatura (e); Direito (e); Economia C (e); Filosofia A (e); Geografia C (e); Grego (e); Língua Estrangeira I, II ou III (e) (*); Psicologia B (e).			
	Subtotal.....	9,5 a 10	9,5 a 10	9,5 a 10
Total.....	Área de Projecto (f).....	– (1)	– (1)	2 (1)
	Educação Moral e Religiosa (g).....			
		17,5 a 19	17,5 a 19	15,5 a 17

(a) O aluno escolhe uma língua estrangeira. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira no ensino básico, inicia obrigatoriamente uma segunda língua no ensino secundário. No caso de o aluno iniciar uma língua, tomando em conta as disponibilidades da escola, pode cumulativamente dar continuidade à Língua Estrangeira I como disciplina facultativa, com aceitação expressa do acréscimo de carga horária.

(b) O aluno escolhe duas disciplinas bienais.

(c) (d) O aluno escolhe duas disciplinas anuais, sendo uma delas obrigatoriamente do conjunto de opções (c).

(e) Oferta dependente do projecto educativo da escola.

(f) A área de Projecto é assegurada por um só professor.

(g) Disciplina de frequência facultativa.

(*) O aluno deve escolher a língua estrangeira estudada na componente de formação geral, nos 10.º e 11.º anos.

ANEXO N.º 1.2

Curso científico-humanístico de Ciências Socioeconómicas

Componentes de formação	Disciplinas	Carga horária semanal (vezes noventa minutos)		
		10.º	11.º	12.º
Geral.	Português.	2	2	2
	Língua Estrangeira I, II ou III (a)	2	2	—
	Filosofia	2	2	—
	Educação Física	2	2	2
	<i>Subtotal</i>	8	8	4
Específica.	Matemática A.	3	3	3
	Opções (b):			
	Economia A	3	3	—
	Geografia A	3	3	—
	História B.	3	3	—
Específica.	Opções (c)	—	—	3
	Economia C;			
	Geografia C;			
	Sociologia;			
	Opções (d)	—	—	3
Específica.	Antropologia (e);			
	Aplicações Informáticas B (e);			
	Ciência Política (e);			
	Clássicos da Literatura (e);			
	Direito (e);			
Específica.	Economia C (e);			
	Filosofia A (e);			
	Grego (e);			
	Língua Estrangeira I, II ou III (e) (*);			
	Psicologia B (e).			
Específica.	<i>Subtotal</i>	9	9	9
	Área de Projecto (g)	—	—	2
	Educação Moral e Religiosa (h)	(1)	(1)	(1)
	<i>Total</i>	17 a 18	17 a 18	15 a 16

(a) O aluno escolhe uma língua estrangeira. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira no ensino básico, inicia obrigatoriamente uma segunda língua no ensino secundário. No caso de o aluno iniciar uma língua, tomando em conta as disponibilidades da escola, pode cumulativamente dar continuidade à Língua Estrangeira I como disciplina facultativa, com aceitação expressa do acréscimo de carga horária.

(b) O aluno escolhe duas disciplinas bienais.

(c) (d) O aluno escolhe duas disciplinas anuais, sendo uma delas obrigatoriamente do conjunto de opções (c).

(e) Oferta dependente do projecto educativo da escola.

(f) A área de Projecto é assegurada por um só professor.

(g) Disciplina de frequência facultativa.

(*) O aluno deve escolher a língua estrangeira estudada na componente de formação geral, nos 10.º e 11.º anos.

ANEXO N.º 1.3

Curso científico-humanístico de Línguas e Humanidades

Componentes de formação	Disciplinas	Carga horária semanal (vezes noventa minutos)		
		10.º	11.º	12.º
Geral.	Português	2	2	2
	Língua Estrangeira I, II ou III (a)	2	2	—
	Filosofia	2	2	—
	Educação Física	2	2	2
Subtotal		8	8	4
Específica.	História A.	3	3	3
	Opções (b):			
	Geografia A	3	3	—
	Latim A	3	3	—
	Língua Estrangeira I, II ou III	3,5	3,5	—
	Literatura Portuguesa	3	3	—
	Matemática Aplicada às Ciências Sociais	3	3	—
	Opções (c)	—	—	3
	Filosofia A; Geografia C; Latim B; Língua Estrangeira I, II ou III (*); Literaturas de Língua Portuguesa; Psicologia B; Sociologia;			
	Opções (d)	—	—	3
	Antropologia (e); Aplicações Informáticas B (e); Ciência Política (e); Clássicos da Literatura (e); Direito (e); Economia C (e); Grego (e).			
Subtotal		9 a 9,5	9 a 9,5	9
Total	Área de Projecto (f)	— (1)	— (1)	2 (1)
	Educação Moral e Religiosa (g).	17 a 18,5	17 a 18,5	15 a 16

(a) No caso de o aluno dar continuidade às duas línguas estrangeiras estudadas no ensino básico, deve inserir-se a Língua Estrangeira I na componente de formação geral e a Língua Estrangeira II na componente de formação específica.

(b) O aluno escolhe duas disciplinas bienais.

(c) (d) O aluno escolhe duas disciplinas anuais, sendo uma delas obrigatoriamente do conjunto de opções (c).

(e) Oferta dependente do projecto educativo da escola.

(f) A área de Projecto é assegurada por um só professor.

(g) Disciplina de frequência facultativa.

(*) O aluno pode escolher a língua estrangeira estudada na componente de formação geral ou a língua estrangeira estudada na componente de formação específica, nos 10.º e 11.º anos.

ANEXO N.º 1.4

Curso científico-humanístico de Artes Visuais

Componentes de formação	Disciplinas	Carga horária semanal (vezes noventa minutos)		
		10.º	11.º	12.º
Geral	Português	2	2	2
	Língua Estrangeira I, II ou III (a)	2	2	—
	Filosofia	2	2	—
	Educação Física	2	2	2
	<i>Subtotal</i>	8	8	4
Específica	Desenho A	3,5	3,5	3,5
	Opções (b):			
	Geometria Descritiva A	3	3	—
	Matemática B	3	3	—
	História da Cultura e das Artes	3	3	—
	Opções (c)	—	—	3,5
	Oficina de Artes; Oficina Multimédia B; Materiais e Tecnologias.			
	Opções (d)	—	—	3
	Antropologia (e); Aplicações Informáticas B (e); Ciência Política (e); Clássicos da Literatura (e); Direito (e); Economia C (e); Filosofia A (e); Geografia C (e); Grego (e); Língua Estrangeira I, II ou III (e) (*); Psicologia B (e).			
	<i>Subtotal</i>	9,5	9,5	10 a 10,5
	Área de Projecto (f)	—	—	2
	Educação Moral e Religiosa (g)	(1)	(1)	(1)
<i>Total</i>		17,5 a 18,5	17,5 a 18,5	16 a 17,5

(a) O aluno escolhe uma língua estrangeira. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira no ensino básico, inicia obrigatoriamente uma segunda língua no ensino secundário. No caso de o aluno iniciar uma língua, tomando em conta as disponibilidades da escola, pode cumulativamente dar continuidade à Língua Estrangeira I como disciplina facultativa, com aceitação expressa do acréscimo de carga horária.

(b) O aluno escolhe duas disciplinas bienais.

(c) (d) O aluno escolhe duas disciplinas anuais, sendo uma delas obrigatoriamente do conjunto de opções (c).

(e) Oferta dependente do projecto educativo da escola.

(f) A área de Projecto é assegurada por um só professor.

(g) Disciplina de frequência facultativa.

(*) O aluno deve escolher a língua estrangeira estudada na componente de formação geral, nos 10.º e 11.º anos.

ANEXO III

**Carta dirigida ao Presidente da Escola Superior de Tecnologia da Saúde
de Coimbra, e respectiva autorização**

Escola Superior de Tecnologia da Saúde
Coimbra
Data de Entrada 25 08 2011
N.º de Entrada 2317

Exmo. Sr.

Prof. Jorge Manuel dos Santos Conde
Presidente da Escola Superior de
Tecnologia da Saúde de Coimbra
Rua 5 de Outubro – Apartado 7006
3045-854 Coimbra

Atuído
2011/09/23
Presidente
Jorge Conde

Assunto: Recolha de contactos de e-mail dos licenciados em Cardiopneumologia pela
Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra

Joana Margarida de Sousa Pereira Ramos, mestranda de Contabilidade – Ramo de Fiscalidade, no Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro, residente na Rua Capitão Luís Gonzaga, nº 1 B, Coimbra, venho por este meio, solicitar a Vossa Excelência, a disponibilização dos contactos de e-mail dos licenciados em Cardiopneumologia pela Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra, para a realização de um questionário, a ser distribuído por essa via.

O presente pedido assenta na necessidade de recolher elementos para a dissertação de mestrado em *“Educação Fiscal como Ferramenta - Impacto da ausência de educação fiscal”*, um Estudo de Caso que tem como objectivo explorar o percurso académico dos contribuintes licenciados em Cardiopneumologia, e relacionar os conhecimentos adquiridos em matéria fiscal e parafiscal durante o percurso académico, com as dificuldades práticas sentidas na relação Estado-cidadão enquanto profissionais contribuintes.

Todos os procedimentos a adoptar respeitarão a confidencialidade e o anonimato.

Grata pela atenção dispensada, apresento os melhores cumprimentos,
Coimbra, 01 de Agosto de 2011


(Joana Margarida Ramos)

ANEXO IV

**Carta dirigida ao Presidente da Associação Portuguesa de
Cardiopneumologistas e respectiva autorização**

Exmo. Sr.

Tc. Helder Gonçalves Fernandes dos Santos
Presidente da Associação Portuguesa de
Cardiopneumologistas
Av. Rodrigues Sampaio, nº 30C - 5 Esqº
1150-280 Lisboa

Assunto: Recolha de contactos de e-mail dos sócios da APTEC

Joana Margarida de Sousa Pereira Ramos, mestranda de Contabilidade – Ramo de Fiscalidade, no Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro, residente na Rua Capitão Luís Gonzaga, nº 1 B, Coimbra, venho por este meio, solicitar a Vossa Excelência, a disponibilização dos contactos de e-mail dos associados da APTEC, para a realização de um questionário, a ser distribuído por essa via.

O presente pedido assenta na necessidade de recolher elementos para a dissertação de mestrado em *"Educação Fiscal como Ferramenta - Impacto da ausência de educação fiscal"*, um Estudo de Caso que tem como objectivo explorar o percurso académico dos contribuintes licenciados em Cardiopneumologia, e relacionar os conhecimentos adquiridos em matéria fiscal e para-fiscal durante o percurso académico, com as dificuldades práticas sentidas na relação Estado-cidadão enquanto profissionais contribuintes.

Todos os procedimentos a adoptar respeitarão a confidencialidade e o anonimato.

Grata pela atenção dispensada, apresento os melhores cumprimentos,

Coimbra, 01 de Agosto de 2011


(Joana Margarida Ramos)

Na qualidade de Presidente da
Associação da APTEC, deixo que
autorizo a recolha de contactos
dos nossos associados.
Helder Santos
01/09/2011

ANEXO V

Questionário Educação Fiscal como Ferramenta

- Impacto da ausência de educação fiscal

Pesquisa: Educação Fiscal como Ferramenta-Impacto da ausência de educação fiscal

Pág. 1.- PARTE I - Breve Caracterização do Indivíduo-----

O presente questionário integra-se no estudo com o tema “Educação Fiscal como Ferramenta-Impacto da ausência de educação fiscal” desenvolvido no âmbito do Mestrado em Contabilidade – Ramo de Fiscalidade do Instituto de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro, sob a orientação do Prof. Doutor Victor Negrais. É propósito deste estudo averiguar se existiriam efectivamente algumas dificuldades no cumprimento das obrigações fiscais aquando a integração do inquirido na vida profissional activa e qual a percepção dos inquiridos sobre as vantagens da introdução da "Educação fiscal" na sua formação base e superior. A participação neste trabalho de investigação é voluntária sendo garantido o anonimato pela ausência de qualquer registo que o possa identificar. Os dados serão tratados de forma confidencial e utilizados exclusivamente para os fins anteriormente indicados. O questionário está estruturado em três partes: a primeira assenta num conjunto de questões com o objectivo de caracterizar a amostra deste estudo. Agradecendo, desde já, o interesse e o tempo disponibilizado para responder a este questionário, apresento os meus cumprimentos. Joana Ramos

Perg.1.- Idade:

(* Esta pergunta é obrigatória)

Resposta:

Perg.2.- Sexo:

(* Esta pergunta é obrigatória)

(* Marque apenas uma opção)

☐ Feminino

☐ Masculino

Perg.3.- Habilitações Literárias (indique apenas o grau académico mais elevado):

(* Esta pergunta é obrigatória)

(* Marque apenas uma opção)

☐ Licenciado

☐ Mestre

☐ Doutorado

☐ Bacharel

☐ Outra (Por favor, especifique)_____

Perg.4.- Concluiu o ensino secundário através da via:

(* Esta pergunta é obrigatória)

(* Marque apenas uma opção)

☐ Ensino - Cursos científico-humanísticos (Tradional 10º,11º e 12º ano)

☐ Técnico-Profissional (Cursos profissionais, tecnológicos e do ensino artístico especializado)

☐ Não concluiu o ensino secundário

☐ Outra (Por favor, especifique)_____

Perg.5.- Designação do Curso ou cursos que detém (apenas os que conferem grau)

(* Esta pergunta é obrigatória)

Resposta:

Perg.6.- Durante o seu percurso académico, entre as unidades curriculares do curso e as disciplinas do ensino básico e secundário, obteve conhecimentos de fiscalidade isto é, relacionado com impostos ou com segurança social?

(* Esta pergunta é obrigatória)

(* Marque apenas uma opção)

☐ Sim

☐ Não

Perg.7.- Alguma vez frequentou formação específica na área da fiscalidade (Cursos, Workshop's, Seminários,...)?

(* Esta pergunta é obrigatória)

(* Marque apenas uma opção)

☐ Sim

☐ Não

Perg.8.- Exerce ou já exerceu alguma actividade profissional?

(* Esta pergunta é obrigatória)

(* Marque apenas uma opção)

☐ Sim, actualmente exerço uma actividade profissional

☐ Sim, mas actualmente estou desempregado (Por favor responda a este estudo tendo por base a última actividade profissional que desenvolveu)

☐ Não, nunca exerci uma actividade (Agradecemos a sua colaboração, pode fechar este questionário)

Perg.9.- Profissão Principal/Cargo que exerce presentemente:

(* Esta pergunta é obrigatória)

Resposta:

Perg.10.- Actualmente exerce a sua profissão (principal) como:

(* Esta pergunta é obrigatória)

(* Marque apenas uma opção)

☐ Empresário/Sócio-gerente de uma empresa (com empregados)

☐ Trabalhador Independente/por conta própria

☐ Trabalhador por conta de outrem/dependente/assalariado

Perg.10.1 - Alguma vez constituiu uma sociedade ou exerceu uma actividade como trabalhador independente?

(* Esta pergunta é obrigatória)

(* Marque apenas uma opção)

(* Responder apenas se cumpre :

responderam em " Trabalhador por conta de outrem/dependente/assalariado")

☐ Sim, como empresário em nome individual ou sócio-gerente de uma empresa

☐ Não

☐ Sim, como trabalhador independente

Perg.10.2 - Exerce ou já exerceu funções de gestão?

(* Esta pergunta é obrigatória)

(* Marque apenas uma opção)

(* Responder apenas se cumpre :

responderam em " Trabalhador por conta de outrem/dependente/assalariado")

☐ Sim

☐ Não

Pág. 2.- PARTE II - Dificuldades do Indivíduo

A segunda parte do questionário é constituída por um conjunto de questões que pretendem abordar situações práticas onde o inquirido possa ter sentido dificuldades.

Perg.11.- Quando iniciou a sua actividade profissional remunerada conhecia as suas obrigações declarativas e contributivas em sede de impostos sobre os rendimentos?

(* Esta pergunta é obrigatória)

(* Marque apenas uma opção)

☐ Sim

☐ Não

Perg.12.- Quando iniciou a sua actividade profissional remunerada conhecia as suas obrigações para fiscais, nomeadamente em relação à segurança social ou outro sistema de contribuição social obrigatório?

(* Esta pergunta é obrigatória)

(* Marque apenas uma opção)

☐ Sim

☐ Não

Perg.13.- Quando iniciou a sua actividade profissional remunerada conhecia as implicações fiscais de ser trabalhador dependente, independente, empresário em nome individual ou sócio-gerente de uma empresa?

(* Esta pergunta é obrigatória)

(* Marque apenas uma opção)

☐ Sim

☐ Não

Perg.14.- No caso de ter considerado, ou se considerasse, a hipótese de criar a sua empresa, unipessoal ou sociedade, sabia quais as obrigações fiscais a que estaria sujeito?

(* Esta pergunta é obrigatória)

(* Marque apenas uma opção)

☐ Sim

☐ Não

Perg.15.- Já sentiu dificuldades no preenchimento da declaração de IRS?

(* Esta pergunta é obrigatória)

(* Marque apenas uma opção)

☐ Sim

☐ Não

Perg.16.- Alguma vez falhou prazos de entrega de declarações fiscais por desconhecimento ou falta de informação?

(* Esta pergunta é obrigatória)

(* Marque apenas uma opção)

☐ Sim

☐ Não

Perg.17.- Alguma vez falhou prazos de pagamento de obrigações fiscais?

(* Esta pergunta é obrigatória)

(* Marque apenas uma opção)

☐ Sim

☐ Não

Perg.18.- Na conclusão do primeiro grau superior considerava-se apto a constituir uma empresa?

(* Esta pergunta é obrigatória)

(* Marque apenas uma opção)

☐ Sim

☐ Não

A1 - As empresas são sujeitos passivos de diversos tributos, nomeadamente de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA), entre outros. Conhecia todas obrigações declarativas e contributivas quando iniciou a sua actividade?

(* Esta pergunta é obrigatória)

(* Marque apenas uma opção)

(* Responder apenas se cumpre :

- responderam em "Actualmente exerce a sua profissão (principal) como: : Empresário/Sócio-gerente de uma empresa (com empregados) da página " ou também
- responderam em "Alguma vez constituiu uma sociedade ou exerceu uma actividade como trabalhador independente? : Sim, como empresário em nome individual ou sócio-gerente de uma empresa da página.)

☐ Sim

☐ Não

A2 - As empresas têm ainda obrigações declarativas e contributivas à Segurança Social. Conhecia estas obrigações quando iniciou a sua actividade?

(* Esta pergunta é obrigatória)

(* Marque apenas uma opção)

(* Responder apenas se cumpre :

- responderam em "Actualmente exerce a sua profissão (principal) como: : Empresário/Sócio-gerente de uma empresa (com empregados) da página " ou também
- responderam em "Alguma vez constituiu uma sociedade ou exerceu uma actividade como trabalhador independente? : Sim, como empresário em nome individual ou sócio-gerente de uma empresa da página.)

☐ Sim

☐ Não

B1 - Estava informado sobre o enquadramento em sede de IVA quando iniciou a sua actividade?

(* Esta pergunta é obrigatória)

(* Marque apenas uma opção)

(* Responder apenas se cumpre :

- responderam em "Actualmente exerce a sua profissão (principal) como: : Trabalhador Independente/por conta própria da página " ou também
- responderam em "Alguma vez constituiu uma sociedade ou exerceu uma actividade como trabalhador independente? : Sim, como trabalhador independente da página.)

☐ Sim

☐ Não

B2 - Conhecia as suas obrigações contributivas à Segurança Social?

(* Esta pergunta é obrigatória)

(* Marque apenas uma opção)

(* Responder apenas se cumpre :

- responderam em "Actualmente exerce a sua profissão (principal) como: : Trabalhador Independente/por conta própria da página " ou também
- responderam em "Alguma vez constituiu uma sociedade ou exerceu uma actividade como trabalhador independente? : Sim, como trabalhador independente da página.)

☐ Sim

☐ Não

B3 - Alguma vez teve dívidas às finanças ou à segurança social por não cumprimento de obrigações contributivas devido a desconhecimento ou falta de informação?

(* Esta pergunta é obrigatória)

(* Marque apenas uma opção)

(* Responder apenas se cumpre :

- responderam em "Actualmente exerce a sua profissão (principal) como: : Trabalhador Independente/por conta própria da página " ou também
- responderam em "Alguma vez constituiu uma sociedade ou exerceu uma actividade como trabalhador independente? : Sim, como trabalhador independente da página.)

☐ Sim

☐ Não

B4 - Não sendo obrigatório possuir contabilidade organizada, já alguma vez recorreu a um técnico oficial de contas para submeter a sua declaração de rendimentos?

(* Esta pergunta é obrigatória)

(* Marque apenas uma opção)

(* Responder apenas se cumpre :

- responderam em "Actualmente exerce a sua profissão (principal) como: : Trabalhador Independente/por conta própria da página " ou também
- responderam em "Alguma vez constituiu uma sociedade ou exerceu uma actividade como trabalhador independente? : Sim, como trabalhador independente da página.)

☐ Sim

☐ Não

Perg.19.- Sentiu outra dificuldade no relacionamento com a Administração fiscal ou Segurança Social que não tenha sido abordada neste estudo? Se sim, especifique as dificuldades e o organismo.

Pág. 3.- PARTE III - Percepção do Indivíduo

A terceira parte deste estudo é composta por um conjunto de 5 questões onde se pretende aferir a percepção do indivíduo em relação ao tema.

Perg.20.- Acha o sistema fiscal português complexo ou simples? Utilize uma escala de 1 a 4, atribuindo 1 para muito simples e 4 para muito complexo.

(* Marque apenas uma opção por fila)

	Muito Simples	Simple	Complexo	Muito Complexo
Na sua opinião o				
Sistema fiscal				
português é	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Perg.21.- Na sua opinião o sistema fiscal português é constante ou altera com frequência? Utilize uma escala de 1 a 4, atribuindo 1 para constante e 4 para altera com muita frequência.

(* Esta pergunta é obrigatória)

(* Marque apenas uma opção por fila)

	É constante	Altera com pouca frequência	Altera com frequência	Altera com muita frequência
Na sua opinião o				
Sistema fiscal				
português	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Perg.22.- Considera que obteve durante a sua formação académica as ferramentas necessárias ao bom cumprimento das suas obrigações fiscais?

(* Esta pergunta é obrigatória)

(* Marque apenas uma opção)

☐ Sim

☐ Não

Perg.23.- Considera que existe informação disponível suficiente ao bom cumprimento de todas obrigações fiscais?

(* Esta pergunta é obrigatória)

(* Marque apenas uma opção)

☐ Sim

☐ Não

Perg.24.- Considera que a introdução da Educação fiscal nos programas curriculares do ensino básico e/ou secundário e no ensino superior poderia servir como uma ferramenta para uma integração na vida profissional activa?

(* Esta pergunta é obrigatória)

(* Marque apenas uma opção)

☐ Sim, no ensino básico

☐ Sim, no ensino secundário

☐ Sim, no ensino superior

☐ Não